

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ENSINO

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

"PADRÕES E FORMAS DE ASSOCIATIVISMO
EM ZONAS RURAIS: A EXPERIÊNCIA DE
TRABALHADORES RURAIS NA AGROVILA DA
VITÓRIA, EM PERNAMBUCO"

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ZADIR CAVALCANTI CALADO

RIO DE JANEIRO, 1993

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ENSINO

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

"PADRÕES E FORMAS DE ASSOCIATIVISMO
EM ZONAS RURAIS: A EXPERIÊNCIA DE
TRABALHADORES RURAIS NA AGROVILA DA
VITÓRIA, EM PERNAMBUCO"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADO POR
ZADIR CAVALCANTI CALADO

E

APROVADA EM: 04 / 11 / 1993

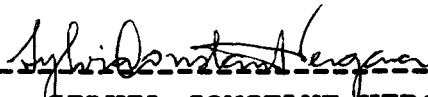
PELA COMISSÃO EXAMINADORA



PAULO REIS VIEIRA
DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Ph.D)



PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA
DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Ph.D)



SILVIA CONSTANT VERGARA
DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

199406 914

T/EBAP C141p



1000061965

"O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam".

ARNOLD TOYNBEE

1889 - 1975

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representou para mim a superação de muitos preconceitos, obstáculos e incompreensões que vencidas valorizaram mais ainda meus esforços, embora reconheça que o caminho me foi facilitado graças a orientação segura e a crítica construtiva do amigo, **Prof. Paulo Reis Vieira**, a quem expresso os meus sinceros agradecimentos.

Reconheço no entanto, se não tivesse contado com a compreensão e incentivo de minha companheira e amiga **Theresinha Calado**, amenizando meus esforços, teria enfrentado dificuldades dificilmente superadas. A meus filhos **André, Danilo e Ricardo** minhas desculpas pela ausência que os momentos de solidão provavelmente lhes proporcionaram.

Por fim, gostaria de agradecer também a todos que comigo colaboraram, **entrevistados, revisores**, e, especialmente a **Glaciene P. Tavares** a quem coube executar com proficiência os trabalhos de informática.

I N D I C E

	Pag.
I - INTRODUÇÃO	13
II - ESCOPO E METODOLOGIA	23
III - REFERENCIAL TEORICO	32
1. A Intevenção do Estado na Posse e Uso da Terra ...	32
1.1 Durante o Estado Oligárquico: antes de 1930 ..	33
1.2 O Estado de Compromisso e Populista: pós 1930	
até os anos 1950.....	51
1.3 Estado Autoritário Técnico-Burocrático:	
Período 1964 a 1985	69
2. Modernização da Agroindústria Canavieira e a Ex-	
propriação Camponesa	82
3. Organização Social e Ação Política dos Camponeses	102
IV - A AGROVILA DA VITÓRIA	128
1. Antecedentes	128
2. Localização	136
3. Regime de Posse e Propriedade da Terra	136
4. Produção e Comercialização Agrícola	146
5. Estrutura Organizacional	152
V - DISCUSSÃO	162
VI - CONCLUSÃO	177
BIBLIOGRAFIA	183
ANEXOS	
1. Lista de Tabelas	
2. Ilustrações	
3. Mapas	

1. LISTA DE TABELAS

- Tabela I - Area mínima de terra suficiente para atendimento das necessidades familiares segundo opinião dos chefes de família da Agrovila da Vitória**
- Tabela II - Motivos alegados pelos chefes de família entrevistados para a divisão das terras do Engenho Ribeirão em pequenas glebas.**
- Tabela III - Forma de aquisição das terras pelos sócios da Agrovila da Vitória.**
- Tabela IV - Tipos de glebas cujas posses foram transferidas.**
- Tabela V - Distribuição do tipo de cultura agrícola por grupos de glebas da Agrovila da Vitória (maio/1992).**
- Tabela VI - Número de glebas por tipo de cultura explorada na Agrovila da Vitória (maio/1992)**
- Tabela VII - Distribuição das glebas de dois hectares pela produção média por hectares/ano (maio/1992).**
- Tabela VIII - Distribuição das glebas de três hectares pela produção média por hectares/ano (maio/1992).**
- Tabela IX - Distribuição das glebas de um hectare pela produção média por hectares/ano (maio/1992).**
- Tabela X - Fatores imputados pelos chefes de família como responsáveis pela pequena produção das glebas da Agrovila da Vitória submetendo seus produtores à**

Tabela XI - Distribuição de famílias por idade e sexo que vivem como chefe de família associado à Agrovila da Vitória (janeiro/91).

Tabela XII - Distribuição dos chefes famílias por atividades acessórias à atividade agrícola na Agrovila da Vitória (janeiro/91).

Tabela XIII - Fatores que influenciaram a venda da banana atravessador, segundo os associados da Agrovila da Vitória.

Tabela XIV - Vantagens das vendas de banana ao atravessado segundo os associados da Agrovila da Vitória.

Tabela XV - Formas de venda de banana preferidas pelos associados da Agrovila da Vitória.

2. ILUSTRAÇÕES

Fotografia Nº 1 - Vista da moita do Engenho Acerto no município de Vicência.

Fotografia Nº 2 - Vista da casa grande e das instalações do engenho banguê no município de Vicência.

Fotografia Nº 3 - "Casa de morada" e área para plantar a lavoura de subsistência.

Fotografia Nº 4 - Vista de um camponês trabalhando em seu roçado. Trata-se de plantio de milho, fava e mandioca. Ao fundo observa-se algumas fruteiras, geralmente onde fica a casa do morador.

Fotografia Nº 5 - Moenda de um engenho "banguê" a vapor ainda existente no Engenho Acerto no município de Vicência.

Fotografia Nº 6 - Moendas de um engenho a vapor. Engenho Acerto no município de Vicência.

Fotografia Nº 7 - Vista de um banguê que dá nome ao engenho.

Fotografia Nº 8 - Bangueseiros transportando um banguê.

Fotografia Nº 9 - Vista parcial da cidade de Vicência. Vendo-se ao fundo a Igreja Matriz.

Fotografia Nº 10 - Vista parcial do Distrito de Murupé, onde se localiza a Agrovila da Vitória. As casas mais humildes são de taipas. chão batido.

livres.

Fotografia Nº 11 - Vista parcial da rodovia PE 74 que corta as terras da Agrovila da Vitória, ligando-as ao município de Vicência.

Fotografia Nº 12 - Vista parcial do bananal de uma das glebas da Agrovila da Vitória.

Fotografia Nº 13 - Vista parcial das casas da Agrovila da Vitória com algumas delas ainda por concluírem.

Fotografia Nº 14 - Vista de frente de uma casa da Agrovila, com plantação de fruteiras no restante do terreno.

Fotografia Nº 15 - Observe o plantio de ervas medicinais e de plantas de adornos em volta da casa, além da criação de galinhas soltas. Esta casa já foi ampliada.

Fotografia Nº 16 - À esquerda uma casa por concluir com rebouco apenas nas paredes internas e à direita uma casa basicamente concluída.

3. MAPAS

Mapa I - Vale do Siriji

Mapa II - Município de Vicência

Mapa III - Mapa parcial de Pernambuco

**Mapa IV - Perfil da estrutura produtiva da Agrovila da
Vitória**

RESUMO

O objetivo desta monografia é estudar padrões e formas de organização camponesa em sua relação com o Estado no projeto de assentamento de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, no município de Vicência, no Governo de Marco Maciel, no período de 1979/1982.

A proposta do Governo Marcos Maciel de distribuição de terra à famílias camponesas, objetivando proporcionar-lhes melhoria de renda e de condições de vida, não correspondia historicamente às práticas da administração pública brasileira, mormente no período de vigência do Regime Militar, cujas políticas agrícolas e agrárias, formuladas de Brasília para o resto do país, voltaram-se para a modernização conservadora da agricultura e ocupação da fronteira agrícola, provocando a expulsão do camponês e sua proletarização, agravando suas já precárias condições de vida, com a perda da posse dos meios de produção e sua sujeição ao recebimento, incerto e temporário, de um salário insuficiente ao atendimento de suas necessidades básicas de reprodução física e social.

A modernização poderia ter sido feita de maneira diferente, por uma reforma agrária no campo que democratizasse a exploração da terra, proporcionando distribuição de renda. Entretanto, a opção por modelo de desenvolvimento agrícola não é uma questão de escolha fundada na racionalidade econômica. Ao contrário é uma opção política, e enquanto tal, só pode ser desvendada à luz dos conflitos que permeiam a formação histórica da sociedade.

de. De sorte que se pretende mostrar que o desenvolvimento agrícola brasileiro foi conduzido por um Estado que espelha a hegemonia das classes mais ricas, que até hoje mantêm os trabalhadores afastados, à margem dos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento econômico do país.

A ação do Estado está relacionada com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujas fases evoluíram de uma economia com características liberais para uma economia monopolista, resultando numa forma de Estado liberal e intervencionista. Numa ou noutra fase, assegura CARVALHO (1984), o Estado sempre teve um papel importante no controle das condições de acumulação.

A Agrovila da Vitória é consequência da política agrária levada a efeito por esse Estado, como pretende-se revelar nesse trabalho, e que diz respeito a estrutura fundiária do país, ou seja, ao regime da posse e uso da terra. Portanto, todo o esforço da pesquisa foi realizado no sentido de revelar como a administração pública tem agido de modo a possibilitar ou não ao pequeno produtor rural o acesso à posse da terra e aos recursos para uma exploração econômica, elevando-lhes a qualidade de vida.

Em que pese ter o Governo ter recorrido à participação dos trabalhadores no planejamento e implantação da Agrovila da Vitória, seus resultados não lhes foram tão favoráveis na medida em que o interesse do grande proprietário foi preservado. As pequenas glebas em que se dividiram as terras do antigo latifúndio são insuficientes para o sustento da família dos assentados, levando-os a continuarem dependendo de emprego temporário e do

recebimento de salário, muitas vezes, inferior ao mínimo regional.

Não obstante, a concepção do projeto da Agrovila da Vitória e a estratégia de sua implantação representam uma experiência que deve ser aproveitada pelos formuladores e gestores de programas dessa natureza, particularmente os trabalhadores, a quem mais interessa seu êxito, principalmente no sentido de evitarem a repetição dos erros e omissões cometidos. Entretanto, estes terão que resolver o problema que ocorre na Agrovila da Vitória, de falta de um instrumento político/institucional de mobilização de sua categoria na defesa de seus interesses, considerando que a atual forma de organização sindical não tem atuado a contento na luta pela posse e exploração da terra pelos pequenos produtores rurais.

I - INTRODUÇÃO

O assentamento de agrovilas, núcleos coloniais ou o que o valha não tem resolvido o problema agrário brasileiro, porquanto não ataca suas causas, que estão enraizadas no seio da sociedade e que dizem respeito a questões de origem histórica que perderam e que as elites teimam em ignorar. Trata-se da concentração da terra em mãos de uma minoria e sua exploração no sentido de atender aos interesses dos exportadores em prejuízo da massa da população que se vê destituída de condições mínimas de reprodução. Os problemas sociais decorrentes das relações de exploração dos trabalhadores rurais não serão equacionados enquanto persistir a marginalização política das massas envoltas no dia a dia numa luta tenaz para assegurar sua subsistência. De sorte que a implantação da Agrovila da Vitória, em Pernambuco, no município de Vicência, dentre outras, não logrará sucesso, frustrando as inúmeras famílias que viram nesse empreendimento renascer suas esperanças por melhores condições de vida, principalmente porque essa era a proposta com que o governo os recrutou. A pequena produção agrícola tem-se desenvolvido, independentemente ou apesar do governo, subsidiariamente à agricultura de exportação, não obstante seja responsável pelo abastecimento interno de gêneros alimentícios básicos e pelo emprego de significativo número de trabalhadores do setor agrícola.

As melhores terras do país foram e estão sendo apropriadas pelos grandes proprietários, exploradas sob as mais diversas formas na produção de gêneros de exportação, beneficiadas pela ação do poder público, através de incentivos fiscais e crédito

facilitado. O acesso diferencial à terra é responsável por um conjunto de relações de dependência. Seu monopólio é responsável pelo surgimento de inúmeros padrões de posse e de diferentes ajustes de produção pelos quais o trabalhador sem terra ou o pequeno arrendatário são explorados pelo grande proprietário. São formas de utilização da força de trabalho pela classe dominante dos proprietários, que mantiveram, por todo o império e parte da república, o domínio político do Estado, beneficiando-se das políticas protecionistas e dos privilégios concedidos pelo poder público.

Por todo o período histórico, verifica-se a intervenção velada do Estado no sentido de assegurar a propriedade da terra a uma pequena elite, possibilitando-lhe a acumulação capitalista. Reserva-lhe a propriedade exclusiva das terras públicas, obstaculizando a posse pelos pequenos produtores rurais, onerando sua aquisição ou negando-lhes o reconhecimento da posse, conferindo-a aos grileiros. Diante da ameaça do agravamento dos conflitos por terra, parte em defesa dos grandes proprietários, deslocando a mão-de-obra excedente para as fronteiras agrícolas e acenando para o trabalhador rural com a possibilidade de se estabelecer como pequeno proprietário.

Tão logo as terras valorizam-se, beneficiadas com os investimentos públicos, os especuladores, aliados aos interesses industriais-financeiros, competem pelas terras dos pequenos produtores rurais, desalojando-os de seus lotes pela força ou pela oferta "generosa" de um bom preço. Uma vez de posse das terras, mantêm os trabalhadores sob seu controle, ditando as

condições e formas de trabalho.

O arrendamento e a parceria são formas de organização do sistema de produção camponesa, que se somam à posse e propriedade de pequenas glebas de terra. São formas tradicionais, ainda encontradas em todo o território nacional, particularmente presentes em latifúndios de exploração cujos proprietários estão ausentes, ou, surgem em momentos de crise econômica, circunstâncias em que seus proprietários sempre recorrem a modos de produção não assalariados de remunerar à mão-de-obra de seus estabelecimentos, reduzindo os custos de produção. No semiárido nordestino, ocupado principalmente com a pecuária extensiva, os fazendeiros contratavam, sob forma de parceria, o vaqueiro que, recebia como pagamento por seu trabalho uma parte do rebanho, além de uma cabana tosca para morar, podendo botar um roçado.

O camponês, nessas condições, tem ficado preso ao proprietário da terra através de um contrato tácito ou escrito, no qual não se especifica, geralmente, o tamanho do lote e tão pouco as exigências de trabalho. São condições desfavoráveis ao trabalhador, que se originam, à priori, da relação de dependência que os liga aos que detêm o domínio sobre o meio estratégico de produção, cuja escassez favorece e, possibilita ao proprietário arbitrar as condições contratuais em benefício próprio. Em tese, o camponês poderia alocar recursos agrícolas de acordo com suas conveniência, quando detém algum controle sobre a terra que cultiva e sobre seu trabalho. Na prática, assegura FORMANN (1979:83), ele não se diferencia muito do trabalhador assalaria-

do, cujo meio de sustento é afetado diretamente pelo comércio exterior que monopoliza a terra.

Estas formas de contrato estão, aos poucos, sendo substituídas na Zona da Mata de Pernambuco pela proletarização do que, ainda resta de camponeses em alguns poucos engenhos dentre os que não foram absorvidos pelas modernas usinas de açúcar. Os engenhos "bangüês," que se formaram nos três primeiros séculos como consequência do desmembramento das sesmarias, têm resistido, sem sucesso, ao processo de concentração fundiária, provocado pela fusão e ampliação das usinas de açúcar e iniciado a partir do final do século XIX, com o surgimento dos engenhos centrais, por volta de 1874, conforme reporta MAIA (1985: 18).

A política de modernização da agroindústria do Nordeste comandou a absorção de engenhos e de pequenas e médias usinas de açúcar, de baixa produtividade, pelas maiores, promovendo desta forma a concentração fundiária, dando origem a poderosos grupos empresariais detentores de imensas extensões de terras, como é o caso observado por ANDRADE (1980:100) dos grupos: a) Bezerra de Melo, proprietário das usinas Rio Una, Santo André e Central Barreiros, em Pernambuco, e Santana, em Alagoas, as quais, juntas, cobrem uma extensão de mais de 70 mil hectares de terras contínuas, com uma produção de 3 milhões de toneladas de sacas de 60 kg; b) Costa Azevedo, que controla as usinas Catende e Pirangi, em Pernambuco, formando uma propriedade agrícola de 45 mil hectares; c) José Ermírio de Moraes, proprietário, em Pernambuco, das usinas São José e Tiúma, que se estendem por mais de 40 mil hectares.

A monopolização das terras tornou a Zona-da-Mata uma área de forte tensão social, em virtude do quadro de pobreza de suas populações, submetidas ao encarecimento do custo dos produtos básicos da alimentação popular, por falta de terras para seu cultivo, e cada vez menos acessíveis ao poder de compra dos trabalhadores rurais, por força do salário reduzido e da sazonalidade da oferta de emprego, face a falta de diversificação das atividades produtivas. Por outro lado, além dos problemas relacionados à monocultura, a indústria canavieira do Nordeste apresenta baixos índices de produtividade agrícola e de rendimento industrial, até então não equacionados, e que se refletem no aviltamento da remuneração dos trabalhadores rurais.

A ruptura das relações de trabalho tradicionais fundadas em arranjos de dependência, que davam sustentação ao sistema anterior, não foi seguida por medidas governamentais compensatórias eficazes, levando camponeses e assalariados, na década de 1950, a promoverem, valendo-se de uma conjuntura política favorável, uma ferrenha luta contra sua exploração e expropriação, infelizmente estancada pela repressão oficial que se seguiu ao golpe militar de 1964 e que se estendeu até recentemente.

Os trabalhadores rurais, apesar das vitórias obtidas na década de 1960, com o reconhecimento pelo Estado dos direitos sociais e, mais recentemente, políticos, até então restritos aos trabalhador urbano, ainda vivem em condições econômicas e sociais degradantes, aviltantes que persistem, segundo atestam indicadores de pobreza, contrariando "esforços" governamentais que se propuseram a resolver tais problemas, sem, entretanto,

atacar sua causa principal, qual seja, a estrutura de propriedade de natureza concentradora.

Ao contrário, o modelo prussiano de desenvolvimento econômico levado a cabo pelo Estado reforçou a estrutura fundiária, consolidando a concentração da propriedade em mãos de uns poucos, avançando sobre regiões tradicionais de pecuária e produção de subsistência, recantos até então de exploração de pequenos produtores rurais.

A massa de trabalhadores assalariados, separados dos meios de produção, juntaram-se estes ex-pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e trabalhadores-moradores expulsos do campo, uns pela venda da propriedade aos usineiros, outros pelo proprietário latifundiário em virtude da valorização das terras e, também, pelo receio de que os empregados de então reclamassem indenização de direitos adquiridos e assegurados pela nova legislação.

Todos esses trabalhadores instalaram-se nos povoados, distritos e cidades desprovidos de serviços públicos e com prefeituras sem autonomia administrativa e financeira para fazer face à demanda da comunidade. As próprias atividades econômicas nelas existentes não têm condições de absorver essa mão-de-obra que, além de tudo, é despreparada. Os que ficam no campo dependem da oferta sazonal de trabalho, que os obriga a migrar pelas regiões agrícolas, submetendo-se à exploração econômica por parte dos grandes proprietários, que tiram vantagens das condições abundantes de mão-de-obra, ou dos intermediários, vulgarmente conhecidos por "gatos" que são remunerados sob a forma de comis-

são calculada em cima dos salários dos trabalhadores, que têm seus contratos amarrados às dívidas relativas ao seu recrutamento e assumidas pelo contratante a título de adiantamento de salários. O trabalhador só poderá deixar o emprego mediante indenização de tais despesas ao empregador. Seus salários são calculados com base na produção diária, medida quase sempre para menos, beneficiando o "gato".

Embora tenha havido tantas transformações na Zona da Mata do Nordeste, especialmente no estado de Pernambuco, sobrevivem à consolidação das formas de produção capitalista umas poucas propriedades de antigos engenhos "bangüês" - atualmente de "fogo morto" -, principalmente no vale do Siriji e demais municípios da Mata Norte em que o restante deles encerrou suas atividades no final de 60, exploradas ainda por métodos tradicionais, encontrando-se trabalhadores, foreiros e moradores, que plantavam cana, segundo MEYER (1979: 23), em parceria. Reportando-se à mesma região, SIGAUD (1971, 65) registrou em 1971 a intensificação da expulsão dos moradores e a supressão do sítio, substituídos por trabalhadores assalariados. É o caso do Engenho Ribeirão, que deu origem ao Projeto Agrovila da Vitória, localizado no Distrito de Murupé, no município de Vicência, no estado de Pernambuco, onde, ainda em 1979, mantinham-se foreiros e moradores.

A implantação da Agrovila da Vitória deu-se no governo de Marco Maciel, no período de 1979/1982, exatamente quando os militares promoviam a distensão política do país, sob o comando do General João Figueiredo. Político de formação liberal, Marco

Maciel era filiado ao partido que dava sustentação ao governo militar, o PDS, e fora nomeado governador com o apoio das classes produtoras do Estado de Pernambuco, às quais pertencem os proprietários de terras, usineiros, fazendeiros e fornecedores de cana. As ações locais de governo eram, por essa época, em geral, uma extensão dos programas desenvolvidos em Brasília, ou seja, dependiam para sua execução, dos recursos liberados pelo governo federal, que mantinha uma linha claramente dirigida para a concentração da propriedade. Portanto, a Agrovila da Vitória, como tantas outras iniciativas de governos anteriores aos próprios militares, poderá tratar-se de mais uma das formas paliativas que mais tem contribuído para manter o trabalhador rural submisso.

A implantação da Agrovila da Vitória, em princípio, decorreu da iminência dos trabalhadores do Engenho Ribeirão virem a perder o acesso à terra, face à negociação, em andamento, de sua venda aos usineiros. Coincidentemente, no mesmo período, eis o governo do estado a promover um levantamento das necessidades da população de baixa renda, em Vicência, consultando o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais. A partir do conhecimento da oferta de venda do citado engenho, mobilizaram-se os trabalhadores, reinvidicando a compra pelo governo e sua distribuição. Realizada a compra do engenho, o governo comprometeu-se a ajudá-los por um determinado período necessário à consolidação do projeto, fornecendo meios para a implantação definitiva da Agrovila. A nível de discurso, o projeto foi considerado como pioneiro, pelo menos quanto à inovação na forma de intervir nos

problemas. Os técnicos partiram, então, dos problemas apontados pelos trabalhadores, propondo soluções possíveis de serem implementadas pelo governo mediante a articulação de programas existentes e executados por distintos órgãos da administração. Contrariamente, entretanto, a experiência brasileira tem mostrado que o governo sempre age por meios paternalistas, cedendo favores através de lideranças políticas locais; em troca, obtém a gratidão do beneficiado, demonstrada no momento das eleições, procedimento que o próprio povo aceita e acha natural. Inúmeras tentativas oficiais de assentamento de trabalhadores rurais outrora realizados não surtiram efeitos (MAIA, 1985: 21/22).

Com relação ao modelo de gestão da Agrovila, pressupõe-se um grau de consciência política e de organização dos trabalhadores dificilmente encontrado nas populações rurais analfabetas e submetidas a condições concretas e históricas de exploração, por parte dos grandes proprietários e das autoridades públicas, muito embora tenha surgido, no período de 1950, um movimento associativo dos trabalhadores rurais, reprimido pelo regime militar, que se instalou em 1964. Em consonância com o projeto econômico, o governo militar varreu da história o movimento camponês, permitindo, entretanto, o funcionamento dos sindicatos sob sua vigilância, descaracterizando a luta por terra.

A organização dos trabalhadores em lotes de um a três hectares para exploração comercial de banana reproduz, entretanto, a forma de produção camponesa minifundista peremptoriamente considerada pela bibliografia especializada e pelos próprios documentos governamentais como insuficiente para a manutenção de

uma família em padrão aceitável de vida. Todo o esforço do governo é irrelevante e questionável se confirmadas as suspeitas de que a Agrovila não mudou as condições de vida dos trabalhadores assentados, não passando de mais uma forma de exploração, como tantas outras, com menos sofisticações burocráticas e realizada com o propósito de manipulação de carácter eleitoral, assistencialista, e que têm servido para manter a sujeição do povo às elites. Tal suposição motivou a realização deste trabalho, com o propósito maior de chamar a atenção dos formuladores de política pública e dos administradores públicos para a magnitude da questão.

II - ESCOPO E METODOLOGIA

Pretende-se nesta monografia atender aos seguintes objetivos:

1. OBJETIVO GERAL

Estudar padrões e formas de organização da produção camponesa em sua relação com o Estado na Agrovila da Vitória, no Município de Vicência, na zona da Mata Norte de Pernambuco.

2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Identificar fatores econômicos, políticos e sociais que influenciaram a instalação da Agrovila da Vitória;
- Identificar a forma de posse e de exploração da Agrovila da Vitória;
- Estudar o processo de tomada de decisão da agrovila;
- Apontar resultados, positivos ou negativos, produzidos pela Agrovila da Vitória;
- Identificar condições favoráveis ou desfavoráveis à continuidade da Agrovila da Vitória e permanência da forma associativa nela implementada.

3. QUESTOES A SEREM RESPONDIDAS

As seguintes questões orientaram as investigações:

- 3.1 Em que circunstância surgiu o Projeto da Agrovila da Vitória ?
- 3.2 Que fatores os membros da Agrovila destacam como os mais importantes e que influenciaram o Projeto no sentido de favorecê-lo ou contrapor-se-lhe ?

- 3.3 Como os associados interpretam a ação dos governos em relação à Agrovila da Vitória ?
- 3.4 Que estrutura fundiária existia no Engenho Ribeirão e como se deu a desapropriação e distribuição entre os trabalhadores rurais ?
- 3.5 Qual a forma de posse e de exploração da terra que preside à organização da Agrovila da Vitória ?
- 3.6 Que tipo de natureza de participação tiveram os trabalhadores da Agrovila em cada etapa do processo de sua concepção à implantação ?
- 3.7 Como as questões administrativas e operacionais da Agrovila são discutidas e as soluções encaminhadas e implementadas, certificando-se os trabalhadores de sua execução ?
- 3.8 Que conflitos e dificuldades são apontados pelos trabalhadores para o encaminhamento e discussão dos seus problemas ?
- 3.9 Que tipo de conflito tem surgido entre os próprios associados da Agrovila e como são equacionados ?
- 3.10 Como os associados da Agrovila representam seus interesses junto aos órgãos governamentais e a terceiros ?
- 3.11 Que resultados eles obtiveram até aqui com essa experiência ?
- 3.12 A que ou a quem eles atribuem o nível de suas condições de vida, melhor ou pior, com relação a educação, lazer, saúde, renda, etc. ?

- 3.13 Como pretendem solucionar suas dificuldades ou outros quaisquer obstáculos à continuidade e melhoria da organização da Agrovila ?
- 3.14 Que fatores, nas circunstâncias atuais, são impeditivos ou ameaçadores ao desenvolvimento da agrovila e de que estratégias dispõem para superá-las ?
- 3.15 Quais os meios econômicos, políticos e sociais com os quais os trabalhadores podem contar para enfrentar e superar os obstáculos que se interpõem na consecução de seus objetivos ?
- 3.16 Diante dos resultados conseguidos em quase 10 anos de existência, o que pensam os trabalhadores sobre a experiência da Agrovila da Vitória ?
- 3.17 Que sugestões oferecem para aperfeiçoar a relação com o Estado e com a Administração Pública ?

4. METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa de campo através de questionários elaborados com questões sobre aspectos econômicos e sociais, aplicados pelo pesquisador a 70% dos chefes de família da Agrovila da Vitória, na Zona da Mata de Pernambuco, selecionados aleatoriamente. Com relação a fundação da Agrovila, foram realizadas algumas entrevistas com lideranças dos trabalhadores rurais do município, diretores da Agrovila da Vitória e senhores de engenho descendentes de famílias tradicionais da região.

Além da pesquisa de campo foram feitas algumas entrevistas

com a finalidade de obter, de trabalhadores da Agrovila e líderes comunitários locais, depoimentos a respeito da experiência da Agrovila e de suas possibilidades futuras. Estas entrevistas foram orientadas, sempre que possível, para os aspectos econômicos, políticos e sociais, e igualmente, obtidos de outras fontes, de sorte a poder-se comparar informações e eliminar dúvidas.

De maneira que os roteiros das entrevistas foram previamente elaborados com a preocupação de obter confirmação de informações levantadas na bibliografia consultada e numa tentativa de recuperar aspectos históricos relativos à posse e uso das terras nos engenhos "bangüês" do Vale do Siriji.

Todavia, as informações sobre qualidade de vida dos associados da Agrovila foram coletadas por meio de questões previamente estruturadas e relativas aos aspectos econômicos e sociais locais.

No que tange à fundação da Agrovila, reconstituímos sua história a partir da recuperação de documentos originais e cópias do projeto, tendo-se realizado o levantamento bibliográfico durante todo o período de execução do projeto.

As dificuldades encontradas prenderam-se à seleção de uma bibliografia que contemplasse autores identificados com uma mesma corrente ideológica, preferencialmente histórico-crítica. Optou-se pela leitura de autores adeptos da corrente de intelectuais que vêem a formação econômica do Brasil como capitalista.

ESTRATEGIA DE COLETA DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado através dos procedimentos e nas fontes a seguir especificadas:

Bibliográfica

O levantamento bibliográfico foi feito através de consulta a índices de periódicos especializados e catálogos de biblioteca, tendo como norte a seguinte classificação de assuntos:

a) Estudo do Contexto

- . Formação econômica do Brasil
- . Ciclo da cana-de-açúcar
- . Latifúndio e minifúndio
- . Estrutura agrária do nordeste
- . Cidadania
- . Coronelismo
- . Burguesia rural
- . Proletarização do trabalhador rural
- . Sindicalização rural
- . Movimentos sociais rurais
- . Campesinato

b) Estudo do Modelo de Organização e Gestão

- . Associativismo
- . Autogestão
- . Cooperativismo rural
- . Participação
- . Formas tradicionais

Foram utilizadas as seguintes fontes de consulta bibliográfica:

a) Para teses nacionais

-Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
Av. 17 de agosto, nº 108 Jardim Triunfo

Recife-Pe CEP: Telefone:

-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
(SUDENE)

-Fundação Getúlio Vargas
Escola Brasileira de Administração Pública
Monografia de Mestrado

b) Para artigos e periódicos nacionais

-ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

-IUPERJ
Índice de Ciências Sociais (ICS)

-CNBB - Pastoral da Terra em Pernambuco

-Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

-IBICT

Bibliografia Brasileira de Estudos Sociais

-IBAM - Instituto Brasileiro de Administração
Municipal - Rio de Janeiro-RJ

Índice de Revista de Administração Municipal

-FGV - Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro-RJ

Índice de Revista de Administração Pública

c) Para livros e periódicos

-Catálogos das Bibliotecas da FGV/IBAM/IJNPS

A pesquisa documental cobriu o período de 1979 até dezembro de 1992 e foi baseada em fonte primária: documentos públicos, parlamentares e administrativos relativos, dentre outros assuntos, à desapropriação do Engenho Ribeirão, Plano de Governo do Estado liberação de recursos e projetos de financiamento. As fontes do Governo do Estado de Pernambuco pesquisadas, foram as seguintes:

- Conselho de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
- Diário Oficial do Estado
- Fundação do Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIDAM)
- Secretaria de Habitação de Pernambuco (SEHAB)
- Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco
- Secretaria da Agricultura do Estado de Pernambuco
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Também foram feitas consultas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em função dos programas voltados para o pequeno produtor rural.

Os documentos emitidos pela Agrovila da Vitória ou por ela recebidos, em todo o período de sua existência, basicamente inexistem, dificultando o exame que se pretendia fazer. Dentre estes documentos, conseguiu-se recuperar as atas de Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, algumas atas de reuniões de diretoria, o documento de registro da sociedade e o Diário Oficial de sua publicação e, finalmente, cópia do Estatuto

Social.

Estes documentos possibilitaram a compreensão do funcionamento da Agrovila por conterem informações sobre as principais decisões tomadas com a participação dos trabalhadores e que lhes afetam diretamente.

ESTRATEGIA DE TRATAMENTO DE DADOS

Pesquisa Bibliográfica

Os dados coletados em fontes bibliográficas foram selecionados e interpretados segundo sua relevância teórica para a compreensão dos problemas estudados e, em seguida, sistematizados e fichados. Todo esse material serviu de suporte à análise dos dados obtidos na pesquisa documental e de campo.

Pesquisa Documental

Os documentos foram estudados quanto à autenticidade do texto e seu valor, grau de veracidade, seu sentido e alcance através de análise externa e interna. Foram submetidos ao tratamento de intra-objetividade, que consiste em submetê-los a análises realizadas em dois tempos e que guardem relativa distância entre si.

Pesquisa de Campo

Os dados obtidos na pesquisa de campo receberam tratamento estatístico adequado, submetidos à crítica, classificação e tabulação, tendo sido dispensada análise do nível de significância de variáveis, bem como a análise qualitativa pelo método comparativo, previstas no projeto inicial, por terem sido consi-

deradas de pouca relevância para o objetivo da pesquisa. Muitas informações foram obtidas de fontes secundárias.

III - REFERENCIAL TEÓRICO

1. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA POSSE E NO USO DA TERRA

A história de cada formação social compreende o estágio de desenvolvimento e a forma que o Estado assume nessa sociedade. De forma que se pode assegurar que a estrutura agrária e as políticas agrícolas refletem o projeto de sociedade e de suas transformações. Em outras palavras, tais questões espelham o controle do Estado por uma elite econômica e política que faz prevalecer seus interesses sobre os dos trabalhadores.

No Brasil a intervenção do Estado se deu em favor das elites, pela concentração da propriedade em detrimento dos camponeses¹ e dos pequenos proprietários, sem falar nos demais trabalhadores. A monopolização da terra retirou do camponês seu meio de produção que assegurava o sustento de seus familiares, subordinando-o exclusivamente a oferta temporária de emprego e a uma remuneração insuficiente à sua reprodução social, levando-o a se dispersar pelo território brasileiro, peregrinando à procura de emprego ou refugiando-se nos grandes centros urbanos, aumentando o número de desempregados.

Pretende-se, neste capítulo, fazer uma incursão pelo passado histórico do Brasil, buscando construir a especificidade de cada forma assumida pelo Estado nas várias fases em que se

1. Camponeses: trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando, em troca, bens específicos e serviços (WOLF, 1976). Eles se apresentam sob os mais diferentes arranjos de trabalho: morador, arrendatário, parceiro, sitiante, posseiro, etc.

divide sua presença no setor agrícola a seguir especificadas:

- 1) Antes de 1930 - presença de um Estado oligárquico, fundado na ordem social-aristocrática. Sistema de dominação oligárquica.
- 2) Pós 1930 até 1954 - Estado de compromisso em que se verificou uma modificação do bloco no poder, fundada numa ordem social burguesa.
- 3) Pós 1950 - o Estado assume duas formas: o Estado populista, que vigorou até 1964, sob a forma de democracia representativa, embora os grupos no poder tenham mantido uma postura de conotação autoritária no aparelho do Estado. Cresceu, nesse período, um movimento nacionalista, anti-imperialista. A partir de 1964 até 1985 tornou força no país um regime de governo autoritário tecno-burocrata, vigente até à perda do apoio da classe empresarial e das próprias forças armadas em decorrência da internacionalização da economia.

1.1 DURANTE O ESTADO OLIGARQUICO - ANTES DE 1930

A formação da grande propriedade tem sua origem no período colonial, com a aplicação no Brasil do Regime Sesmarial português. A Lei de Sesmaria foi usada, a partir de meados de 1375, em Portugal, por D. Fernando I, como mecanismo para combater a escassez de alimento provocada pelo abandono das terras, condicionando o acesso à propriedade à sua exploração econômica sob

pena de perdê-la para quem desejasse explorá-la.

Com essa medida, pretendia o Governo Português assegurar pela posse o domínio das terras descobertas, sem, entretanto, fazer qualquer adequação da lei às particularidades locais. Ademais, as concessões eram realizadas sem nenhum critério racional, condicionadas apenas ao interesse da Corte em beneficiar pessoas de influência no sistema, propiciando o surgimento de uma classe de detentores de grandes propriedades, em sua maioria ausentes, e que se fizeram representar por seus prepostos (MENDES, 1988:14). As terras da colônia pertenciam, até o advento da independência, ao patrimônio pessoal do Rei. Com o advento da independência, elas passaram a integrar o Patrimônio Nacional e com a proclamação da República, mediante o que determinava o artigo 64 da Constituição, passaram ao domínio dos Estados Federados.

A exploração da terra foi feita, inicialmente, com a monocultura da cana-de-açúcar, implantada em solos úmidos do litoral Nordeste, estendendo-se do Rio Grande do Norte, à Bahia e, no Sul, às terras férteis do Rio de Janeiro e São Vicente. Estes últimos, devido sua localização distante do mercado consumidor, não gozaram de grande prosperidade até o século XVIII.

Nesta primeira fase da economia brasileira, além do açúcar, desenvolveu-se a cultura do fumo, muito usada na aquisição de braços escravos para os engenhos "bangüês". Como atividade acessória, operava o setor de subsistência, explorado pelo lavrador pobre com a ajuda de seus familiares. A presença

destes trabalhadores interessava ao grande proprietário, que, dessa forma, teria assegurada a mão-de-obra de que eventualmente viesse a necessitar em suas terras. Segundo observações de MAIA (1985), a população, além do escravo, era composta por mais dois tipos sociais: o senhor de engenho e o lavrador. Este último plantava a cana em terra do senhor de engenho, em parceria e sob a condição de moer a parte que lhe cabia no próprio engenho.

Este período, basicamente, termina com a vinda da família real para o Brasil em 1808, embora a separação da colônia da Corte Portuguesa venha a verificar-se, posteriormente, por volta do ano de 1822.

A atividade de subsistência entregue aos escravos e ao restante da população livre, camponesa, apresentava (CAIO PRADO, 1945:41/45), as seguintes características:

1. Produção de gêneros de consumo no domínio das grandes propriedades, nos engenhos e fazendas, de forma subsidiária à grande cultura. Constituiu-se numa reserva de mão de obra disponível ao grande proprietário;
2. Parte do cultivo é realizado por conta do proprietário que se utiliza da mão-de-obra escrava que trabalha a lavoura principal; outra parte, pelos próprios escravos, geralmente aos domingos ou, em casos esporádicos e dependendo da generosidade do senhor de

engenho, também em mais outro dia da semana. Esses produtos constituem-se lavouras especificamente de manutenção, formando-se um tipo de exploração rural diferente, atrelada à grande lavoura e cujo sistema de organização é muito diverso.

Como atividade acessória também incluía-se a pecuária extensiva que ocupava as terras situadas no interior, ao longo do leito dos rios, cujos fazendeiros, à falta de mão-de-obra, submetiam a população indígena ao trabalho escravo. Como a pecuária e agricultura de subsistência não requeriam recursos vultosos, para elas convergiam trabalhadores que, à falta de terra livre, recorriam aos regimes de arrendamento e parceria. Tais contratos não passavam, de fato, de formas de exploração do trabalho do camponês por uma classe dominante de proprietários detentores dos meios de produção, submetendo-os ao trabalho gratuito e sol-a-sol.

Ao longo do tempo, o lavrador, parceiro, foi substituído pelo morador que, em troca da terra, obrigava-se a dar certo número de dias de trabalho, não remunerados, que variava em função dos interesses do proprietário. Estes dias de trabalho não pagos, chamados de cambão no Nordeste, eram, no início, utilizados com a finalidade de limpar os cercados e os açudes ou manter as estradas ou outros serviços de manutenção da propriedade. Com o tempo, tais camponeses foram levados a trabalhar na preparação, no plantio, na limpeza e na colheita,

juntamente com o trabalhador que recebia por dia. Parcialmente, estes camponeses exerciam controle sobre o produto de seu trabalho uma vez que estavam coibidos de cultivar lavouras permanentes, bem como impedidos de criar gado nas terras cedidas.

A parceria, categoria importante de remuneração do trabalho rural no Brasil, consiste em obter do proprietário o consentimento de cultivar um pedaço de suas terras e/ou animais para criação mediante o recebimento, em espécie ou em dinheiro, de parte do que produzir e/ou nascer. Usualmente, o camponês, no caso agrícola, prefere ficar com a metade do que produz (meiação), a recebê-la em dinheiro. Entretanto, outros critérios de repartição da produção também são usados como terças, quartas e, até mesmo, quintas partes.

O contrato de parceria é usualmente feito para o cultivo de um produto comercial e para a criação de gado. O proprietário fornece um certo número de insumos para seu cultivo, além do financiamento inicial de sementes e fertilizantes, estabelecendo uma relação de indvidamento do parceiro, na medida em que cobra juros altos além da parte com que fica da produção. Com relação ao gado, fornecia-lhe matrizes para criação, repartindo as crias nascidas.

No início do século XIX foi tentada a primeira modificação da estrutura agrária, por iniciativa de José Bonifácio de Andrada e Silva, que propôs a fixação de uma área de tamanho máximo para as propriedades rurais. A propriedade que excedesse esse limite deveria ser desapropriada, total ou parcialmente, segundo

o grau de aproveitamento de suas terras. Uma vez desapropriada, deveria ser loteada e vendidos os lotes, como unidades de produção familiar (VEIGA, 1990:18). Sem dúvida, esse projeto foi rechaçado pela influência política que os grandes proprietários de terra detinham, desde a independência, e que, no império, vieram a ampliar.

Com a independência, ascende ao poder e à direção política do Estado a classe dos proprietários rurais que viriam, no Império, a exercer prepoderante influência política, econômica e social.

Estes grandes proprietários se dedicavam a atividades extrativas, na região amazônica, e à grande lavoura como arroz e algodão, no Maranhão; ao algodão e cana-de-açúcar, no Nordeste Oriental; à cultura do cacau, em fase inicial, no Sul da Bahia e, sobretudo, à do café, no Rio de Janeiro, litoral de São Paulo e Minas Gerais que, a partir da segunda metade do século XIX, viria a ocupar a liderança econômica e política, em substituição às velhas oligarquias dos canaviais do Nordeste em plena decadência econômica. No Rio Grande do Sul explorava-se a pecuária extensiva e em Minas Gerais que, também, desenvolvia a mineração do ouro e de diamantes que, basicamente, extinguir-se-ia ao final do século XVIII, restaurando-se a importância econômica da agricultura, mercê do grande desenvolvimento experimentado no pós revolução industrial e libertação das colônias inglesas.

A economia brasileira, a partir de meados do século XIX e

até a depressão mundial de 1929, era exclusivamente dependente da produção e comercialização do café, responsável pela geração de renda despendida em consumo e capital necessário à expansão industrial verificada nesse período com a queda do comércio internacional. Em resumo, a economia brasileira era uma economia dependente, vinculada à dinâmica da economia dos países industriais, inserida na divisão internacional do trabalho, cabendo-lhe o papel de produtor de matéria-prima e de alimentos. Apenas parte do que o país produzia destinava-se ao consumo interno constituído basicamente de produtos de subsistência, restringindo-se, assim, ao atendimento precário das necessidades de alimentação, vestuário e habitação de parcela pequena da população, monetariamente incorporada ao mercado consumidor. Os produtos agrícolas de alimentação básica da maioria da população estava continuamente submetida a crises cíclicas de abastecimento, face sua dependência das terras cedidas pelos grandes proprietários aos agricultores pobres sob a forma de parceria e/ou arrendamento e dos pequenos sítios e posses dos trabalhadores livres.

O advento do trabalho livre constituiu-se num elemento desestruturador da grande propriedade de exploração intensiva de mão-de-obra. O controle do grande proprietário sobre a força de trabalho, possibilitado pelo regime escravista, é substituído pela mobilidade do trabalhador que tenderá buscar satisfazer seu interesse mudando de empregador. Para fazer frente a esta ameaça o grande proprietário adotou a coação econômica do trabalhador, utilizando-se do fornecimento de mercadorias a título de adian-

tamento de salário. A facilidade de aquisição e os preços exorbitantes das mercadorias logo transformavam o trabalhador num eterno devedor, mantendo-o retido numa propriedade até a liquidação do débito. Este mecanismo de exploração se generalizou, sendo encontrado ainda hoje em muitas regiões, principalmente nas mais afastadas dos centros urbanos (PRADO, 1990:213)

Graças à crise agroexportadora de 1929, abriu-se para o país uma nova fase de desenvolvimento assentado no processo de acumulação que se verifica no setor urbano-industrial, que desalojará do controle político do Estado as oligarquias rurais tradicionais sob a hegemonia dos cafeicultores de São Paulo. Por todo o período colonial e parte da monarquia, os senhores de engenhos do Nordeste exerceram o poder econômico e detiveram o controle político do Estado, favorecidos por uma certa homogeneidade de classes no ceio das elites rurais. ¶ medida que foram perdendo a expressão econômica, absorvidos pela concorrência internacional com melhor padrão de produção, entraram em decadência, passando para um plano político secundário a nível nacional, sendo, paulatinamente, substituídos no final do século XIX pelo segmento da oligarquia rural dos cafeicultores que contou com o apoio da classe média urbana para instalar o regime republicano, por meio de um golpe militar, mantendo a massa da população, contraditoriamente, alijada do novo processo político que, ideologicamente, presumia-se que acolheria, sob proteção jurídica, todos os cidadãos, sem discriminação nenhuma. Porém, o regime instaurado pela Constituição de 1891

não passou de seu aspecto meramente formal, servindo apenas de pano de fundo aos acordos de interesses dos grupos dominantes, mantendo o sistema judiciário intocado. O regime republicano criou o registro Torrens para as propriedades e transferiu para os Estados as terras devolutas, ampliando assim o poder dos grandes proprietários, considerando que a influência deles era maior a nível local (ANDRADE, 1982:18).

Inaugura-se o clientelismo político dos coronéis como um traço característico que estará, sempre presente, doravante, no país, como base de sustentação do poder das oligarquias locais e regionais. Esta oligarquia deterá o domínio dos pontos chaves da burocracia estatal até 1930, quando perdem sua hegemonia, no momento em que houve uma quebra do sistema de compromisso entre as burguesias agrárias de São Paulo e Minas Gerais.

O novo regime político assegurou autonomia às antigas províncias, transformadas doravante em Estados membros da federação, conduzidos por governantes eleitos pelo voto direto e restrito aos que dispunham de propriedade.

Tal sistema resultou de um compromisso entre diversas forças contendoras (classe burguesa, elite militar/burocrática e classe proprietária), ficando, todavia, sob o controle dos principais centros de poder político: Minas Gerais e São Paulo. Consistia, tal compromisso, na aceitação, por todos os chefes dos governos estaduais e o Presidente da República, da autonomia dos estados membros, ao tempo em que se comprometiam a respeitar a autoridade uns dos outros. Desta forma, o Presiden-

te tinha assegurado o apoio de que precisava dos parlamentares para alcançar credibilidade fiscal no exterior. De sua parte, os governadores obtiveram a autonomia estadual e uma garantia de proteção federal, incluindo a facilidade de nomear funcionários públicos nos níveis estadual e municipal de sua conveniência e da de seus correligionários e aliados. Em contrapartida, comprometiam-se com as eleições dos candidatos do grupo no poder, originando-se assim as oligarquias estaduais, fundadas em torno dos coronéis.

Politicamente, o país pouco evoluiu. Os governos que substituíram Floriano Peixoto representaram os interesses dos fazendeiros do café de São Paulo, que compartilhavam o poder com o Partido Republicano Mineiro, pelo o que representava Minas Gerais como o Estado de maior expressão econômica e populacional à época, assegurando a alternância no controle da Presidência da República, através de uma estratégia que se chamou Política dos Governadores ou Política do café-com-leite.

O prestígio dos coronéis, a partir do Governo de Campos Sales, fôra ampliado e consolidado mediante a transferência de grande parcela de poder aos chefes políticos locais. O sistema de dominação, segundo ANDRADE (1978,43), consistia na submissão do poder judiciário ao executivo, no controle da polícia pelos coronéis, que exerciam o domínio político através da fraude eleitoral, favorecidos por um amálgama ideológico que dava a necessária conformação social às classes subalternas, principalmente do campo, ligadas aos grandes proprietários por laços de

subordinação econômica e social, segundo FORMAN (1979:111/112), de natureza patrão-dependente. Tal relação é baseada na submissão incondicional do camponês ao proprietário da terra que lhe garante segurança e sobrevivência. São vínculos, fundados em expectativas de comportamentos apropriados às relações inter-classe. Espera-se do camponês: lealdade, obediência e confiança no proprietário da terra e o cumprimento das obrigações assumidas. A palavra do patrão era recebida como a verdade única e incontestável e quem ousasse contrariá-la caía em desgraça, sendo submetido a constrangimentos impostos pelos capangas e até mesmo à morte. Por seu lado, o patrão assegurava aos subalternos o atendimento de suas necessidades econômicas e a proteção, na doença, e contra as possíveis arbitrariedades cometidas por outros poderosos.

Nesse processo de dominação, a Igreja teve um papel destacado na manutenção da conformação das classes subalternas, na medida que pregava a humildade e resignação das populações pobres, em sua maioria católica praticante, às determinações de Deus, contra às quais não se poderia insurgir. Aos pobres, doentes e desesperados, a esperança do perdão e acolhida do Pai, que estava no Céu.

Com relação à propriedade da terra, a Constituição Republicana representou um avanço no sentido em que possibilitava sua desapropriação por interesse público, mediante indenização prévia. Todavia, resguardava os interesses dos latifundiários ao deixar em aberto a determinação do preço de indenização

da terra. Só, posteriormente, em 1929, assegura SILVA (1971, 134), é que vieram surgir as primeiras limitações ao direito de propriedade efetivamente, através da aprovação da seguinte emenda constitucional:

"Art. 17 (...)

a) (...)

b) as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacional e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros."

É importante ressaltar que, até 1930, a ação do Estado sobre a economia era mínima, restringindo-se, na observação de SANTOS (1986, 29/48), a aspectos administrativos relativos ao estabelecimento de políticas de sustentação do café, política de crédito e de controle de preços de alguns produtos, criação de subvenções à importação de mão-de-obra e inauguração da taxa de câmbio.

BASBAUM (1976, 52) atribuiu o progresso econômico que o país experimentou na República Velha, no que pese o pouco que o povo evoluiu politicamente na medida em que não se libertou dos vínculos sócios-econômicos que os mantiveram atrelados aos proprietários de terra, aos seguintes fatores: crescimento demográfico, criação do mercado de terra, a criação do trabalho livre; a primeira grande guerra mundial de 1914, com seus influxos industriais, e a ampliação do mercado interno e do mercado

internacional do café.

Dois destes fatores, que remontam ao período imperial, exerceram, sobretudo, grande influência na economia no período que antecedeu e durante a República. Primeiro, foi a instauração da propriedade privada das terras em 1850, até então sob domínio exclusivo do poder público. Em segundo lugar, foi um processo generalizado de apropriação privada de terras, que durou 28 anos, principalmente pela ampliação dos grandes latifúndios, motivada, segundo SMITH (1990, 315), pela suspensão e posterior extinção do regime de sesmaria, conforme Resolução de 17 de julho de 1822, confirmada logo após a proclamação da independência pela Provisão de 22 de novembro de 1822. CASTRO (1971, 54) e GRAZILIANO (1989: 24) atribuíram à abolição, pelo governo, do regime de sesmarias em 1850, a situação criada pelos posseiros, o que tornou necessário um sistema legal de posse que, dessa forma, garantisse a mercantilização das terras e a criação do trabalho livre, com o financiamento de importação de braços europeus, com recursos provenientes da venda de terras públicas (VEIGA, 1990, 19). A possibilidade de apropriação das terras pelos trabalhadores, constituindo-se como produtores autônomos, agravada pela interrupção, em 1831, do fluxo de escravos pela extinção do tráfico, representava grave ameaça aos grandes proprietários de terra, principalmente os cafeicultores em plena expansão agrícola, necessitando de mão-de-obra qualificada em quantidade e só encontrada na Europa.

De maneira que o Governo Imperial, através da Lei nº 601,

sistematizada, como prelúdio ao do trabalho livre, proporcionada pela promulgação da Lei da Terra. Para atender à crescente necessidade de braços para a lavoura do café, de trato mais exigente, o governo adota a colonização sistematizada, determinando que se lhe reserve terras devolutas, redirecionando-a, a partir de então, para o Centro-Sul. Para SMITH (1990,366), tratava-se de um projeto conservador, outorgado no interesse dos grandes proprietários, que objetivava introduzir no campo relações capitalistas de produção diante da iminência de um colapso econômico, provocado pela falta de braços, que, indubitavelmente, cedo ou tarde os grandes proprietários teriam que enfrentar com a abolição da escravidão que veio a ocorrer em 1888. Por este projeto, o governo promoveu a vinda de mão-de-obra da Europa, atraída pela possibilidade de aquisição de terras no Brasil. Lembra FORMAN (1979,168) que o governo recorreu à imigração européia, no século XIX, unicamente como estratégia para suprir a carência de mão-de-obra para os cafezais e para a produção de alimentos necessários ao abastecimento dos núcleos urbanos em expansão, sistematicamente submetidos a crises de abastecimento.

CAIO PRADO (1990,183) recorda que a utilização anterior da política de colonização no extremo-Norte, no atual Estado do Pará, foi realizada com propósitos político-militares, e logo abandonada pelo governo português, sendo retomada com a vinda da família real para o Brasil, já agora com objetivos, também, demográficos. O Imperador, desejando povoar a região Sul e

resguardar sua fronteira, além de incentivar a cultura de subsistência, promoveu a vinda de colonos europeus, fundando em 1824 as colônias de São Leopoldo, próximas de Porto Alegre. No ano de 1829 fundou Santo Amaro e Itapecerica, perto da capital paulista. Antes, em 1828, fundara a colônia de Rio Negro, nas fronteiras do Paraná e Santa Catarina; São Pedro de Alcântara, perto de Florianópolis. Posteriormente, em 1848, surge a colônia de Santa Cruz no Rio Grande do Sul e, em Santa Catarina, as colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, todas de iniciativa dos respectivos Governos, face à proibição do governo central, em 15 de novembro de 1830, de gasto com instalação de colônias estrangeiras. Por volta de 1820, foram instaladas, no Maranhão, colônias permanentes, formadas por imigrantes açorianos e abandonadas, logo a seguir, à sua própria sorte por razões de dificuldades políticas e econômicas alegadas pelo governo. FURTADO (1971, 66/67) aponta, entretanto, como responsável pela impossibilidade destas colônias iniciarem um processo de capitalização e de desenvolvimento, o solo e a crise que se abateu sobre a produção do açúcar, do fumo e de outros produtos tropicais, por volta da segunda metade do século XVI, levando os imigrantes, assim isolados, a se dedicarem à agricultura de subsistência.

Em Pernambuco, com finalidade de povoamento e de defesa contra escravos revoltosos, instalou-se, nos idos de 1831, a colônia agrícola Santa Amélia, com imigrantes alemães que dedicavam-se além do cultivo de gêneros de subsistência ao fabrico

de carvão. Essa colônia extinguiu-se em 1837. A Revolução Praieira, ocorrida em 1848, segundo MAIA (1985: 22/23), levou as autoridades, em 1857, a fundarem no vale do Rio Fervedor, fronteira com Alagoas, uma nova colônia, com militares, objetivando combater foras-da-lei, presentes naquela região. Essa colônia foi extinta em 1869 após alcançar seus objetivos, sendo reaproveitada em 1874 como escola agrícola de qualificação de mão-de-obra, para atender às necessidades de aprendizados de técnicas de plantio e cultivo dos engenhos modernizados, bem como ofícios de sapateiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, ofícios necessários ao crescimento urbano. Mais à frente, em 1878, no município de Agua Preta, o governo provincial instalou a colônia agrícola Socorro, congregando flagelados da seca que atingiu o Nordeste, posteriormente, em 1880, abandonada pelos retirantes por falta de apoio das autoridades. Nos idos de 1869, o governo provincial, aproveitando-se da imigração européia incentivada pelo governo imperial, fundou a colônia agrícola de Pernambuco, com a finalidade de incentivar o trabalho livre. Os imigrantes recebiam lotes de terra para o cultivo com cana, cacau e alguns gêneros alternativos. Infelizmente, a colônia fracassou devido ao monopólio da economia canavieira.

Conclui-se que a estrutura da terra até 1930 permaneceu basicamente inalterada, ressalvado o loteamento de algumas fazendas de terras exauridas por métodos de produção depredatórios, na região tradicional do café nos Estados de Minas Gerais

e Rio de Janeiro, que foram loteadas e vendidas. Tudo o mais continuou em mãos de seus antigos senhores, conforme constatou BASBAUM (1975,54/55), com base no recenseamento de 1920, que dos 20,6% das terras cultiváveis, apenas 0,8% eram efetivamente plantadas, as restantes, 14% não tinham destinação nenhuma, e os 5,7% estavam cobertas de matas e florestas. Isto exatamente em circunstâncias ocasionais que favoreciam o avanço da grande cultura sobre as áreas de subsistência, promovendo a escassez e consequentemente a fome às populações pobres.

Mais uma vez, reforça-se a constatação de que o pequeno estabelecimento agrícola, responsável pela lavoura de subsistência, instalou-se no país em terras cansadas e sem utilização pelos grandes proprietários, cedidas sem contrato por arrendamento e/ou parceria aos agricultores pobres (camponeses), que as exploravam, juntamente com o trabalho dos membros da família, principalmente nas áreas tradicionais nas fases de declínio. No caso específico dos senhores de engenho, além de terem que enfrentar a concorrência de açúcar de beterraba, utilizavam-se de técnicas de produção obsoletas responsáveis por custos elevados de produção em relação aos concorrentes internacionais, reduzindo-se sua participação relativa no mercado internacional para o quinto lugar entre os produtores mundiais, com menos de 8% de produção total. O declínio, reconhece PRADO (1986,158), em termos absolutos, ocorreu por volta do final do século, em pleno domínio da agricultura cafeeira, inclusive com um novo complicador: a concorrência da produção de açúcar de

São Paulo, cujas terras eram mais férteis e novas.

Os grandes proprietários logo se ajustam às transformações impostas de fora para dentro. Nas áreas mais dinâmicas, foram adotadas formas e modelos locais e regionais de trabalho, citadas por ANDRADE (1987,41/42) como colonato, nas fazendas de café e condição ou cambão, nas terras dos engenhos de açúcar, generalizando-se a prática de pagamentos de salários em moeda e/ou em área para cultura de pequenos roçados. Nas áreas menos dinâmicas, em que havia terras em abundância e faltava-lhes mão-de-obra, recorria-se ao arrendamento de pequenos sítios, a parceria e a concessão. No capítulo seguinte serão discutidas tais formas de organização da produção, presentes na zona da mata de Pernambuco, em seus engenhos de açúcar, e que, a partir de 1950, são praticamente substituídas pelo assalariamento dos camponeses, contra o que se insurgiram, organizados em Liga Camponesa.

1.2 O ESTADO DE COMPROMISSO E POPULISTA - PÓS 1930 ATE OS ANOS 1950

Esse período caracteriza-se pela transição da sociedade agrária exportadora para uma sociedade urbano-industrial. A crise de 1929 provocou uma prolongada depressão nas economias industrializadas (EUA e Europa) seguida da segunda grande guerra mundial (1939/1945) que alterou as relações do comércio internacional com reflexos sobre os países exportadores de alimentos e matéria-prima. O mundo pós-guerra iria cristali-

zar-se em torno de dois blocos que se contrapunham, até recentemente, com a queda do muro de Berlim: o bloco capitalista, sob a influência americana, e o socialista, dirigido pela antiga URSS. O Brasil manteve-se no bloco liderado pelos Estados Unidos.

Diante da crise econômica internacional de 1929, o país volta-se para seu mercado interno, experimentando um surto de desenvolvimento ímpar, tirando proveito das condições históricas pré-existentes. Com a Nova República, respaldada em uma ordem política populista, o Estado passou a intervir de forma direta na economia, assegurando a implementação de um programa de construção da infra estrutura e implantação da indústria de base, bem como a organização da mão-de-obra livre urbana, sob sua tutela, como sustentação ao processo de industrialização do país, mantendo, todavia, intocada a estrutura fundiária.

Durante a República Velha (1889/1932), observou-se que o processo de acumulação capitalista dependente realizou-se sob a direção de um Estado oligárquico, voltado para os interesses latifundiários que não correspondiam às expectativas de uma economia urbana industrial emergente. A dependência externa fazia com que o país sofresse os impactos das crises econômicas, desencadeadas nos países industrializados, seus principais compradores, que transferiam suas descompensações, levando-os, juntamente com os demais países produtores de matéria-prima e alimentos, a recorrer a formas atenuantes de restabelecimento do equilíbrio da economia, penalizando a sociedade, principalmente as camadas populares, que arcavam com os custos. As crises

econômicas provocavam redução das áreas plantadas e, em consequência, das atividades das grandes propriedades, ampliando-se as formas semi-capitalistas de produção, conhecidas desde o início da colonização e fundadas em vinculação sócio-econômica do camponês ao proprietário da terra, conhecidos por foreiro², lavrador³ e morador⁴.

A revolução de 30, mediante uma coalizão política de elementos de diferentes camadas sociais, que se condensavam em torno de duas correntes: a dos conservadores que apenas desejavam uma mudança no sentido jurídico ou simplesmente a troca de pessoas no poder; e a corrente daqueles que reivindicavam mudanças mais substantivas, mas que no varejo se dividiam em moderados, cuja base de apoio era a classe média, e os radicais que reivindicavam a regeneração nacional e a modernização, representados pelos tenentistas. Não obstante o novo Estado ampliar os distintos interesses dos vários segmentos em que se dividia a burguesia agrária, nenhum deles conseguiu, todavia, assegurar para si as funções de hegemonia política, nem teve condições de oferecer as bases de legitimação do Estado para apresentar seus interesses particulares como se fossem os interesses gerais da Nação, possibilitando a emergência política das classes populares. Para AZEVEDO (1982:32), isto ocorreu em razão do

2. FOREIRO: trabalhador do campo que trabalha a terra sob a forma de contrato de aforamento.

3. LAVRADOR: agricultor que explorava terra cedida sob a condição de plantar cana com o senhor de engenho. Termo também aplicado ao pequeno proprietário que cultivava a cana de açúcar e a moía em parceria com o senhor de engenho (FORMANN, 1979: 48)

4. MORADOR: trabalhador rural residente na propriedade com permissão de cultivar um pedaço de terra sob a condição de prestar ao proprietário alguns dias de serviço.

poder político não mais refletir a hierarquia do poder econômico. Tal fato possibilitou ao Governo Vargas, agir por cima de todos, sem, contudo, constituir-se em ameaça à ordem estabelecida, voltando-se preferencialmente para os segmentos sociais urbanos, cooptando a classe operária com uma legislação social ampla, ao tempo em que passava a controlar suas demandas pelo atrelamento dos seus sindicatos a um aparato burocrático estatal, representado pelo Ministério do Trabalho. Formou-se assim uma aliança de classes médias urbanas, setores agrários menos vinculados à exportação e setor cafeeiro, a que WEFORT (1966, 1978) denomina Estado de Compromisso, sustentado por estrutura autônoma para decidir as linhas da política econômica e financeira, sem contudo comprometer os interesses em jogo das distintas facções do bloco industrial-agrário. A nova ordem política caracteriza-se pelo fortalecimento do Estado através da concentração de poder em mãos do Executivo, pela extinção do sistema de governo representativo, com o fechamento do Congresso Nacional, das Câmaras de Deputados e Vereadores, substituindo, dessa forma, a política, como instância de negociação, por uma burocracia comandada por interventores da confiança do ditador. Daí por diante, o setor industrial ocupa gradualmente a posição de elemento condutor da acumulação capitalista, desbancando da direção do Estado as oligarquias rurais, graças a crise econômica que se abate sobre o setor agro-exportador com a queda das importações internacionais de produtos primários.

O novo governo era portador de um projeto de modernização, que, ao lado do favorecimento à indústria, preservou os interes-

ses agro-exportadores, embora reconhecesse o estágio de atraso agrícola que se constituía em entrave àquela. Optou por uma política de redifinição deste setor agro-exportador através de medidas de proteção e de orientação dos lucros, e da política cambial para incentivar a industrialização, assegurando às oligarquias rurais o acesso ao crédito, a proteção dos preços agrícolas, a manutenção da estrutura fundiária, bem como a exclusão dos trabalhadores rurais da regulamentação das relações de trabalho. Tal política, assegura CARVALHO (1984,4), manteve marginalizados, política e economicamente, os pequenos proprietários rurais e todos os trabalhadores rurais: semi-assalariados, posseiros, parceleiros, arrendatários, moradores, etc. Coopta a classe operária e demais trabalhadores urbanos com uma política social e assistencialista, cedendo-lhes espaços na administração através dos Institutos de Assistência e Previdência Social e na estrutura sindical, subordinando-os, todavia, ao controle político do aparelho burocrático do Estado, segundo exigências do capitalismo industrial. Em síntese, predominou, nesse período, os interesses do bloco agrário-industrial, compondo os interesses dos cafeicultores, industriais, comerciantes e do imperialismo, deixando de fora os trabalhadores do campo que, embora representassem a maioria da população brasileira, encontravam-se dispersos e desestruturados, reforçando, no entender de CARVALHO (1984,4), o poder dos grandes proprietários.

Não obstante, a primeira Constituição (1934), após a revolução, de inspiração liberal, no que pese os preconceitos

sociais urbanos que subestimavam o valor do trabalhador rural, poderia ter representado, se tivesse sido respeitada, avanços, considerados por ANDRADE (1987, 47/48) como progressistas para a época, na medida que procurava subordinar, a mesma carta magna, o direito de propriedade a uma função social e que não poderia ser exercido contra o interesse coletivo. A propriedade poderia ser expropriada por utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização na forma estabelecida em lei especial. Teria assegurado, também, aos posseiros, o direito ao usucapião pro labore⁵, desde que a terra fosse devoluta e que fosse trabalhada pelo beneficiado, aumentando, todavia, o período para o seu reconhecimento de cinco para dez anos; teria possibilitado a redução de impostos para as pequenas propriedades, garantido a terra aos índios e criado a faixa de fronteira, dentro da qual (100 Km) as concessões de terras passariam a depender de autorização do Conselho de Segurança Nacional. Determinava, em seu artigo 121, que se regulamentasse o trabalho agrícola, reconhecendo ao trabalhador nacional prioridade sobre o estrangeiro no assentamento em colônias agrícolas organizadas pela União em cooperação com os Estados e destinadas a trabalhadores desempregados e localizados em zonas empobrecidas.

As forças políticas conservadoras reagiram por meio de um golpe de Estado, rasgando a Constituição, que foi substituída

 5. USUCAPIÃO PRO LABORE: direito a obtenção do título de propriedade a quem cultivar uma certa área de terra por um determinado período (VEIGA, 1981: 19)

pela de 1937, de inspiração nazi-fascista e que teve como modelo a Constituição Polaca que assegurava o fortalecimento do Estado face às exigências do capital e do controle das classes assalariadas urbanas.

A nova Constituição, segundo SILVA (1971, 136), manteve o instituto do usucapião pro-labore, calando-se, entretanto, sobre os demais aspectos regulamentados pela anterior. De maneira que, o movimento político-militar de 1930, afirma IANNE (1984, 18), deixou completamente intocada a estrutura fundiária, daí seu caráter contra-revolucionários, porquanto, em relação à propriedade rural, a Constituição de 1937 condicionava sua desapropriação pelo poder público à indenização prévia, mediante o pagamento pelo preço de mercado, constituindo-se por este motivo, no entender de ANDRADE (1987, 49/50), no principal obstáculo a realização de uma tão necessária reforma agrária pelo Estado, por falta de recursos financeiros, mormente quando estas avaliações tenderiam ser superestimadas em benefícios dos latifundiários, os quais obviamente não opuseram nenhuma reação.

Ao contrário da realização da reforma agrária, a nova política, de caráter intervencionista do Estado autoritário, favoreceu aos grandes proprietários, criando, por setores, instituições de defesa e de fortalecimento das estruturas de produção, tais como: o Conselho Nacional do Café, o Instituto Nacional do Mate, o Instituto do Cacau e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A política do IAA, se por um lado, evitou o debacle da agroindústria açucareira do Nordeste, fixando quotas de produ-

ção por Estado, por outro, contribuiu, com sua política protecionista, para premiar a ineficiência desta indústria que perdera a competição para a indústria paulista, fazendo com que longe de ser um fator de desenvolvimento, tornasse-se em um vetor de entrave, contribuindo para acentuar o desequilíbrio interregional. Para atender à velha oligarquia Nordestina, insatisfeita com o avanço, de forma progressiva, das usinas modernas, financiadas pelo Estado, sobre suas terras, o governo criou, (CARVALHO, 1984:4), o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto Lei 3855, 21.11.41), para a defesa dos interesses destes senhores de engenhos em plena decadência, em processo de transformação em fornecedores de cana, e dos foreiros, para os quais assegura ANDRADE (1987,47), nenhum efeito prático trouxe esta legislação (ANDRADE, 1987:47), uma vez que não dispunham de organização para acompanhar e cobrar o cumprimento da lei. Na realidade, a legislação visava atender aos interesses da velha oligarquia açucareira, ainda com influência política, e, subsidiariamente, alguns dispositivos voltavam-se para disciplinar as relações de trabalho. Objetivando a modernização agrícola, o governo incentivou os fornecedores de cana a se organizarem em cooperativas.

Em consonância com a política de desenvolvimento econômico, fora criada em 1946 a Comissão do Vale do São Francisco, hoje Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODE-VASF), com o objetivo de implementar uma política de aproveitamento da bacia do Rio São Francisco para a produção de energia

hidroelétrica como sustentação do desenvolvimento do Nordeste e para o aproveitamento dos mananciais de água na agricultura irrigada, como fonte produtora de alimentação básica para o semi-árido, fixando o homem ao campo. Em 1945, diante de dificuldades com a concentração de colonizadores alemães no Sul do país, o governo Vargas, através de decreto, disciplina o processo de colonização, estipulando a obrigatoriedade de se reservar 30% das terras, de cada colônia, a brasileiros natos.

Com a queda do Estado Novo, instalara-se no país a retomada do processo histórico democrático fundado no império da lei, frustrado por governantes que se sucederam no período de 1946 a 1964 porquanto haverem recorrido à medidas autoritárias (IANNE, 1984:18/19). O governo Dutra (1944/1950), em 1947, fechou o PCB e cassou os mandatos de seus deputados. Usou o aparelho estatal contra operários, políticos, estudantes, intelectuais, reprimindo sua mobilização em torno de seus mais legítimos interesses. Os governos que o sucederam também usaram da repressão contra os trabalhadores, principalmente os do campo, impedidos, pela monitorização do Estado através da legislação vigente, de se organizarem como categoria ocupacional.

A política de desenvolvimento econômico do Nordeste, adotado no segundo governo Vargas não buscava enfrentar as questões estruturais da região. O Banco do Nordeste S/A, criado em 1952, como instrumento de captação de recursos financeiros para aplicação em projetos locais, infelizmente, contribuiu para fortalecer os médios e grandes proprietários, sobretudo os

criadores de gado, configurando-se, desta forma, a intervenção do poder público no sentido de assegurar o fortalecimento e consolidação das estruturas vigentes (ANDRADE, 1987:37/38). Ao contrário, o governo desprezou os estudos para solucionar os problemas da região, que recomendavam a implantação de uma política agrária de redistribuição de terras, de desenvolvimento da migração e de adequação da produção às condições regionais. O Estado, na realidade, optou por um projeto de sociedade em que a questão agrária não foi assumida como problemas social, recorrendo-se a soluções técnicas (ABDIAS, 1984:5), não obstante dispor de mecanismo institucional favorável como se verá.

Após a queda da ditadura de Vargas, a nova Constituição, promulgada em 1946, criou dispositivos progressistas, abrindo caminho para a instrumentação jurídica da Reforma Agrária, assegurando em seu artigo 141 o direito à propriedade, admitindo que se fizesse desapropriação por necessidade, utilidade pública ou interesse social, o que possibilitaria uma justa distribuição da propriedade, com igual oportunidades para todos. Entretanto, a exigência de se indenizar os proprietários das terras desapropriada sem, dinheiro, tranquilizou os latifundiários convencidos de sua inaplicabilidade (ANDRADE, 1987: 25). Ela manteve o instituto do usucapião e a proibição de concessão de áreas superiores a dez mil hectares sem autorização do Senado Federal, inovando, quanto a assegurar aos posseiros a preferência sobre as terras devolutas onde tivessem morada habitual, limitando, porém, a área a ser regularizada, a apenas 25 hectares no

máximo o que não atenderia às especificidades regionais e locais (SILVA, 1971:137). Complementando, o governo viria a adotar novas providências em direção à reforma agrária, embora de cunho modesto.

Por essa época, os antigos países colonialistas saíram da guerra enfraquecidos e envoltos num esforço interno de reconstrução nacional, ao mesmo tempo que suas colônias se frustravam mais ainda de liberdades, sendo suas lideranças cooptadas pelos governos dos USA e URSS, que disputavam a hegemonia mundial. Tais fatores influenciaram, por sua vez, as lutas internas daqueles países que, histórica e geograficamente, estavam ligados a esta polarização. No mesmo período, à medida que se davam as acomodações e a consolidação dos citados polos, realizava-se um intenso debate sobre as estruturas econômicas e sociais dos países do terceiro mundo. O Brasil, submetido à influência dos Estados Unidos, passava por uma nova crise econômica, provocada pela inflação dos preços, queda do salário real, redução da taxa de acumulação industrial e deteriorização dos termos de intercâmbio comercial, que se refletia na falta de moeda forte necessária ao processo de industrialização, colocando-o diante de um impasse: expandir o mercado interno, prosseguindo com a industrialização autônoma, mas que requeria um apoio político e social para um amplo movimento de mudanças de estrutura, que se impunha, e na qual a agricultura teria um papel importante a desempenhar; ou reequipar seu parque industrial pela admissão de capitais estrangeiros no país, implicando em uma articulação das classes e dos grupos sociais e econômicos ligados aos interesses

norte-americanos.

Os que defendiam a primeira opção viam a agricultura como obstáculo ao desenvolvimento na medida em que:

- 1) o setor agrícola não correspondia aos estímulos da demanda por alimentos e matéria-prima, função do processo acelerado de urbanização e de crescimento industrial;
- 2) o setor agrícola não se mostrava interessado na absorção de tecnologia moderna, que lhe imprimisse níveis mais altos de produtividade;
- 3) finalmente, não se constituía num mercado para os produtos industriais.

Eles defendiam como solução a realização de um esforço de modernização das forças produtivas e das relações de produção da agricultura brasileiras, como condição para a expansão do capitalismo. A estratégia indicada era a reforma agrária que requeria uma ruptura do pacto político existente porém de difícil concretização.

Vargas, que retornara ao poder pela via democrática, limitou-se adotar as seguintes providências: em 1951 submeteu ao Congresso a criação da Fundação Serviço Social Rural, que só foi aprovado em 1955 (Dec. 2613, 23.09.55); criou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, através da Lei 1412 de 13.08.51, em substituição à Caixa de Crédito Cooperativo, bem assim Comissão Nacional de Política Agrária, cujas sugestões sobre as diretrizes para orientar um programa de reforma agrária, foram por ele

acatadas. Tais diretrizes estavam assentadas em três pontos fundamentais (VEIGA 1990, 20): 1) DIREITO A PROPRIEDADE: reconhecendo a necessidade do governo assegurar, em pé de igualdade, o acesso à propriedades a todos os brasileiros; 2) EVITAR A PROLETARIZAÇÃO: reconhecendo, já naquela época, a necessidade de conter o assalariamento indiscriminado de todos os trabalhadores rurais, de modo a anular no seu nascedouro os prováveis efeitos anti-econômicos e anti-sociais provocados pela monopolição da terra; 3) REFORMA AGRÁRIA: propondo a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, fixando o homem no campo e assegurando o florescimento de uma agricultura produtiva capaz de atender à demanda interna de alimentos básicos e de matéria-prima para as indústrias florescentes, contendo o efeito que a escassez produz sobre os preços, principalmente no momento em que se verificava o crescimento dos centros urbanos, provocado pelos investimentos realizados pelo setor privado e setor público na instalação da segunda fase da industrialização e em infraestrutura básica, provocando o êxodo rural.

Em implementação àquelas diretrizes, Vargas em 1953, através do Decreto nº 32889, institucionalizou a assistência financeira aos pequenos e médios produtores agropecuários; criou o Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; fundou em 1954 o Instituto Nacional de Imigração e Colonização a quem foi entregue o Plano Nacional de Colonização, elaborado com a participação de René Bertholet, em 1953 (posteriormente instalaria em Alagoas a Colônia de Pindorama), com o

objetivo de promover, através de companhias privadas, o deslocamento de populações nordestinas para áreas de fronteira ou para propriedades desapropriadas. Este plano de colonização fora colocado como fonte alternativa à reforma agrária, solucionando alguns conflitos de terra, principalmente nas regiões de exploração tradicional, mantendo intacta a estrutura fundiária, quando não consolidando-a. Contra este modelo, posteriormente se posicionou a CNBB.

O governo Vargas foi bruscamente interrompido em razão de seu suicídio, levando o país a uma fase de sucessivas crises políticas que desaguaram no golpe de Estado de 1964.

Substituído por Juscelino Kubitchek, o país experimentou uma fase de crescimento econômico e de valorização da terra, em decorrência dos efeitos provocados pelo volume de investimentos públicos e privados, ampliando e diversificando o parque industrial com a instalação de fábricas de bens de consumo duráveis, financiadas por uma política econômica inflacionária, provocando uma concentração de renda perversa, na medida em que a maioria dos trabalhadores foi penalizada com a queda do poder aquisitivo em benefício de um segmento da classe média, enquanto o homem do campo era proletarizado. O agravamento das contradições contribuiu para acelerar o processo de conscientização política dos trabalhadores, então facilitado pela utilização dos meios de comunicação, consoante será mostrado na seção 3.

A valorização das terras em razão dos investimentos públicos, aumentou ainda mais os conflitos no campo, à medida que

creciera o interesse de investidores em sua aquisição, por razões especulativas, protegendo-se contra a desvalorização da moeda, causada pelo processo inflacionário, provocando a expulsão do camponês, recorrendo ao uso da força, muitas vezes auxiliados pela própria polícia, refletindo no abastecimento interno pela escassez de alimento (ver a seção 3).

No sentido de descomprimir as tensões sociais do Nordeste, principalmente das regiões de agricultura tradicional, o governo retoma o Projeto Vargas iniciando o projeto de colonização no Estado do Maranhão com o objetivo de, num prazo de 5 anos, assentar 25.000 pessoas, absorvendo por ano apenas 5.000 pessoas, que, a medida em que fossem construindo a infra-estrutura de serviços como assalariadas, seriam incorporadas ao projeto, recebendo, cada colono uma gleba de terra de 50ha a ser explorada sob a modalidade de organização familiar. Este projeto recebeu as seguintes críticas sistematizadas por FORMANN (1979: 169):

- 1) a colônia ficava distante dos centros consumidores e se ressentia da falta de comunicação;
- 2) a SUDENE, responsável pela implantação do projeto, não levou em consideração o atendimento das necessidades sociais, educacionais e sanitárias dos colonizadores;
- 3) deslocou populações das regiões de menor concentração de terras do Nordeste - agreste e

processo de modernização tecnológica.

A crescente urbanização, que se verificou nas décadas de 1950 e 1960, a industrialização e comercialização da agricultura criaram, no entender de FORMAN (1979, 230), demandas por maior produção e consumo nas áreas rurais, que provocariam uma ruptura nas formas tradicionais de posse e uso da terra (arrendamento, parceria, etc) e um conseqüente descontentamento generalizado por conta dos interesses contrariados. As novas exigências de aumento de produção agrícola e de racionalização do sistema de comercialização influenciaram a valorização das terras, provocando, conseqüentemente, a expulsão dos camponeses. Todos estes movimentos redundaram num aliciamento dos camponeses e trabalhadores rurais, pelas lideranças políticas em contenda, facilitado pela melhoria dos meios de comunicação, buscando cada facção obter apoio à sua tese.

Camponeses e demais trabalhadores rurais começaram a intensificar o ritmo e o volume de suas reivindicações, expressando-os através de seus Sindicatos e Ligas Camponesas, embora duramente reprimidos pelo Estado e proprietários de terras, conforme será demonstrado na seção 3 deste capítulo. Embora movidos por reivindicações diferentes, tinham em comum a luta por um padrão de vida condigno e pelo reconhecimento e respeito por sua cidadania. Os sindicatos, especificamente, reivindicavam estender ao campo a legislação trabalhista vigente, respeito ao exercício do direito de sindicalização pelos patrões, melhor remuneração, dentre outros assuntos. Quanto às

Ligas Camponesas, representantes dos interesses dos pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros, posseiros e moradores, concentravam seus esforços na luta pela reforma agrária, reinvidicando o acesso à terra e demais meios de produção, objetivando assegurar sua participação na renda nacional através da produção de alimentos e matéria-prima para o setor urbano e para as indústrias, em pleno desenvolvimento.

Em nenhum momento a mudança da estrutura agrária brasileira, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e de renda agrícola, esteve tão perto de acontecer atendendo ao pleito dos camponeses, continuamente frustrado pelas elites. Possivelmente, ANDRADE (1987: 52) esteja com a razão ao afirmar que os governos populistas estavam comprometidos com o povo apenas aparentemente dado que estavam ligados aos interesses dos grandes grupos internacionais. A luta pelo condicionamento do direito de propriedade ao uso produtivo da terra tem sido, na visão de VIEIRA (1981,19), sucessivamente arrefecida pelas derrotas impostas pelas oligarquias agrárias, aliadas à burguesia comercial industrial e financeira. A título de exemplo, na década de 1960, o Governo de Jânio Quadros, de pequena duração, ensaiou uma nova tentativa de dotar o país de uma legislação de reforma agrária, que não chegou a ser posta em votação no Congresso Nacional.

Entretanto, nem tudo foi insucesso. Graças a mobilização das Ligas Camponesas, do MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra, engajados na luta pela Reforma Agrária, e do sindicalismo

rural (legalizado em 02.02.63 - Lei nº 4212), conseguiu-se, de João Goulart, a assinatura, em março de 1964, do Decreto 53700 que declara de interesse social, para fins de desapropriação, terras localizadas às margens das rodovias federais, das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, na ocasião inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, sendo revogado tal decreto pelos militares, a seguir, em 13.04.64, pelo Decreto 53883.

1.3. ESTADO AUTORITARIO TECNICO-BUROCRAICO

PERIODO - 1964 A 1985

A partir de 1964 instala-se no país um sistema de dominação autoritário, técnico-burocrático, fundado numa aliança das classes empresariais, compreendendo a burguesia industrial e os proprietários de terras, com as forças armadas, que mais uma vez excluem do processo político as massas populares. O Estado colocou-se acima da sociedade civil, destituindo-a mais uma vez de qualquer representação de seus interesses junto às mais diversas esferas de poder, principalmente a classe operária urbana e rural e os camponeses, ao tempo em que concederam ao bloco no poder amplo espaço de defesa de seus interesses, segundo exigências da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira e nacional (IANNE 1984: 19).

O poder do Estado, durante o Regime Militar, expandiu-se e

se fortaleceu. O executivo absorveu e subordinou os poderes Legislativo e Judiciário. Extinguiu os processos decisórios democráticos, seus mecanismos de mando e os meios de execução, os instrumentos de legitimação de tudo que envolvesse o exercício do poder de legislar, em função dos interesses dos segmentos sociais nele representados, no momento em que cassaram ao legislativo a atribuição de influenciar a captação e destinação dos recursos financeiros, constituir comissões de inquérito para apurar a atuação do poder executivo. As poucas comissões de inquérito, criadas pelo legislativo, destinadas à averiguação de denúncias ou de suspeição de irregularidades ou de exorbitação de poder da autoridade, não resultaram em nada, estimulando-se, pela impunidade, a prática delituosa, enquanto afastava do povo sua confiança nas instituições democráticas.

Aos poucos, o bloco no poder foi desenhando os contornos de um projeto econômico que presidiu a ação governamental, no período de 1964 a 1985. O projeto anterior de substituição de importação, que havia orientado a política econômica até 1964, passa a ser substituído por um projeto capitalista associado dependente, implementado pelo Regime Militar.

Em seguida à derrubada do governo civil, os militares aprovaram a Lei 4504, de 30.11.64, o Estatuto da Terra, com base, segundo OLIVEIRA (1990, 83), em acordo firmado entre o novo governo e os latifundiários, e criaram, pelo Decreto 55889, de 31.03.65, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, substituído em 09.07.70 pelo INCRA - Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária, conforme Decreto Lei 1110. O Estatuto reconhece a função social da propriedade e prevê a desapropriação de terras nas áreas de tensão social mais forte, a serem atribuídas (ao trabalhador) sob a forma de propriedade familiar e de propriedade cooperativa. Por esse acordo, o governo levou a "paz" ao campo, na medida em que atenuou as consequências da repressão policial, com a aprovação da lei de Reforma Agrária, assumindo assim a bandeira, anteriormente empunhada pelos segmentos progressistas, manteve em funcionamento os Sindicatos desvinculados no entender das autoridades, da influência dos comunistas, e extinguindo as Ligas Camponesas. Por fim, assegurava às oligarquias rurais a certeza de que a questão agrária seria resolvida, como assim o fez, sem prejuízo para eles e alimentava a esperança dos camponeses, transparecendo determinação em fazer a reforma, criando os mecanismos jurídicos e institucionais necessários. Pelo Estatuto da Terra reconhecia a necessidade de dividir os latifúndios por dimensão e de aglutinar os minifúndios que já tinha sido objeto de recomendação da Comissão Nacional de Política Agrária. Considerava, ainda, susceptíveis de desapropriação áreas nas seguintes situações:

- 1) beneficiadas por obras públicas de vulto;
- 2) aquelas cujos proprietários não conservem os recursos naturais;
- 3) destinadas à colonização;
- 4) com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- 5) aquelas cujo uso atual não seja adequado à sua vocação.

Pelo visto, verifica-se que mais uma vez o Estado confirma sua disposição, já manifestada no segundo governo de Vargas, de subdividir os latifúndios e de agregar os minifúndios, pelo que, estes últimos, revelou-se como incapazes de absorver a força de trabalho total de quatro membros adultos da família e de lhes proporcionar o sustento, levando-os a buscar meios de implementação da renda (FORMAN, 1979:99, PINTO, 1979:39).

Malgrado haver criado mecanismos políticos e institucionais para promover a reforma agrária, o governo abandonou o projeto na década 71/80 e optou por uma estratégia de estímulo à modernização do latifúndio e extinção do minifúndio (WILKINSON, 1986: 27). Entretanto, ao incentivar a ocupação pelo grande capital nacional e estrangeiro das novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e da Amazônia, formou, contraditoriamente, extensos latifúndios responsáveis pela expropriação dos posseiros, e, efetivamente, não os extinguiu nas áreas tradicionais da agricultura. Tal modernização foi realizada de forma predatória, tecnologicamente inadequada, desastrosa e alijadora dos pequenos proprietários e dos arrendatários, parceiros e moradores, contribuindo para o êxodo rural em direção aos médios e grandes centros urbanos, gerando demanda por serviços públicos de tal magnitude, cujo atendimento tem sido um desafio para os administradores públicos.

VEIGA (1990: 25) reconhece, entretanto, que apesar do Estatuto não ter sido aplicado pelos Governos Militares, não perde sua relevância como instrumento a disposição do poder público para promover uma transformação profunda no regime de

posse e uso da terra no Brasil, no momento em que se reunirem condições políticas propícias. Principalmente porque, estabelece critérios para a indenização dos proprietários das terras desapropriadas no interesse público. Basta lembrar que a falta destes critérios, representou, até então, o principal obstáculo à promulgação de uma lei de reforma agrária, no período de 1946/1964. As constituições anteriores condicionavam a desapropriação à indenização em moeda e de forma imediata, o que inviabilizava a intervenção governamental, por falta de recursos financeiros. Este dispositivo sofreu modificações ao admitir a indenização mediante a emissão de títulos da dívida pública, através de emenda à Constituição de 1946 e à de 1967. O valor indenizatório passou a ser estipulado, com efeito, no que fosse declarado pelo proprietário para fins de pagamento de Imposto Territorial Rural, coibindo, presumidamente, a sonegação de informações.

Contrapondo-se à Reforma Agrária, o novo regime, assegura WILKINSON (1986, 27), optou pela modernização dos latifúndios, através da incorporação de métodos e processos agrícola modernos, de natureza industrial, financiados a juros subsidiados, pela reestruturação do sistema de comercialização e de crédito, e pela incorporação de áreas de fronteira ao processo produtivo, absorvendo a mão-de-obra liberada da área minifundista em extinção. Assim procedendo, o governo assegurava sua sustentação política, na medida que atendia às expectativas da burguesia industrial e dos grandes proprietários de terra, possibilitando, no entender de WANDERLEY (1979, 109) a integração da agricultura

ao setor industrial via mercado, pela aquisição de insumos, implementos e máquinas agrícolas, abandonando, definitivamente, o modelo defendido por segmentos progressistas, relativo à democratização da propriedade agrária, pela qual esperava-se incorporar ao mercado uma população rural sem terra ou minifundista.

Assegura IANNE (1981, 42/44) que os setores produtivos privados, nacionais e imperialistas, foram largamente articulados pelo capital financeiro, desenvolvendo-se em condições monopolistas, largamente protegidos pelo poder público. A acumulação capitalista realiza-se, segundo ele, simultaneamente pela concentração e pela centralização do capital, favorecida pelo poder público através da intervenção planejada, mobilizando recursos políticos e organizacionais, científicos e pela utilização da repressão policial dos trabalhadores e camponeses, impedindo-os de expressarem seus interesses e de se articularem em sua defesa, de modo a garantir e reforçar sua subordinação econômica e política, beneficiando a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia.

A estratégia de isenções de impostos, concessões de incentivos fiscais, créditos, avais, entre outras facilidades, beneficiaram amplamente a concentração e centralização de recursos da sociedade pelas classes dominantes. Terras devolutas e de pouco valor comercial, ao contrário da política enumerada pelo governo, foram apropriadas pela burguesia financeira, industrial como reservas de valor em detrimento dos posseiros e dos índios. Estima VINHAS (1980, 109), que 44,05% das terras do Mato Grosso

foram alienadas a pessoas de outros Estados, especialmente a residentes do Estado de São Paulo. Dos 98 milhões de hectares apropriados, apenas 13 milhões eram cultivados, caracterizando-se, assim, intenções especulativas, como reservas de valor, protegendo-se contra a inflação e aguardando valorização, à medida em que fossem sendo realizados investimentos em infraestrutura pelo poder público. Contraditoriamente, os índios e os posseiros foram, e ainda são, enxotados de suas terras pela ação criminosa e impune dos grileiros e jagunços.

A política de modernização, justificada pelo governo, presumidamente destinava-se a corrigir distorções, aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar os níveis de salário dos trabalhadores, proporcionando-lhes melhor padrão de vida. Entretanto, pesquisas comprovam que tal política apenas reforçou o processo de concentração de renda do setor agrícola. As culturas que utilizam maiores proporções de insumos modernos, tais como fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, foram beneficiadas pelos mecanismos de incentivos fiscais do governo, registrando maior lucratividade. Ao contrário, a agricultura de subsistência, responsável pela produção de alimentação básica para a população de baixa renda, não recebeu atenção especial dos poderes públicos, embora caiba-lhe expressiva geração de empregos.

Os reflexos desta política, contrariando os discursos oficiais, fizeram-se sentir na queda dos níveis de renda e de emprego. SILVA (1981, 30/31) alega que os fertilizantes e adubos aumentaram as exigências de mão-de-obra não qualificada, por

foram alienadas a pessoas de outros Estados, especialmente a residentes do Estado de São Paulo. Dos 98 milhões de hectares apropriados, apenas 13 milhões eram cultivados, caracterizando-se, assim, intenções especulativas, como reservas de valor, protegendo-se contra a inflação e aguardando valorização, à medida em que fossem sendo realizados investimentos em infraestrutura pelo poder público. Contraditoriamente, os índios e os posseiros foram, e ainda são, enxotados de suas terras pela ação criminosa e impune dos grileiros e jagunços.

A política de modernização, justificada pelo governo, presumidamente destinava-se a corrigir distorções, aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar os níveis de salário dos trabalhadores, proporcionando-lhes melhor padrão de vida. Entretanto, pesquisas comprovam que tal política apenas reforçou o processo de concentração de renda do setor agrícola. As culturas que utilizam maiores proporções de insumos modernos, tais como fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, foram beneficiadas pelos mecanismos de incentivos fiscais do governo, registrando maior lucratividade. Ao contrário, a agricultura de subsistência, responsável pela produção de alimentação básica para a população de baixa renda, não recebeu atenção especial dos poderes públicos, embora caiba-lhe expressiva geração de empregos.

Os reflexos desta política, contrariando os discursos oficiais, fizeram-se sentir na queda dos níveis de renda e de emprego. SILVA (1981, 30/31) alega que os fertilizantes e adubos aumentaram as exigências de mão-de-obra não qualificada, por

ocasião das colheitas, e a mecanização, que se estendeu às demais atividades além da colheita, acentuou a sazonalidade da ocupação deste fator de produção. Tal processo foi responsável pelo aumento da marginalização do trabalhador rural, que se viu expulso das propriedades pela perda do emprego permanente e do pedaço de terra que cultivava, complementando sua renda.

As pequenas unidades de produção, que subsistiram ao processo de concentração da propriedade, substancialmente policultoras e responsáveis pela produção da alimentação básica, não se beneficiaram das leis de mercado, que, concretamente, não funcionaram para estes produtores. O presumível estímulo que o crescimento urbano industrial poderia ter provocado sobre a produção de alimentos, pelo crescimento de sua demanda refletido no aumento dos preços, foi anulado em virtude da política pública de aviltamento do salário-mínimo, única fonte de renda das massas, e do controle sobre os preços agrícolas daqueles produtos. Ademais, a dispersão desses pequenos produtores associada ao pouco que produzem como excedente para o mercado, e de modo geral, a perecibilidade desses produtos, leva-os a vender sua produção para os atravessadores com quem ficam, no entender de SILVA (1981, 31), os lucros da atividade. A baixa remuneração do trabalho e a reduzida produção dos minifúndios levam o trabalhador rural a buscar formas alternativas de complementação de renda, através do prolongamento da jornada de trabalho e da incorporação da mulher e dos filhos menores às atividades agrícolas. Esse esforço, todavia, não redundou num melhor nível de renda da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível,

configurando-se a violência dos processos de exploração a que estão submetidos.

As terras exploradas por estes agricultores, além de solos pobres, são, de modo geral, de áreas reduzidas, inferiores a um módulo rural, proporcionando ganhos equivalentes à quantia de um a dois salários mínimos, insuficientes para a manutenção de uma família de quatro pessoas, forçando-os, conforme constataram SILVA (1981, 74) e FORMANN (1979, 99; PINTO, 1979:139), a recorrerem a outras ocupações para viabilizar a reprodução simples e o restabelecimento dos níveis prévios de consumo. De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, eles representavam em 1975/76 cerca de 4 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura brasileira. PINTO (1979:145) louvando-se no Relatório Final do Grupo de Trabalho para Promoção de Agricultura de Baixa Renda da SEPLAN, 1976, constatou o crescimento dos minifúndios nos anos de 60 a 70, registrando no Nordeste um aumento no número de propriedades com área inferior a 10ha de 12% (doze por cento), enquanto no Sul foi de 122% (cento e vinte e dois por cento) e no Centro Oeste de 115% (cento e quinze por cento), o que levou as autoridades a proibir a venda de propriedades de extensão inferior a um módulo rural em 13.11.1976, através do Decreto Lei nº 57, em complementação ao artigo 65 do Estatuto da Terra.

O processo de industrialização da agricultura submeteu a renda da terra aos interesses dos capitalistas. Atingiu de formas diferentes os vários segmentos de trabalhadores, proporcionando em vários casos condições para que uma fração de camponato ampliasse a produtividade do trabalho familiar, através

do acesso ao avanço tecnológico colocado a disposição da agricultura, sem que lhes proporcionasse os ganhos correspondentes. A indústria fornece-lhe sementes selecionadas, tecnologia moderna e financiamento, em troca do recebimento da produção final. Essa relação subordina a renda do camponês à determinações do capital e à tutela do Estado. Tendo-se já verificado este último fato no Vale do São Francisco, onde o Estado, através da CODEVASF, intervém na produção agrícola, desempenhando, segundo SORJ (1986: 51), o papel do promotor e mediador de integração da pequena produção com a agroindústria, quando não atua diretamente como gerador de estabelecimentos agroindustriais integrados. Para SORJ, neste sistema em que se verifica uma dependência vertical do produtor com a agroindústria, a organização cooperativada tem poucas possibilidades de êxito. Desta forma a CODEVASF modificou sua política, substituindo o modelo de exploração cooperativista por estabelecimento agroindustrial privado. Exemplo dessa integração é a produção de frango atrelada à sua industrialização e comercialização; a de tomates no Vale do São Francisco atrelada a indústria de doces e conserva. Este processo, entende FORMAN (1979, 167), com frequência, transforma o camponês num proletário industrial rural empobrecido.

A política agrária do governo militar, afirma IANNE (1981, 89), disseminou, por seu turno, praticamente, as relações de produção capitalista por todos os recantos do território brasileiro. As forças e as relações de produção capitalista desenvolveram-se sob todas as formas, com implicações negativas sobre o

pequeno produtor rural e o trabalhador de forma geral. Cresceu e se alastrou por todo o meio rural a proletarização dos camponeses, vista por GRAZIANO (1989, 41/42), como a conversão deles em bóias-frias pela expropriação dos meios tradicionais de reprodução, quando se sabe que é justamente o recurso à agricultura de subsistência que lhes garantia a manutenção, ainda que em condições instáveis e precárias. Assim, reduzidos à condição de miséria, são atingidos em sua dignidade, feridos no amor próprio pela perda de sua capacidade de auto-afirmação, submetendo-se, como desvalidos, à comiseração pública, quando não socorridos por alguns programas emergenciais do governo, manipulados, a maioria das vezes, com fins eleitoreiros. Observe-se o que ocorreu na região de jurisdição da CODEVASF, cuja concessão de subsídios e a orientação imprimida pelo governo substituiu o pequeno produtor do Vale do São Francisco pelos grandes projetos de empresa, em geral estranhas à região. A política de crédito levada a efeito pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A também favoreceu os grandes e médios proprietários, sobretudo os pecuaristas, não obstante gerassem poucos empregos.

A proletarização do camponês destituiu-o da propriedade dos meios de produção pelo arbítrio do empregador que contou com o apoio do poder público, sujeitando-o à comercialização de sua produção, do seu trabalho, em condições desfavoráveis às preexistentes e ao atendimento de suas necessidades básicas de reprodução. A perda da terra reduziu o camponês ao recebimento de um salário insuficiente ao sustento de si próprio, agravando-se suas condições de vida, agora dependendo, apenas, da

oferta temporária de emprego, em condições que ferem dispositivos legais e cláusulas de acordos coletivos de trabalho. Não obstante, persistem relações de trabalho pré-capitalistas e semi-feudais de exploração do trabalhador rural, como, por exemplo, o uso da terra ou a prestação do trabalho mediante o pagamento in natura (meio, terzo, etc), trabalho gratuito (cambão, condição, etc) coação por dívidas e trabalho sol a sol prevalecentes em antigas e novas regiões agrícolas (VINHAS, 1980: 86).

O trabalhador assalariado rural, muito embora tenha conquistado a seguridade social, permanece desamparado e com dificuldades de acesso à justiça para coagir o empregador a cumprir a lei e as cláusulas das convenções coletivas de trabalho (VINHAS, 1980:106). Mormente, quando passou-se a usar o empreiteiro, conhecido como "gato", para dificultar a aplicação e fiscalização das leis agrícolas e trabalhistas. Generalizou-se a exploração dos peões, recrutados pelos "gatos", nas localidades mais afastadas da fazenda, mediante o acordo verbal de condições e vantagens que, posteriormente, são transformadas em instrumentos econômicos de coação do trabalhador, impedindo-o de romper o Contrato de Trabalho sem prévia indenização ao empregador das despesas de recrutamento e fornecimento de transporte e alimentação por ele realizadas (OLIVEIRA, 1990:68).

A política agrícola, relativa ao aumento da produtividade, está voltada à exportação, à geração de divisas, através de juros e custos subsidiados pelo poder público, mediante a justificativa de assegurar competitividade aos preços dos produtos

agrícolas em relação ao mercado internacional, contribuindo, para gerar divisas necessárias às importações industriais, inclusive integrando o pequeno agricultor à indústria como produtor de matéria-prima, ao tempo em que é transformado em consumidor de implementos e insumos químicos, contribuindo para a expansão industrial, inclusive como fornecedor de alimentação básica para as populações urbanas (IANNE, 1981:89/91). Estes pequenos produtores capitalistas (PINTO, 1979:147) estão, geralmente, localizados nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e dedicam-se às atividades hortifrutigranjeiras ou à produção de soja. Portanto, o processo de concentração da propriedade e de industrialização da agricultura é responsável pelo crescimento do desemprego, dos trabalhadores sem teto, transformados em bóias-frias, que peregrinam pelo imenso território brasileiro à procura de emprego, quando não migram para as periferias das grandes cidades, formando bolsões de pobreza, somando-se aos marginalizados, à medida que passam a viver de subempregos e a dependerem dos programas assistencialistas do governo, habitualmente usados por políticos ligados aos interesses dos grupos no poder, contribuindo para a manutenção de relações patrão-dependente.

Os programas de colonização (PIN, PROTERRA, POLONORDESTE) buscaram, no entendimento de BURSZTYN (1984, 132/133), evitar o choque entre os grupos modernos e arcaicos, no sentido de adaptar a organização social e econômica de produção às novas necessidades do capitalismo. A intervenção do Estado fez-se no sentido de viabilizar em certas zonas geográficas, reforça o

autor, a reprodução ampliada do capital, sem que transformações na estrutura agrária tivessem sido realizadas.

No Sul e Sudeste, ao tempo em que foram mantidas intocadas as estruturas fundiárias, promoveu-se um certo desenvolvimento intensivo do capitalismo agroindustrial. O mesmo ocorreu no Nordeste, especialmente na zona da mata, conforme será visto em capítulo à parte. No Centro-Oeste e no Norte, promoveu-se, também, a ocupação, anteriormente aludida, das reservas indígenas, das terras devolutas e ocupadas em grande parte por posseiros, verificando-se uma taxa de crescimento do pessoal ocupado na agricultura no período de 1970/1975, de 36% e 54% respectivamente, quando a taxa de crescimento geral era de 19,75%. Segundo IANNE (1980,93), estes trabalhadores provinham das regiões de agricultura tradicional, atraídos por terras livres e por projetos de investimento do governo. Embora a expansão da fronteira agrícola, nas décadas de 60/70, tenha sido expressiva, em nada contribuiu para melhorar a estrutura fundiária no país.

2. MODERNIZAÇÃO DA AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA E A EXPROPRIAÇÃO DO CAMPONÊS

O que até agora pôde-se observar, é que a produção agrícola camponesa desenvolveu-se associada à monocultura para exportação, como uma atividade subsidiária e com ela articulada, fornecendo á grande propriedade mão-de-obra abundante e barata e sua alimentação básica, inclusive para os centros urbanos.

O engenho "banguê"⁶ (foto nº 1), usado na manufatura do açúcar no Nordeste, era uma organização complexa e autosuficiente, que exigia uma expressiva inversão em capital, em extensas áreas e bom número de trabalhadores de produção agrícola, e em instalações e dependências destinadas ao preparo, processamento e armazenamento do açúcar, bem como a casa grande em que morava o senhor de engenho, e as senzalas e oficinas de apoio (Foto nº 2), ao contrário da pequena exploração de subsistência, realizada diretamente por pequenos proprietários e arrendatários, parceiro e posseiros, agindo conjuntamente com seus familiares.

Sua organização seguiu os modelos tradicionais e clássicos da agricultura do país, compreendendo, segundo PRADO (1990:166), uma exploração em larga escala, tipo "plantation"; fundada na grande propriedade monocultora, trabalhada por escravos negros, substituídos, mais tarde, por trabalhadores semi-assalariados e assalariados. Era comum o senhor de engenho ceder parte de suas terras, em regime de parceria ou arrendamento, a lavradores, sob condição de receber metade do açúcar extraído e, ainda, o pagamento do aluguel das terras com parte da cana colhida (BRADLEY, 1977: 66). Estes lavradores, afirma PRADO (1990:38), não se confundem com os pequenos produtores livres, constituídos de negros aforrados, índios, mestiços e brancos pobres (foto nº 4) que cultivavam geralmente terras fracas⁷, cedidas pelo senhor de

6. BANGÜE: padiola confeccionada com cipó traçado entre dois paus compridos que servia para transportar o bagaço de cana.

7. TERRA FRACA: terra de baixo rendimento, motivado, em geral, pelo cultivo relativamente constante sem a observação sistemática pelo camponês do período necessário de pousio, principalmente, em razão da dimensão reduzida do sítio. O pequeno produtor defronta-se com escassez de terras e de meio para trabalhá-la.

engenho mediante a contraprestação de trabalho gratuito e pagamento do foro, com diferentes espécimes de cereais, legumes e mandioca, e uma diversidade de frutas silvestres, além das introduzidas pelos colonos, tais como a banana e a laranja, para consumo próprio e para o consumo dos núcleos urbanos, também abastecidos pelo que sobrava da alimentação básica, cultivada, subsidiariamente à grande lavoura, pelos senhores de engenhos e fazendeiros, nas terras menos produtivas, em geral nas encostas.

A agricultura de subsistência sempre foi colocada em segundo plano, a despeito da legislação, desde o princípio da colonização do Brasil, obrigar os proprietários a plantarem gêneros alimentícios. Esta legislação, como a atual lei do sítio⁸, nunca foi obedecida voluntariamente pelo grande proprietário, que, ao contrário, acabou com os sítios⁹, substituindo-os por cana-de-açúcar, que lhe assegura certamente melhor remuneração, ao contrário da agricultura de subsistência¹⁰ a que se dedicam os camponeses. Detendo o monopólio, os senhores de engenho orientavam quase exclusivamente o uso da terra para o plantio da cana-de-açúcar, retomando suas terras dos lavradores, foreiros e moradores sem nenhuma indenização, embora prevista no Código Civil, levando as populações pobres a graus elevados de subnutrição pela escassez e encarecimento dos alimentos.

8. LEI DO SÍTIO: que obriga ao proprietário ceder, gratuitamente, área de até dois hectares de terra para o plantio da lavoura de subsistência na zona da cana-de-açúcar ao atabalhador com um ano ou mais de trabalho contínuo. Dec. Lei nº 57020, 1965 (FORMANN, 1979:98/99; SINGAUD, 1983, 81).

9. SÍTIO OU ROÇA: designa a extensão de terra, compreendendo casa e terra para plantar, cedida pelo senhor de engenho ao morador-foreiro.

10. AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA: produção para autoconsumo ou para o consumo local, desenvolvida nos engenhos de açúcar pelo foreiro, parceiro, meeiro, moradores, etc.

Pretende-se demonstrar que o monopólio da posse e exploração da terra na Zona da Mata de Pernambuco tem promovido contradições na medida que proporciona condições de sujeição do trabalhador ao arbitrio do empregador que dessa forma submete-o à expropriação da renda e do produto. A modernização da agroindústria açucareira manteve e ampliou a grande propriedade, promovendo a desarticulação das antigas relações sociais no campo pela expropriação do camponês, de suas condições tradicionais de trabalho. A modernização agrícola vai ocorrer basicamente a partir dos anos de 1950.

Inicialmente, promoveu-se a modernização do fabrico do açúcar.

Entre 1870 e 1910, os engenhos "banguês" experimentaram uma fase de expansão agrícola, beneficiando-se da substituição do trabalho escravo, abolido em 1888, por trabalho livre, semi-assalariado, abrindo-se-lhes a possibilidade de expansão condicionada, tão somente, pelo aumento da produtividade, com o início de sua modernização.

Anteriormente, graças a conjunturas favoráveis, principalmente no século XVIII, promoveu-se uma crescente concentração de propriedades em mãos dos produtores de açúcar. Esse processo acentuou-se, particularmente, no século atual, graças a intervenção do Estado, colocado a serviço da burguesia agrária-industrial, através de incentivos à concentração da propriedade em mãos de usineiros, não importando seu custo social.

Em substituição ao trabalho escravo, novos arranjos do

sistema de produção foram feitos na Zona-da-Mata do Nordeste ao lado dos antigos lavradores, fundamentados em relações de produção semi-assalariadas dando origem aos foreiros moradores: antigos escravos passam à condição de morador. Os senhores de engenho cediam ao camponês a morada e um lote de terra para a produção de sua alimentação básica, composta de batata-doce, iame, macaxeira, milho, feijão ou fava, farinha e um pouco de carne, e, em troca, exigiam um certo número de dias por semana de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar, e pagando-lhe em dinheiro uma remuneração inferior à de um trabalhador de fora (foto nº 3, 4). Ao lado do engenho, mantinham barracão para a venda de mercadorias aos trabalhadores, mediante a concessão de vale para abatimento no seu salário. Dada a disparidade dos preços, o camponês mantinha-se sujeito ao senhor de engenho e impossibilitado de saldar seus débitos, configurando um assalariamento não monetário.

Estes moradores e, inclusive, os arrendatários, passaram a ser expulsos, a partir da aprovação em 1963 do Estatuto do Trabalhador Rural que estendia ao homem do campo o direito salário mínimo, à percepção de férias, ao repouso remunerado, ao sindicato e à previdência social, e da valorização das terras verificadas a partir dos anos 50, com o surgimento de novas usinas, melhoramento das vias de comunicação e dos meios de transportes.

Além dos lavradores e moradores, as terras não cultivadas pelo senhor-de-engenho e disponíveis eram arrendadas sob o

regime de parceria ou meação a outros camponeses para a produção de gêneros de subsistência. A cada período de expansão da agricultura de exportação, beneficiada pelos preços internacionais, verificava-se a disputa da cana-de-açúcar por estas terras. Os camponeses eram levados pelos grandes proprietários a abandonar a agricultura de subsistência para, sem a indenização prevista no Código Civil (BRADLEY, 1977, 66), cederem espaços para o cultivo da cana-de-açúcar, dando origem à novos engenhos que, aos poucos, foram ocupando as terras disponíveis, avançando sobre sítios e as propriedades menores de lavradores independentes.

O parcelamento das sesmarias ocorreu ainda no período colonial, assegura FORMANN (1979:51), através da venda de terras pelos engenhos, presumivelmente levados por crise financeira, dando origem, assim a pequenas propriedades exploradas por lavrador, ou mediante a repartição natural de parte das terras das sesmarias, originando novos engenhos-de-açúcar com áreas que oscilavam entre 200 a 1000 hectares de terras férteis.

O melhoramento tecnológico experimentado pelos engenhos, a partir do século XVIII, teve forte influência na configuração do desenho da estrutura agrária nordestina. Em 1817 o vapor é adotado por cinco engenhos em Pernambuco. O incremento da capacidade de esmagamento da cana por engenho à vapor (foto nº 5) estimulou a ampliação da área agrícola, através da ocupação do restante das terras ainda não exploradas, e pelo melhoramento do rendimento da própria cana-de-açúcar, promovendo-se mudanças na

exploração agrícola pela intensificação do uso do arado e introdução de novas variedades de cana, em substituição à cana caiana de baixo rendimento, mantendo-se, todavia, inalteradas as relações sociais tradicionais como morada, aforamento e parceria. Mesmo quando promovera-se a extinção do sistema de sesmarias que possibilitou a criação da propriedade privada em 1850 não houve mudança na estrutura fundiária da zona da mata do Nordeste.

Na atividade industrial, entretanto, ocorreram as principais mudanças, introduzindo-se, em 1850, inovações nas moendas (foto nº 6), que, de verticais, passaram para horizontais. O bagaço de cana, anteriormente removido e jogado fora pelos bangueseiros (foto nº 8), passou a ser utilizado como combustível, alimentando as fornalhas dos engenhos a vapor introduzidos na região. Segundo MELO FILHO (1984:35) e MAIA (1985: 17), em 1836 foi fabricada a primeira moenda a vapor em Pernambuco pela Fundição Aurora em Recife. O açúcar já havia experimentado melhoramento em seu processo de branqueamento, libertando-se, assim, do trabalho empregado para sua purgação com barro, colocado na parte superior da forma.

Estes e outros melhoramentos tiveram, entretanto, pouca significação, no entender de MAIA (1985:18), se comparados ao que ocorrera em 1874, quando promoveu-se a importação de máquinas mais aperfeiçoadas, que reduziram o emprego de mão-de-obra no fabrico do açúcar. O governo Imperial, através de juros subsidiados, iniciou as instalações de engenhos centrais a

vapor, como os existentes na ilhas de Martinica e de Guadalupe, com capacidade de esmagar maior quantidade de cana-de-açúcar, equivalente a vários engenhos "banguês". Para tocar este empreendimento, fazia-se necessário um grande aporte de capital em máquinas e, principalmente, em estradas de ferro, necessárias ao transporte de cana para suprir os engenhos centrais. Em Pernambuco, foram montados, em 1884, os engenhos Santo Inácio, Cuimbuca, Firmeza, Bom Gosto; em Alagoas, por volta de 1890, foram instalados os engenhos Central Barreiros, Utinga Leão, Mundaú e Sinimbu. Em Sergipe, em 1888, instalou-se, apenas, um engenho central no município de Riachuelo.

A participação do poder público objetivava (MAIA, 1985:18-20 e ANDRADE, 1985:46) assegurar a modernização do maquinário dos engenhos e o treinamento de pessoal especializado¹¹, viabilizando a recuperação da economia açucareira, ameaçada de fracasso pela concorrência internacional de engenhos modernos e pelo açúcar extraído da beterraba. Tal modernização possibilitou o aumento do rendimento manufatureiro acarretando o fechamento de muitos engenhos "banguês" de baixa produtividade, que passaram a condição de fornecedores de cana, e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e mais qualificado; finalmente, a associação com ingleses e/ou holandeses, possibilitou o aproveitamento de suas experiências no comércio inter-

11. Em 1864 o governo da Província de Pernambuco concedia subvenção anual ao Instituto Agrícola para montar um engenho modelo para treinamento de mão de obra. Em 1874 foi criada uma escola agrícola pelo poder público nas terras de antiga colônia IZABEL (MAIA, 1985: 22/23.)

nacional. A modernização do engenho "banguê" foi feita com recursos dos Governos Central e da Província de Pernambuco emprestados a juros subsidiados aos senhores de engenho que por inadimplência, tiveram seus saldos devedores perdoados (EISENBERG, 1977:13).

O projeto, em sua concepção original, foi um fracasso, tendo sido substituído pelos engenhos centrais de capital nacional, posteriormente, substituídos pelas usinas de açúcar, que, no entender de MAIA (1985:19), revigoraram o tradicional modo de produção, agora em grande escala, na medida em que absorviam as canas de lavradores e/ou fornecedores e as cultivadas em suas próprias terras, as quais, a partir de então, experimentaram uma nova fase de expansão ocupando as terras dos antigos engenhos e/ou usinas em dificuldades.

A implantação destas usinas provocou novas alterações na estrutura fundiária. O processo de desmembramento de sesmarias em pequenas propriedades com o objetivo de promover a agricultura diversificada, baseado no trabalho familiar, e que ocorrera no transcurso do século XVIII, é substituído pelo de aglutinação de terras em benefício de uma pequena minoria, em parte, ligada ao capital comercial urbano-usineiro (FORMANN, 1979:52). Este processo continua por todo o período Republicano, de forma sistemática e crescente, e substancialmente a partir de 1960, acompanhando a atualização tecnológica do parque industrial, à medida que se eleva a escala de produção de cada unidade produtora. A implantação das usinas em Pernambuco (MAIA, 1985:63),

possibilitou a continuidade dos arranjos de produção no campo, em que o proprietário fornecia terras aos seus moradores cobrando-lhes uma renda que variava de 20% a 30% sobre o produto obtido.

Com o advento da República, inauguraram-se novas relações do Estado com a agroindústria, considerando que os senhores de engenho foram, aos poucos, sendo substituídos pelos usineiros. O Estado de Pernambuco, sobretudo nos governos de Barbosa Lima e de Correia de Araújo, inaugurou a concessão de empréstimos para a instalação das usinas de açúcar e destilarias de álcool, inclusive para a implantação das estradas de ferro privadas indispensáveis. As crises cíclicas que caracterizam a economia agrícola dependente, a indústria açucareira responde com a redução do número de unidades de produção, absorvidas pelas usinas mais fortes nos períodos de declínio do comércio internacional, e com a expansão agrícola, estendendo seus tentáculos por terras de baixa produtividade e ociosas e por novas terras quando do aumento da demanda internacional, eliminando a agricultura camponesa, subordinando-a ao capital.

A crise do período de 1923 a 1940, acarretou queda nas exportações de açúcar, provocando graves consequências para a agroindústria açucareira, principalmente a Nordestina, que se encontrava ameaçada internamente pela concorrência da produção do Centro-Sul, provocando redução nas atividades e fechamento da maioria dos engenhos "banguês", que ainda resistiam à modernização do parque açucareiro, e de usinas menores, cujas terras

passaram a integrar a área agrícola daquelas indústrias, que conseguiram transpor a crise com menores perdas, contudo ajudadas pelo governo.

Os engenhos "bangüês", informa MELO FILHO (1984:36/37), resistiram à sua absorção pelas usinas de açúcar até o final da década de 1940, quando sofreram novo golpe com a interrupção do transporte marítimo de cabotagem para o Sul do país, principal comprador de sua produção em consequência da segunda guerra mundial. Com o recrudescimento da crise econômica de 1929, o excedente de mão-de-obra provocado pela redução das atividades da região, emigrou para o Agreste Pernambucano, ocupando as terras mais pobres, reiniciando a agricultura camponesa. Entretanto, os que ficaram na Zona-da-Mata, adaptaram-se às condições de exploração de seu trabalho, pelo crescente uso de formas semi-assalariadas já conhecidas, mediante a concessão, pelo antigo senhor de engenho, de terras ao trabalhador para o plantio da lavoura de subsistência em troca de dias de trabalho prestados aos seus proprietários ou pelo arrendamento e parceria das terras.

A partir de 1930, o Estado Novo interviu na economia açucareira do país como um todo, criando o IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool que, em atenção aos interesses da agroindústria açucareira do Nordeste, promoveu uma divisão regional do trabalho, através do estabelecimento de mecanismos de quotas de produção para cada região, assegurando preços mínimos e financiamento dos equipamentos das usinas. Tal política, se por um lado

evitou a queda da produção, por outro premiou a ineficiência da indústria nordestina em relação a sua concorrente de São Paulo. Inclusive, afirma OLIVEIRA (1981:69), contribuiu para a capitalização das Usinas de São Paulo, mantendo, todavia, as mesmas condições de reprodução das do Nordeste, reforçando-lhes certas características arcaicas de natureza anticapitalista, incorporadas por seu setor agrícola, principalmente, nos períodos de crise, conforme foi demonstrado anteriormente (semiproletariado, morador, sitiante, arrendatário, parceiro). Em decorrência do atraso tecnológico, Pernambuco outrora maior produtor de açúcar, perdeu sua hegemonia para São Paulo em 1957 e, mais recentemente, para o Estado de Alagoas.

Passado o período da II Guerra Mundial (1939/1945), a agroindústria canavieira experimentou um novo surto de desenvolvimento econômico, reequipando suas indústrias e expandindo a área agrícola, bem como, melhorando a eficiência do transporte de cana, graças a modernização do setor viário e a utilização do caminhão como meio de transporte de carga. Nesse período, segundo ANDRADE (1980:224), ocorreu nova ampliação da área agrícola, repercutindo na valorização das terras e provocando a expulsão dos foreiros e moradores e a concentração da indústria. A expansão das terras das usinas provocou uma reação dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, diante da iminência de perderem suas terras e de sua sujeição cada vez mais aos ditames dos usineiros, dando origem (ANDRADE, 1987:49), ao Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto Lei nº 3855 de 21.11.41, outorgado

por Getúlio Vargas, em defesa e resguardo dos direitos dos fornecedores e dos trabalhadores rurais. Com relação a estes últimos, quase nenhum efeito prático teve este instituto, face à falta de uma consciência de classe que os congregasse, às restrições do Estado ao associativismo rural, à ausência da autoridade pública nos municípios a quem pudessem recorrer a fim de assegurar seus direitos, e à coação econômica e extra-econômica a que estavam submetidos pelos proprietários das terras. A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, instituída em 1943, embora reconhecesse a categoria de trabalhadores rurais, negava-lhe o direito à sindicalização, que só a partir de 1945, com a redemocratização, veio a ser empreendida de forma tímida e graças aos militantes do PCB - Partido Comunista Brasileiro, mesmo contando com a repressão dos proprietários de terra e do Estado. A classe dominante conseguiu que fosse declarada a ilegalidade do PCB em 1947, tendo seus deputados perdido os mandatos.

A partir do final da década de 50 e da seguinte, promoveu-se um ciclo de modernização da agricultura pela incorporação de máquinas, implementos e insumos industriais que aumentaram o rendimento agrícola nas décadas referidas e também contribuíram para acelerar a expulsão dos moradores, arrendatários e parceiros das terras dos engenhos, transformando-os em trabalhadores assalariados temporários, o que contribuiu contribuindo para o agravamento dos conflitos entre trabalhadores, senhores de engenho e usineiros, ampliando-se o número de sindicatos rurais

e de Ligas Camponesas.

No período 1961 a 1967, embora diante de uma nova crise econômica, observou-se um aumento de todos os tamanhos da propriedade, principalmente das grandes em relação às pequenas. No período de 1970 a 1979, a indústria açucareira experimentou novo surto de desenvolvimento que implicou nova fusão de usinas, na concentração de terra e expansão da área agrícola, favorecidas pelo modelo de modernização agrícola implementado pelo Estado, por meio de financiamento a juros subsidiados e facilidade de crédito. Contrariamente ao que o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado pelo Decreto Lei nº 1179 de 06.07.71 - se propunha a realizar, destinando as terras fracas e improdutivas desapropriadas dos latifúndios para assentamento da mão-de-obra excedente, liberada pela agroindústria modernizada, a Zona da Mata do Nordeste continuou a ser inteiramente dominada pelos latifúndios (ANDRADE, 1982:25/28). Mesmo os programas que sucederam o PROTERRA, como o POLONORDESTE, em 1974, o Sertanejo, 1976, e o Projeto Asa Branca 1980, não conseguiram modificar a estrutura da posse e uso da terra, das regiões do Sertão, Agreste e Mata de Pernambuco, em virtude de uma política econômica comprometida com a classe dominante (ANDRADE: 1982, 29/121). Esta nova fase da agroindústria açucareira, promovida por uma política pública de incentivos, ampliou a produção das usinas, mediante a incorporação de novas áreas até então ocupadas por outras culturas, ou pela fusão de usinas de pequeno e médio porte, acarretando a

concentração de propriedades, mais uma vez, em prejuízo dos camponeses, expropriados de seu meio de produção, reduzidos a bóias-frias e com trabalho apenas por certos períodos do ano, agravando-se,destarte, sua condições de vida, inclusive dos demais trabalhadores rurais, impedidos de reagir pela forte repressão do governo militar.

O processo de criação e destruição de pequenos produtores rurais, verificado nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, é visto, por GRAZIANO (1989:31/32), como consequência do comportamento da economia, de maneira que nas épocas favoráveis, de expansão das atividades econômicas, promoveu-se a apropriação das pequenas propriedades pelo capital industrial financeiro, reforçando a estrutura fundiária de concentração de terra que, só em momentos de crise, com a redução de suas atividades, repassam a exploração de parte dos imóveis aos pequenos parceiros e arrendatários e moradores, recriando a economia camponesa.

Por volta de 1979, a agroindústria açucareira defrontou-se com uma forte retração da demanda internacional do açúcar, recebendo, desta feita, o apoio do Governo no sentido de canalizar sua produção para o mercado interno, convertendo açúcar em álcool hidratado para substituição da gasolina no abastecimento da frota nacional de veículos, face os reflexos econômicos internos, provocados pelo aumento dos preços internacionais do petróleo. O governo financiou, através do PROALCOOL, a instalação de destilarias e a realocização de usinas impossibilitadas de serem abastecidas por matéria-prima nas novas escalas de

produção exigidas. Essa realocização foi feita em detrimento, sobretudo, da economia camponesa na medida em que muitos destes projetos se instalaram em áreas de tradição pecuária e de cultura de subsistência, promovendo-se novo processo de expropriação dos camponeses, refletindo no nível de emprego e de abastecimento das populações pobres, na medida que os expulsava do campo, engrossando os estoques de trabalhadores desempregados ou subempregados, dependentes de programas assistencialistas do Estado, nos períodos de entressafras. Como exemplos desse processo, temos o município alagoano de Penedo e a microregião de Arapiraca; anteriormente, região de pecuária e de pequenos agricultores de subsistência, hoje, em processo de ocupação pela cana-de-açúcar. Até mesmo na área do semi-árido, em suas poucas terras férteis, a agricultura de cereais e a produção de rapadura, alimentação popular, cederam seu espaço, em alguns lugares, à invasão dos canaviais, em locais onde dominava a pequena propriedade e havia razoável distribuição de renda. É o caso do Cariri cearense e das terras do médio São Francisco, irrigadas com recursos públicos.

No Estado de Sergipe, a cultura da cana deu lugar à criação de gado, com sérias consequências sociais em decorrência da liberação de mão-de-obra, em face de sua menor utilização. Com efeito, os trabalhadores rurais excedentes migraram para as cidades e povoados, principalmente para a capital, localidades cujas atividades econômicas são insuficientes para absorvê-los. A falta de perspectivas de melhor futuro, essas populações ou

migram para Salvador, na Bahia ou para o Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo ou, ainda, para o Sul, fixando moradia no Estado do Paraná (ANDRADE, 1980:102).

A modernização dos métodos e processos agrícolas da cana-de-açúcar veio a ocorrer de forma sistemática a partir da década de 1940, intensificando-se ao final de 1950, sob incentivo do poder público que passou a financiar e estimular a compra de insumos, implementos e máquinas agrícolas em função do desenvolvimento do setor industrial eletromecânico e químico. Por outro lado, esse processo teve um ritmo próprio em cada situação particular, de modo que, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, a extinção das relações tradicionais de produção ocorreu posteriormente à da Mata Sul, onde não mais existiam os sítios (PALMEIRA, 197:307), de forma que, no final de 1960, no Vale do Siriji, encontravam-se, ainda, a presença dos antigos engenhos "bangüês", de "fogo morto", vários, explorados pelos descendentes dos senhores de engenho. Neste período, ainda se encontravam em funcionamento, na Mata Norte, engenhos "bangüês", bem como a presença de formas tradicionais de uso da terra, como lavradores, foreiros e moradores (MEYER, 1979:23).

O Vale do Siriji (Anexo I - Mapa do Vale do Siriji), na Mata Norte, pertenceu originariamente à capitania de Itamaracá e teve sua ocupação territorial iniciada no final do século XVII, quando foram distribuídas as primeiras sesmarias entre os anos 1680 e 1690 (MELO FILHO, 1984:55). Traficantes e aventureiros dedicavam-se aí a extração do pau-brasil, presente em abun-

dância no curso do baixo Siriji, no médio Rio Capibaribe-Mirim e no Tracunhaém. Pela metade do século XVII, a capitania de Itamaracá, à medida que escasseava o pau-brasil, experimentou a intensificação de seu povoamento por criadores de gado, plantadores de cana, de algodão e de mantimentos. Segundo ANDRADE (1958:47), diferentemente da Mata Sul, aí se formou uma sociedade policultora, estendendo-se ao Vale do Siriji, com a distribuição das primeiras sesmarias por volta do final do século XVII. Com a anexação de Itamaracá à Capitania de Pernambuco, nos idos de 1760, intensificou-se o povoamento da região e surgiram no Vale do Siriji os primeiros engenhos e propriedades destinadas ao cultivo do algodão.

O algodão encontrou no Vale do Siriji as condições climáticas e de solo favoráveis ao seu cultivo, expandindo-se pelas terras do baixo vale e pela porção meridional do médio vale, ocupando, principalmente, os solos que se estendem entre o Siriji e o rio Tracunhaém. Segundo ANDRADE (1958:63/64), o algodão herbáceo pelo fato de exigir menos emprego de capital e por ter um ciclo vegetativo curto aí se desenvolveu, cultivado por moradores, foreiros e pequenos proprietários, até o início deste século, quando foi abandonado por falta de amparo oficial, em virtude da erosão do solo por ele provocada, da ação danosa da largata e, por fim, da intensificação do plantio da cana, ocupando as terras até então arrendadas e cultivadas pelos moradores, cuja existência passou a ser ameaçada à medida em que os senhores de engenho passaram a exigir deles mais dias de

trabalho em sua propriedade. ANDRADE (1958:64) assegura que apesar da decadência do cultivo do algodão, ainda em 1950 ele ocupava uma área aproximadamente de 500 ha, com uma produção média de 250 toneladas.

O Vale do Siriji (Anexo I - Mapa do Vale do Siriji), no século XIX, manteve sua característica de policultura dada a existência de muitas propriedades que cultivavam o algodão, o fumo, o mantimento e, no final do século, o cultivo do café. As demais propriedades dedicavam-se à exploração da agroindústria da cana-de-açúcar porém em pequena escala, levando seus proprietários a arrendar parte das terras aos foreiros, que cultivavam principalmente algodão, mandioca, milho e feijão. Estes produtos, segundo ANDRADE (1958: 50), aos poucos foram sendo substituídos pela lavoura da cana-de-açúcar, de sorte que em 1850 os engenhos "bangüês" atingiam todo o Vale do Siriji, movidos na sua maioria por tração animal, substituída a seguir, paulatinamente, por maquinária à vapor. De modo que os engenhos à vapor aí surgiram meio século após haverem sido introduzidos na Mata Sul. As usinas de açúcar só vieram a instalar-se no Vale por volta de 1914 e 1921, quando surgiram, simultaneamente, as usinas Aliança e Barra. Depois de 1940, com o aumento do preço do açúcar, o Vale viveu um crescente desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar com a introdução de melhores variedades de cana, com a aplicação, após 1956, do adubo químico e com a mecanização da lavoura, promovendo-se a ampliação da área de cana-de-açúcar em substituição aos demais produtos, restando

apenas a cultura da banana e do café explorada ao pé da serra do Mascarenhas. Os latifúndios, por exploração, vão dando lugar às empresas agrícolas que de uma participação sobre o número de imóveis de 2,78%, em 1965, passou, em 1976, para 5,65%, representando, quanto à área ocupada, um crescimento, no mesmo período, de 13,57%, para 39,06% (ANDRADE:1982, 100). Portanto, o crescimento da cana-de-açúcar foi acompanhada da concentração fundiária.

Este processo de concentração fundiária é observado também no município de Vicência (Foto nº 9), cujos antigos senhores de engenho estão aos poucos se desfazendo de suas propriedades, como é o caso do Engenho Ribeirão, localizado no distrito de Murupé, onde se implantou a Agrovila da Vitória.

Neste distrito, ANDRADE (1958:51/53) observou a ausência da influência da usina de açúcar, o que explicava a presença, no final da década de 1950, do engenho "bangüê" em atividade, convivendo o plantio da cana com o cultivo da banana, do café e da laranja. ¶quela época, o autor já prognosticava a mudança da paisagem com a ampliação da capacidade de produção das usinas então instaladas, ou com a montagem de uma nova usina à montante de Vicência, o que ocorreu com a instalação da Usina Laranjeira, provocando a absorção das terras dos velhos engenhos; iniciando-se, esse processo, pelo arrendamento, até a aquisição definitiva, ensejando a substituição das relações de produção tradicionais. O caso em estudo, resultou da clara determinação de vender o Engenho Ribeirão, por sua proprietária, à Usina

Laranjeira, levando os trabalhadores, foreiros e moradores nele instalados, a reivindicarem junto ao Governo sua aquisição e repasse para eles.

O processo de modernização da agricultura de um modo geral foi conduzido com prejuízo para os trabalhadores rurais, em suas mais variadas representações, aumentando-se a repressão sobre eles. A medida em que o trabalhador, que mantinha laços que o atrelavam ao grande proprietário, atenuados pelo acesso consentido à terra escassa, viu-se coagido e inseguro pela incerteza que o atormentava, face ao desmoronamento das bases materiais de sua existência, assumiu uma postura política em defesa de seus interesses, passando a identificá-los como sendo os dos demais trabalhadores.

3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES

O que até aqui pôde-se observar, é que as relações sociais que regem o modo de vida camponês no Brasil são fundadas em laços de dependência e em mecanismos de coerção. São mecanismos econômicos e políticos que operam no sentido de assegurar o fluxo contínuo de bens e de mão-de-obra para o atendimento das necessidades urbanas. A posição social do camponês é de subordinação ao proprietário da terra e à burguesia urbana industrial, que dele extraem os diferentes tipos de renda, quais sejam: renda em produto, em trabalho, e em dinheiro (OLIVEIRA, 1987:76/78).

O tradicional proprietário da terra utiliza-se do trabalho

camponês por diferentes arranjos que envolvem obrigações tácitas ou escritas. Estes arranjos de produção são o arrendamento e a parceria, que, no entendimento de SINGER (1973, 171/173), são a mesma coisa, não se distinguindo no essencial. Ambos mantêm a subordinação do camponês ao proprietário da terra, diferenciando-se apenas quanto à forma de pagamento: haja visto que o arrendamento exige a paga em dinheiro, enquanto a parceria exige em produto. O arrendatário, como o parceiro, não dispõe de autonomia na combinação dos fatores de produção, porquanto o proprietário interfere na direção da produção e na forma de execução do trabalho. PINTO (1979:151) interpreta essa relação como forma disfarçada de contratação de mão-de-obra barata e garantida pelo proprietário, desobrigando-se, assim, do pagamento dos encargos sociais. O parceiro participa com seu trabalho e, em geral, com o de seus familiares, compartilhando os riscos, os custos e as perdas. A concessão de adiantamentos, sementes e outros produtos confere ao fazendeiro mais controle sobre a produção, por vezes, acarretando o endividamento do parceiro pela perda da colheita agrícola que lhe caberia. O que lhe sobra, após retirar o necessário à reprodução, é, o quanto antes, vendida, em condições desfavoráveis, graças a sua situação de pobreza.

Os pequenos proprietários por sua vez, consoante ficou comprovado nos capítulos anteriores, estão subordinados, também, ao sistema econômico dominante que os utiliza para uma maior acumulação capitalista. Estas unidades são exploradas com o propósito de permitir o desenvolvimento do processo econômico

global, para o qual se transfere sua produção. Estes camponeses, assim como os posseiros, vivem um problema específico relativo ao domínio sobre a terra em razão da inexistência do título de propriedade ou por sua documentação apresentar-se com incorreções e/ou incompleta (PINTO, 1979:150). A falta de conhecimento da legislação, dificultada pela condição de analfabetos e de pobreza dos posseiros e destes pequenos proprietários são as causas principais responsáveis pela ausência e pela irregularidade da documentação de posse e de domínio de suas terras, unindo-os em torno das mesmas reivindicações.

Em síntese, os fatores, a seguir enumerados, são responsáveis pelas condições de exploração destes pequenos produtores de culturas de subsistência que à falta de melhores condições buscam complementar sua renda pela venda de sua força de trabalho ao grande proprietário: falta de terra em quantidade suficiente à exploração econômica; falta de incentivos e estímulos governamentais; terras fracas, e falta de recursos monetários. Os próprios pequenos proprietários capitalistas, no que pese disporem de insumos e de alguma máquina, contam com uma série de dificuldades para a exploração agrícola: também faltam-lhe terra e capital em quantidade suficiente para atender suas necessidades e não contam com as vantagens asseguradas pelo poder público aos grandes proprietários. Tais fatos expõem-nos às condições ditadas pelo grande capital.

Os posseiros vão se juntar aos demais camponeses, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, todos submeti-

dos à instabilidade e insegurança de suas atividades, diante da possibilidade de perderem a terra que cultivam, reclamada por proprietários, por vezes ausentes, ou por grileiros munidos de documentação falsa. O problema principal dos posseiros é a falta de documentação legal que lhes garanta a propriedade da terra. Não obstante, o próprio Estatuto da Terra assegurar-lhes a faculdade de requerer o título de propriedade, desde que comprovem explorá-la há pelo menos 1 ano e um dia. Entretanto, o que se tem observado é o fato de que poucos são os casos do cumprimento da legislação em benefício dos posseiros.

Em resumo, o grande proprietário retribuía, e ainda hoje, em algumas regiões e/ou locais, retribui, o trabalho do camponês, em suas mais diversas representações, em bases materiais e procedimentos simbólicos capazes de assegurar os laços e mecanismos de subordinação. Tais procedimentos não só justificam-se no cotidiano como têm a propriedade de dissimular as relações de exploração que vinculam o camponês ao grande proprietário, de maneira imperceptível à consciência deles. São relações diretas e pessoais envolvendo todo um sistema de regras, de obrigações e lealdade a serem respeitadas pelo camponês, inclusive uma rede de apadrinhamento e proteção que caracteriza o estilo de dominação e de autoridade presentes nestas relações. Os oprimidos, na percepção de FREIRE (1978:33), são "hóspedes" dos opressores, face às condições por eles vividas na situação existencial, que condicionam sua estrutura de pensar. Com certeza, o conhecimento de si mesmos como oprimidos é prejudicado por este conjunto

de articulações sociais com os grandes proprietários, imobilizando-os politicamente, assegurando assim a permanência das condições materiais de opressão.

Mormente, quando o monopólio da terra criado pelo Estado brasileiro funciona como um poderoso instrumento de coação e de exploração do trabalhador rural, por conta de sua subordinação ao arbítrio de uns poucos proprietários. O acesso do camponês às condições necessárias à sua própria reprodução depende da aquiescência dos grandes proprietários que tiram proveito destas circunstâncias. Com certeza tais circunstâncias e fatos ditam o comportamento apropriado nas relações interclasses no meio rural e fundamentam a submissão do camponês à autoridade bem como reforçam o seu sentido de obrigações, numa série de relações de trocas desiguais.

Ademais, estas relações são reforçadas por um conjunto favorável de idéias das mais diversas origens, principalmente religiosa. FORMANN (1979:64) classifica estas relações (superior-subordinado), sob dois aspectos distintos de vínculos econômicos: patrão-dependente e proprietário-ocupante. São tipos de relações interpessoais que ainda hoje são encontradas no Brasil, de uso rotineiro nos grandes estabelecimentos rurais. A relação proprietário-ocupante identifica a concessão de terra pelo grande proprietário ao camponês em troca de pagamento em dinheiro ou mediante a prestação de serviço. Enquanto que a relação patrão-dependente serve para reafirmar, legitimar e justificar a autoridade entre categorias estruturais.

A revolução de 1930 lançou as bases materiais de construção de uma sociedade industrial que possibilitaram, a partir de 1950, romper as relações de produção tradicionais sem contudo colocar em risco a estrutura fundiária. O quadro seguinte, apresentado por FORMANN (1979:79), dá a exata dimensão deste atraso na década de 1950: 73% (setenta e três por cento) de todas as fazendas empregavam exclusivamente o trabalho humano, utilizando tradicionais instrumentos rudimentares de trabalho como enchada, foices, entre outros. Somente 27% (vinte e sete por cento) de todas as fazendas usavam animais de tração, sendo que apenas 18% (dezoito por cento) destas estavam localizadas no Norte. Por fim, 78% (setenta e oito por cento) de todas as fazendas não dispunham de arados e 98% (noventa e oito por cento), de tratores.

O fato da industrialização ter-se verificado sob a direção de um Estado autoritário, que embora deslocado dos interesses imediatos das classes burguesa urbana e dos grandes proprietários, assegurou-lhes a manutenção do monopólio da terra e do status quo dos trabalhadores rurais marginalizados política e socialmente. As relações de produção no campo não foram, neste período, regulamentadas, nem tão pouco submetidas a quaisquer controles por parte do Estado, deixando o trabalhador rural de fora dos benefícios da legislação trabalhista e previdenciária recém conquistadas pelos trabalhadores urbanos. De maneira que as leis de proteção dos trabalhadores, em vigor, tais como salário mínimo, repouso remunerado, direito a férias,

dentre outras, não vigoravam no campo, até o advento do Estatuto do Trabalhador Rural, 1963, isentando os latifundiários dos encargos sociais delas provenientes.

Não bastasse, os trabalhadores rurais também eram discriminados quanto aos demais direitos constitucionais, à medida que lhes era dificultado, quando não negado, o acesso à justiça, como direito universal de defender e afirmar todos os demais direitos em condições de igualdade às demais pessoas. Veja-se o caso do direito à propriedade, que lhes era negado.

O Estado sempre agiu no sentido de dificultar a apropriação de terras públicas pelo trabalhador rural, ao instituir a mercantilização das terras ou estimular e autorizar programas de colonização ou a implantação de projetos agrícolas em terras indígenas ou de posseiros. Por certo, a ausência do Poder Judiciário nas sedes dos municípios ou de seus representantes ou a subordinação destes, bem como do aparelho policial, aos interesses da classe dominante submetia o trabalhador rural, e ainda hoje o submete, em determinadas localidades e regiões, ao constrangimento de verem seus direitos lesados e preteridos em benefício dos grandes proprietários. Segundo FORMANN (1979, 272), a Lei é utilizada como um meio de controle social, de que a classe dos proprietários tem lançado mão para reprimir ou inibir a ação política do homem do campo. O relatório elaborado em 1966 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola dá conta do que isso representa, ao constatar o recebimento pelos colonos das fazendas de café, nos Estados de São Paulo e

Paraná, de remuneração inferior a um salário mínimo regional acrescido de algum dinheiro a mais no período de colheita da safra (FORMANN, 1979:35).

Entretanto, quando existente, é uma legislação outorgada por um Estado que não reflete necessariamente os interesses dos trabalhadores, razão pela qual condiciona o funcionamento dos sindicatos à aprovação do Governo. Por esta legislação, os sindicatos devem funcionar em cooperação com as autoridades governamentais, o que equivale dizer, de conformidade com os interesses das forças que se representam no Estado que, de modo geral, não são os mesmos dos trabalhadores. Tal vinculação verifica-se através do controle de seu funcionamento pela burocracia do Ministério do trabalho, face ao que determina a Consolidação das Leis do Trabalho e portarias ministeriais, que são os instrumentos legais de regulamentação das atividades sindicais.

A sindicalização embora tenha sido conquistada em 1963 pelos trabalhadores rurais, em decorrência de um sofrido processo de luta que representou sacrifícios de muitas vidas, teve seu funcionamento atrelado ao Estado, seguindo o modelo concebido à época de Vargas, de intervenção na autonomia dos sindicatos (PINTO, 1979:129). Por este modelo de organização, a burocracia oficial controla a escolha dos dirigentes sindicais mediante a aprovação dos candidatos aos cargos eletivos e a homologação dos que forem eleitos. Estes só serão empossados depois de liberados seus nomes pelas autoridades. A sua conveniência, o Governo tem

poderes para vetar o nome dos candidatos ou dos eleitos, que por alguma razão ou circunstância sejam considerados pessoas não confiáveis ao sistema. Além do mais o funcionamento do sindicato é monitorizado pelo Estado através da distribuição e fiscalização da aplicação dos recursos financeiros. As receitas dos sindicatos são, substancialmente, originárias de uma contribuição anual compulsória de valor correspondente a um dia de trabalho de cada empregado, descontado em folha e recolhido ao Ministério do Trabalho, que faz o rateio entre sindicatos, federações e confederações.

Por último, os sindicatos estão organizados por categorias ocupacionais e por área geográfica, não sendo permitida mais de uma entidade por categoria, impedindo-se a cisão do movimento, com a fundação pelos descontentes de uma nova entidade, cuja orientação se voltasse para os mais legítimos interesse dos trabalhadores. O modelo de unidade sindical imposto pelas autoridades tem sido prejudicial ao seu revigoramento, servindo, isto sim, aos interesses de lideranças pelegas e aos segmentos sociais no poder, por facilitar-lhes o controle. Observe-se que, durante o regime militar, os sindicatos foram mantidos em funcionamento em sintonia com os golpistas; quando não, tinham suas lideranças mais identificadas com as bases, substituídas por interventores nomeados. Para cooptar os trabalhadores, os sindicatos passaram a administrar programas de saúde e de construção de casas populares enquanto seus dirigentes compactuavam com uma política de arrocho salarial, promovida pelos governos

militares.

O Estado negava ao trabalhador rural a participação política, considerando-o, culturalmente, incapacitado de formar sua própria opinião e de expressá-la nas urnas votando naqueles candidatos que estivessem comprometidos com suas aspirações. A incapacitação do trabalhador rural era justificada no fato deles serem analfabetos, como se saber ler e escrever fosse condição suficiente para, por si mesma, conferir ao indivíduo melhor discernimento político. Admitindo-se, entretanto, como verdadeira tal condição, é de se perguntar por que o Estado não lhe proporciona o ensino básico. Portanto, desprovidos de representação política, os trabalhadores se transformaram em vítimas indefesas da ganancia de segmentos capitalistas, que rifaram o país entre si. As elites brasileiras agiram no sentido de manter os trabalhadores imobilizados, de sorte a garantir a execução do projeto de acumulação capitalista, executado pelos governos militares, no período de 1964 a 1985.

Muito embora a sindicalização rural fosse permitida com base no Decreto 7038, de 1944, seu funcionamento, todavia, era dificultado pela desorganização política dos trabalhadores, pela coação dos grandes proprietários e pelo desinteresse dos governos que, até 1955, apenas haviam autorizado o funcionamento do sindicato Rural de Campos (1933), no Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato Rural dos Trabalhadores da Usina Barreiros (1954), no Estado de Pernambuco e de outros três sindicatos, sendo dois em São Paulo e um na Bahia (AZEVEDO, 1982:55). Não obstante, a

partir de 1945, com a redemocratização do país após a queda da ditadura Vargas, o Partido Comunista Brasileiro, procurando fugir à legislação vigente, organizou as primeiras Ligas Camponesas sob o disfarce de associações amparadas em dispositivos do Código Civil, ampliando suas bases políticas pela organização e mobilização das massas rurais, com o objetivo de promover uma aliança operária/camponesa, para enfrentamento do imperialismo e dos latifúndios de acordo com uma ingênua estratégia política definida em seus primeiros congressos.

Estas pioneiras Ligas Camponesas, assim concebidas, não só representavam os interesses dos assalariados como também refletiam as reivindicações dos parceiros, pequenos arrendatários e proprietários, e posseiros. Logo a seguir, em 1947, as forças da direita interferem no movimento em formação, extinguindo o PCB e lançando seus militantes na clandestinidade, inclusive cassando seus primeiros deputados. No Nordeste, as contradições criadas pelo modelo econômico e o impasse político da década de 1950 foram os ingredientes suficientes, o bastante, para a mobilização de todos os trabalhadores em defesa de seus interesses e aspirações, fomentando a sindicalização, de sorte que, já em 1956, existiam 49 unidades em pleno funcionamento.

O próprio movimento camponês por acesso à terra e ao apoio governamental, vai emergir e intensificar-se nesse período, na medida em que os camponeses perdiam sua vinculação com a terra pela modernização da agricultura, iniciada na década de 1950, promovendo a substituição dos vínculos tradicionais de produ-

ção, anteriormente referidos, por relações mercantis e impessoais, destruindo, por conseguinte, todo um quadro de referência para os camponeses fundamentados em relações pessoais e diretas. Enquanto perdurou a vinculação do trabalhador com a terra e com seus instrumentos de trabalho, que lhe assegurava condições mínimas de suprir a si e seus familiares com alimentos, a dominação direta e tradicional foi mantida (AZEVEDO, 1982:37). Observe-se que no Centro-Sul, onde se verificara as primeiras transformações nas relações de produção, os colonos foram os pioneiros na realização de greves em 1913 e 1930 contra as condições de exploração a que os submetiam os fazendeiros de café.

Na década de 1950, na Zona da Mata do Nordeste, os moradores e foreiros organizaram-se em associações, batizadas pela imprensa de Ligas Camponesas, em referência as primeiras associações organizadas pelo PC, para combater a expropriação dos meios de produção e sua consequente proletarização promovida pelos senhores de engenho e usineiros, expulsando-os da terra. Tal movimento é favorecido por condições políticas proporcionadas pelos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e por alguns governadores identificados com os pleitos das classes populares, de sorte que ao final de 1959, já funcionavam 122 entidades.

Os foreiros, ameaçados pelos proprietários dos engenhos "banguês" de "fogo morto", que desejavam retomar suas terras, procuravam a justiça em defesa de seus interesses. Esta

estratégia, no entanto, requeria recursos para pagar advogados e era de encaminhamento demorado, implicando em permanência do foreiro nas terras do engenho, expondo-se a provocações e ameaças promovidas por vigias, a mando do proprietário, fazendo com que muitos acabassem por capitular. Foram semelhantes fatos que levaram os trabalhadores do Engenho Galiléia a organizarem-se numa associação beneficente, denominada Sociedade Agrária e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que se transformaria posteriormente na organização pioneira do movimento camponês no Brasil, ao resistir às injunções dos proprietários que se contrapunham ao seu funcionamento, preocupados com o desdobramento que anteviam deste movimento, na hipótese do sucesso do empreendimento (ANDRADE, 1982:120).

Os galileus, como assim passaram a ser identificados, constituíram seu advogado o então Deputado, recém eleito, Francisco Julião, que registrou a sociedade dando-lhe uma feição jurídica. A partir daí, os galileus passaram a contar com um entusiasta defensor de suas causas nos tribunais de justiça e na Câmara dos Deputados, dando divulgação nacional ao movimento e arregimentando camponeses com os mesmos problemas nos mais diversos locais, principalmente nas regiões de agricultura tradicional. Julião denunciava o cambão e o foro como formas medievais de sujeição do trabalhador do campo. A repressão, entretanto, foi o principal instrumento de divulgação e de legitimação do movimento junto à sociedade, de sorte que já em 1960 as Ligas Camponesas tinham se expandido por 26 municípi-

os pernambucanos, empunhando a bandeira da reforma agrária e alcançando os Estados circunvinzinhos, como Alagoas, Paraíba, alcançando o Piauí.

As Ligas Camponesas apresentavam-se mais fortes e combativas naqueles locais onde predominavam os foreiros e moradores de "condição", ao contrário dos locais onde dominavam as relações capitalistas,, cujos trabalhadores estavam envolvidos em problemas de outra magnitude, inclusive da temporariedade da oferta de emprego que os condicionava a uma permanente peregrinação a procura de trabalho, dificultando-lhes a vida associativa, ao contrário dos moradores e foreiros, que além de terem um nível cultural mais elevado, dispunham de alguma coisa pela qual lutar e que lhes proporcionava condições materiais de enfrentamento dos grandes proprietários (ANDRADE, 1982:121).

Francisco Julião resumiu em um documento tornado público em 15 de setembro de 1961, por ocasião da Campanha pela Reforma Agrária, a posição das Ligas Camponesas, cujos pontos principais eram os seguintes: defesa da aplicação progressiva do imposto territorial rural aos latifúndios; necessidade de promover-se uma reforma constitucional que assegurasse a indenização por preço justo, a fim de coibir a especulação imobiliária e o pagamento através de emissão de títulos da dívida pública. Francisco Julião cobrava medidas eficazes acauteladoras contra o monopólio da terra; aceitava os programas de colonização em que as terras fossem doadas ao camponês em usufruto, ou a título de propriedade às suas associações cooperativas; cobrava a exten-

são dos direitos sociais, assegurados pela Constituição e Leis ordinárias, aos camponeses; defendia a organização de cooperativas, que assegurassem o abastecimento de alimentos e matérias-primas e a comercialização da produção camponesa, eliminando os atravessadores; pleiteava a destinação de 10% (dez por cento) da área de cultivo de cana-de-açúcar, previsto no Estatuto do Canavieiro, para a plantação de gêneros alimentícios, em terras contínuas, em condições de fertilidade a serem exploradas sob a forma de associações e cooperativas camponesas, sendo a diminuição da área de cultivo da cana compensada com a elevação da produtividade média das propriedades mediante a modernização de suas atividades; agrupamento num mesmo sindicato de assalariados do campo e da área industrial; por fim, procurava assegurar aos camponeses e assalariados sua representação no Conselho Nacional e Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Em Pernambuco, especificamente, um fato político viria a contribuir para o fortalecimento do movimento dos Sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Formou-se uma aliança política de centro-esquerda, compreendendo o Partido Comunista Brasileiro e o partido da burguesia, a União Democrática Nacional-UDN, contra os velhos coronéis baseados no interior, e filiados ao Partido Social Democrático (PSD), possibilitando no primeiro momento a conquista do governo Municipal de Recife, para no seguinte alcançar o governo do Estado (1958), através da vitória de um usineiro, Cid Sampaio, substituído, nas eleições seguintes, por

Miguel Arraes, cuja orientação no governo assegurou ao trabalhador em geral liberdade de organização e de expressão, sem intervenção policial, principalmente àqueles do campo, que, até então, foram duramente reprimidos, conforme comprova-se pelo registro de apenas uma greve no período de 1954/1962, contra a realização de 48 em 1963. O movimento dos trabalhadores sem terra e dos pequenos proprietários, nesse período, toma novos impulsos, firmando sua posição na luta pelo acesso à propriedade e aos serviços governamentais (ANDRADE, 1980:116).

A liberdade de greve constitui-se para o trabalhador um instrumento de contestação contra sua exploração pelo empregador e da afirmação de sua determinação de prosseguir na luta por seus interesses e direitos, conferindo-lhe legitimidade. Os resultados práticos logo se fizeram sentir com a conquista pelos trabalhadores do campo, pela primeira vez, do direito a percepção do salário mínimo regional e, a seguir, do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra.

Como ativista do movimento dos trabalhadores do campo, também participou a Igreja Católica Apostólica Romana, muito embora estivesse dividida em dois grupos: o grupo dos conservadores, que sempre se mantiveram a serviço dos grandes proprietários e o grupo dos progressistas, que rejeitavam as alianças tradicionais e viam no movimento de apoio e incentivo aos desfavorecidos a afirmação da liderança da Igreja e a consagração de seu domínio. Este grupo estava representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, que exerceu, e

ainda hoje exerce, destacado papel na organização dos trabalhadores rurais, disputando sua liderança com os partidos de esquerda, principalmente o Partido Comunista.

A Igreja católica, tradicionalmente aliada às classes dos grandes proprietários rurais, assumiu uma nova postura política, a partir da década de 50, posicionando-se em defesa das reformas estruturais, principalmente a reforma agrária e atuando na organização dos trabalhadores rurais. A eclosão do movimento camponês, a efervescência política dos anos 50 e início de 60, e o próprio movimento interno à Igreja, de origem mundial, são os principais ingredientes responsáveis pela mudança que se verificou na Igreja, que voltou-se para as massas numa tentativa de conter a perda de sua liderança. Com certeza, a Igreja era movida pela preocupação com o crescimento da influência dos comunistas e de outras religiões e consequente perda de sua liderança no meio rural, onde as condições de opressão a que eram submetidos os trabalhadores, os tornavam, em sua percepção, receptivos a motivações de agitadores, cujo trabalho de alicia-mento era facilitado pelos meios de comunicação, que permitiam a divulgação de suas idéias e doutrinas revolucionárias.

Como alternativa à reforma agrária a qualquer custo, defendida pelas Ligas Camponesas e pelos sindicatos liderados pelas esquerda, a Igreja contrapunha soluções essencialmente reformistas e conciliadoras, que estendessem os direitos sociais ao campo, mediante um processo lento de conscientização e de conversão à causa das reformas das forças produtivas do país e

que fosse conduzido por um governo democrático.

Alguns acontecimentos nacionais precederam ao engajamento da Igreja nos movimentos sociais. Em 1950 realizou-se a 1ª. Semana Ruralista da diocese de Campanha, em Minas Gerais, originando a Carta-Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, que concitou a Igreja à ação social no campo no sentido de promover o homem, proporcionando-lhe oportunidades de realização e o acesso à propriedade da terra. Como estratégia, recomendava a formação de quadros recrutados dentre os próprios trabalhadores rurais, de modo a conquistar-lhes a confiança, controlando o processo de transformação sem, entretanto, comprometer o sistema. A pastoral também denunciava a falta de proteção legal ao trabalhador do campo. Em relação à reforma agrária, associava-a à necessidade do Estado promover o ensino escolar com vistas às necessidades do homem do campo, inclusive ofertando-lhe o ensino de técnica agrícola moderna, sem descuidar-se da assistência médica-hospitalar, da proteção contra acidentes de trabalho e proteção na velhice e invalidez.

Em 1952, os arcebispos, bispos, e prelados do Vale do São Francisco e das Circunscrições Eclesiásticas situadas no raio de ação da Hidro-elétrica de Paulo Afonso, reunidos, elaboraram, um documento no qual fizeram sugestões à Comissão Nacional de Política Agrária, constituída por Getúlio Vargas. Ressaltavam a necessidade do governo fazer um levantamento da situação das propriedades por cada Estado, antes de promover uma reforma agrária, identificando as terras devolutas e de propriedade

privada, sua utilização, a qualidade das terras, possibilidades financeiras e técnicas de cada propriedade; o tamanho de cada propriedade relacionado com o tipo de cultura e com a utilização econômica de recursos técnicos de exploração e de transporte. Para promover a desapropriação das terras, particularmente no Nordeste, reconheciam a falta de recursos necessários a concepção de um projeto de tal magnitude, propondo substituir a desapropriação pela troca das terras não exploradas por recursos técnicos e crédito. Por fim, reforçaram a posição anteriormente adotada na 1a. Semana Ruralista, da necessidade da reforma agrária ser acompanhada de ajuda técnica, financeira e educacional.

Em 1956, no período de 21 a 25 de maio, os Bispos do Nordeste realizaram o seu primeiro encontro regional, cujo evento passou a se constituir no marco mais importante da Igreja Católica, com repercussão no conjunto do comportamento político que configurou a aliança entre as classes subalternas, setores médios e frações de classes que viam na industrialização a redenção no Nordeste. Desse encontro, tiraram-se linhas de ação, cujas diretrizes foram incorporadas, de modo geral, pela política do Governo de Juscelino Kubitschek para a região. A Igreja insistia sem sucesso na execução de uma reforma agrária capaz de eliminar a concentração de terra, assegurando condições de fixação do homem e seus familiares na própria região, antes de se cogitar de seu deslocamento para outras regiões do país, com o aproveitamento de terras férteis existentes. Com relação às

terras da Zona da Mata do Nordeste, acreditavam na possibilidade de convencerem os usineiros a cederem aos seus trabalhadores as terras não utilizadas, próximas as suas casas, para que plantassem culturas de subsistência. O curioso é que, por coincidência ou não, esta idéia, posteriormente, em 1965, foi transformada em legislação através do Decreto-Lei nº 57020, obrigando os usineiros e senhores de engenho a conceder um lote de até dois hectares a cada trabalhador, com mais de um ano de serviço, para a plantação de culturas de subsistência. Pois bem, esta lei não era cumprida pelos proprietários até 1979, quando os trabalhadores fizeram-na integrar suas convenções coletivas de trabalho, subordinando seu cumprimento à determinação da justiça do trabalho, de consequências mais rápidas (SINGAUD, 1983:82/83). Retomando as sugestões dos bispos do Nordeste, eles recomendavam aos usineiros, com vistas ao aproveitamento econômico de áreas não cultivadas com cana, seu aproveitamento com outras culturas, melhorando o abastecimento da região, proporcionando condições de fixação do trabalhador ao campo.

O movimento dos camponeses se estendeu pelos demais estados. Entre 1950 e 1957, no Paraná, ocorreram vários conflitos de terra motivados pela expropriação de posseiros por jagunços, com o apoio de governos locais. A resistência dos posseiros já vinha de época anterior, de modo que em 1948 empreenderam uma luta contra sua expulsão das terras, no Estado de Goiás, que passou a ser conhecida pela Revolta de Trombas e Formoso. Fazendeiros, com a conivência de um Juiz de Direito e do dono do Cartório,

promoveram a expulsão dos posseiros, contornada, diante a iminência de um trágico desfecho, pela intervenção do Partido Comunista do Brasil, que fechou com o governador Pedro Ludovico um acordo de apoio a candidatura de seu filho ao governo do Estado, em troca da paz na região.

Entre 1950 e 1957, surgiram vários conflitos de terra entre posseiros e fazendeiros no Paraná. Em 1950, em Jaguapitã, os latifundiários, apoiados pelo Governador, enfrentaram os posseiros, localizados desde 1946 em terras devolutas. Os posseiros organizaram-se em grupos armados e contra-atacaram os fazendeiros.

No mesmo período, ocorreu novo conflito, agora em Porecatu, próximo a Jaguapitã. Camponeses vieram para a região atraídos pela notícia da instalação de um projeto de colonização e ocuparam terras de propriedade do Estado. Entrementes, o Governo vende estas terras a terceiros, que entram em conflitos, com os posseiros, reclamando a posse das terras, cujo desdobramento acarretou a perda de vidas de ambos os lados. Só posteriormente, em 1951, com a posse do novo governador, as terras foram desapropriadas, pela primeira vez no Brasil, no interesse social, restaurando-se a ordem pública na região.

A seguir, entre abril e maio de 1957 ocorreram violentos conflitos, agora no Sudeste do Paraná, na região de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, em terras de litígio entre a União e o Governo do Paraná. Tratava-se de terras de fronteira que, pela legislação de 1891, pertenciam à União. Ambos os governos

fizeram concessões na área de terras que não mais lhes pertenciam, por haverem sido adquiridas por colonos gaúchos e catarinenses através de compra à companhias imobiliárias ligadas ao governador. Muitas destas vendas foram feitas a amigos e/ou familiares do governador, que hipotecavam-nas como garantia de empréstimos tomados junto aos bancos. Os primeiros proprietários resistiram como puderam à expropriação de suas terras por ambos os governos e por proprietários. Tais conflitos começaram a ser resolvidos em 1961, após o término do governo de Juscelino Kubstchek, substituído por Jânio Quadros e a seguir por João Goulart, que em 1962, criou o Grupo Executivo de Terras do Sudeste do Paraná.

Pelo visto, a luta dos posseiros por suas terras tem sido uma constante. As levadas de imigrantes atraídos pelas obras de infra-estrutura e de projetos de colonização, levados a efeito no final de 1950 e nas décadas seguintes na região Norte, compreendendo as terras da Amazônia Legal, viram seus sonhos de constituírem propriedade se esfumassarem, mediante a ação dos grileiros, a mando de grandes fazendeiros interessados na valorização das terras e no acesso fácil ao crédito e a juros subsidiados pelo governo. Os estímulos fiscais e financeiros aos projetos agropecuários promoveram indistintamente a ocupação das terras inativas e muitas vezes exploradas por pequenos posseiros, instaurando-se uma situação de conflitos, que até hoje persiste. Índios e posseiros, expulsos da terra, desencadearam um processo organizado de lutas contra os grandes fazen-

deiros e seus grileiros, contando com o apoio da Igreja Católica Apostólica e Romana, através do CIM - Conselho Indígena Missionário e da CPT - Comissão Pastoral da Terra.

A repressão contra a organização destes trabalhadores foi intensificada no regime militar, no sentido de facilitar a acumulação capitalista através da exploração do trabalhador, pela expropriação de seu pedaço de terra. A acumulação capitalista realiza-se através da superexploração dos trabalhadores assalariados urbanos e rurais, pela redução de sua remuneração real, pelo aumento da jornada de trabalho, pela expulsão do homem da terra que trabalha e pela apropriação de sua produção. O Estado, recorrendo à suposta defesa da ordem e da justiça, trucidou lideranças de trabalhadores rurais e, em especial, das Ligas Camponesas.

A universalização da mercantilização dos meios de produção, promovida pelo governo, não conseguiu eliminar as diferenciações nas relações de produção, peculiares a cada região, em consonância com seu estágio de desenvolvimento. Segundo IANNE (1981:99), existem condições e economias bastante diversas, sob as quais o trabalhador do campo é explorado. Como ficou demonstrado, suas reivindicações, por assim dizer, se diferenciam de acordo com as diversas categorias de trabalhadores. Há regiões em que a legislação simplesmente não é cumprida pelos empregadores, que a interpretam como intervenção incabida nos assuntos de seus interesses.

A unificação imposta pelo poder público de diferentes

categorias, com situações específicas e interesses diferentes, numa mesma entidade sindical acabou por estabelecer o enfraquecimento das lutas dos trabalhadores rurais. Não há como juntar os interesses por melhores salários dos trabalhadores assalariados, com a luta dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra para trabalhar. Termina por prevalecerem os interesses daqueles segmentos mais representativos locais, que influenciarão as reivindicações conduzidas pelo Sindicatos.

No período de 64 a 86 aumentou substancialmente a violência no meio rural, comprovada através de dados computados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como consequência do aumento da concentração fundiária. No período de 1970 a 1987, ocorreu novo crescimento da violência no campo, principalmente nos anos de 1985 e 1986, no advento da Nova República. OLIVEIRA (1990, 34) noticia o assassinato, em 1985, de 225 trabalhadores, que no ano seguinte, 1986, aumentou para 302.

OLIVEIRA (1990:34/51), estudando a violência no campo, divide o período de 1964 a 1986 em três outros momentos: primeiro período, que se estende de 1964 a 1973 e compreende os governos militares de Castelo Branco, Costa e Silva, Junta Militar e Médice; o segundo período, que vai de 1974 a 1983 e compreende os governos militares de Geisel e de Figueiredo; finalmente, o terceiro período, que vai de 1984 a 1986 e corresponde ao governo de José Sarney da Nova República.

No primeiro período, que corresponde ao momento do golpe e de consolidação da ditadura militar, verificou-se o recrudesci-

mento da opressão, registrando-se a morte por conflitos de terra, de 126 pessoas, sendo em número de 81 só no período de Geisel, quando cresceu a repressão do Estado ao movimento dos trabalhadores. A maior participação foi assegurada pelo Nordeste, cuja contribuição correspondeu a 40% (quarente por cento) do total das mortes. Seguida do Pará, com a contribuição de 9% (nove por cento) dos mortos por violência no período, destacando-se as áreas de Bragança e o Araguaia. Outra região de concentração da violência no país foi o Sudoeste do Paraná já conhecida por seus conflitos.

No segundo período, uma onda de violência é desencadeada na região do Amazonas, que contribuiu com um percentual de 50% (cinquenta por cento), destacando-se os Estados do Pará, Maranhão e extremo norte de Goiás. A maior incidência da violência segundo OLIVEIRA (1990, 38), é registrada exatamente nas áreas de maior concentração dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, tais como Araguaia, Bico do Papagaio, Leste Paranaense e Vales do Pindaré e do Mearim no Maranhão, exatamente onde concentra-se maior número de posseiros. O total de mortes verificadas no período de 1973 a 1983, por motivo de conflitos de terras, somam 637 pessoas. A partir de 1979 a repressão começou a ser atenuada a medida que os governos militares perdiam credibilidade e força e o movimento sindical se reestruturava e mobilizava suas categorias na luta por melhores condições de trabalho e contra o arrocho salarial e pela reforma agrária, provocando a reação da

classe dos grandes proprietários que partem para o confronto desencadeando uma onda crescente de violência no campo.

O terceiro período, que se estende de 1984 a 1986, registrou um aumento da violência em relação ao período anterior, deixando uma baixa de 647 mortos nas fileiras dos sindicatos dos trabalhadores rurais, correspondendo a uma ordem de grandeza correspondente a 23% (vinte e três por cento) das ocorrências dos últimos 23 anos. OLIVEIRA (1990, 45) credita o aumento dos conflitos no campo à perspectiva criada pela Nova República de realização da reforma agrária diante da elaboração e execução do primeiro plano nacional de reforma agrária e ao surgimento da UDR - União Democrática Ruralista, organização de ultra-direita, que partiu para o confronto com os trabalhadores rurais, conforme várias denúncias feitas à época de sua participação. As seguintes regiões concentraram os conflitos: região do Bico do Papagaio; Bragantina, Paragominas no Sudeste do Pará; Pindaré-Mirim no Maranhão; Arapuanã, Vale do Graporé, Alta-Floresta no Mato Grosso; Rondônia. Inclusive a região da mata de Pernambuco, que surpreende com o registro de 24 mortes numa frequência que, segundo OLIVEIRA (1990,48), superou a verificada no período de grande agitação política de 1960 a 1964, quando da intensificação do movimento camponês. Também foi significativa a participação da Bahia (Sul) e Norte de Minas Gerais.

IV - AGROVILA DA VITÓRIA

1. ANTECEDENTES

Uma série de acontecimentos e circunstâncias teria favorecido direta ou indiretamente o surgimento da Agrovila da Vitória. O final da década de 1970, no governo militar de João Figueiredo, foi marcado pelo crescimento da taxa de inflação e por uma política recessiva que impôs à sociedade sacrifícios, agravando as contradições geradas pelo sistema de desenvolvimento capitalista, evidenciando, mais ainda, as condições de pobreza das classes populares. Os reflexos desta política foram mais fortes no Nordeste, com 2,7 milhões de famílias com renda per capita de 50 dólares, segundo estimativa da SUDENE.

Nas áreas de exploração da monocultura da cana-de-açúcar, de maior densidade demográfica, estimava-se em 1970, uma população de 3 milhões de pessoas, espalhadas por 166 municípios e distribuídas do Recôncavo Bahiano ao Estado do Rio Grande do Norte, vivendo em condições de pobreza absoluta. Quase a metade da população constituía-se de jovens e crianças com menos de 14 anos de idade, que à falta de escolas, somavam-se aos inúmeros analfabetos que totalizavam 60% (sessenta por cento) da população. Apenas 55% (cinquenta e cinco por cento) das crianças, com idade escolar, eram atendidas pelo sistema de ensino; os serviços públicos de saneamento básico e de abastecimento de água eram insuficientes para assegurar a prevenção contra doenças de uma população debilitada pela fome crônica, e, portanto, vulne-

rável.

O recrudescimento da crise econômica acelerou a perda de legitimidade do regime, diante da inquietação popular, manifestada pelo crescente movimento dos trabalhadores, protestando contra o arrocho salarial, contra a recessão e exigindo o retorno do país à democracia. As classes urbanas - média e operária -, alcançaram, neste período, uma série de conquistas que acabaram por refletir no ânimo de luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida.

A partir do final de 1978, houve uma mobilização dos sindicatos mais aguerridos da Zona da Mata de Pernambuco, em torno de temas como liberdade sindical e política salarial, em preparação para o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que se realizou em maio de 1979. Todos esses fatores, inclusive as eleições majoritárias realizadas em 1978, em razão dos debates políticos suscitados, contribuíram para o fortalecimento e crescimento do sindicalismo rural, principalmente em 1979, mediante a primeira grande mobilização dos trabalhadores na região após 1964, levando à paralização inicial de 20 mil deles e à ameaça de adesão de outros 100 mil, culminando com o atendimento das suas principais reivindicações, inclusive, quanto ao cumprimento da Lei do Sítio pelos empregadores (SINGAUD, 1980:216). Diante do crescimento destes movimentos, a administração pública adotou uma estratégia de cooptação popular, apelando para o processo participativo.

O projeto de transição do regime autoritário para o

democrático, levado a efeito pelos governos Geisel e Figueiredo, mudou a atitude autoritária da burocracia que passou, daí, então, a admitir, pelo menos no discurso, a participação popular. Não é por menos, que o PRODECOR - Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais, instituído pelo Ministério da Agricultura, com o objetivo de fixação do homem ao meio rural Nordesteño, através de ações voltadas para o desenvolvimento de toda a comunidade, recomendava o envolvimento direto dos interessados no processo de identificação e tratamento de seus problemas.

O método consistia na realização pelos técnicos de reuniões com a população alvo, ouvindo e anotando suas reivindicações e sugestões. No momento seguinte, criava-se uma comissão, formada por elementos da própria comunidade, que, após eleger seus dirigentes, organizava-se com a finalidade de celebrar convênios com outras instituições. Assim organizada, presumia-se que a comunidade dispunha de autonomia para pleitear benefícios, estabelecer normas e cobrar obediência, inclusive de fazer com que os recursos captados junto ao Ministério da Agricultura fossem aplicados de acordo com seus interesses, na compra de sementes, terras, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas. A mão-de-obra de que necessitassem era recrutada na própria comunidade e utilizada sob a forma de mutirão. O PRODECOR, em contrapartida fornecia, a fundo perdido, o material de construção e quotas de alimentação. Os recursos destinados à compra de insumos e implementos agrícolas eram repassados às entidades

convenientes (Prefeituras, Associações de Classe e comunidades beneficiadas), sob a forma de empréstimos amortizáveis num prazo de cinco anos (ROMANO, 1979:17). A implantação do núcleo residencial Agrovila da Vitória foi tanto do convênio assinado pelo Estado de Pernambuco, COHAB e Ministério da Agricultura - PRODECOR, em 25 de novembro de 1980. A nível de Estado, o projeto tomou a denominação de Projeto Viver.

Sem dúvida, a preocupação da administração pública com o envolvimento dos beneficiários estava clara nos planos, programas e projetos, perpassando todas as três esferas de Governo, sendo objeto de experimentos e de discussão em seminários e encontros dos técnicos, como veio a ocorrer em agosto de 1978, num seminário sobre o Papel do Município no Desenvolvimento Rural, promovido em Recife, Pernambuco, conjuntamente com o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal e FIAM - Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, sob o patrocínio da SAREM - Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios do Governo Federal. Neste seminário, defendeu-se maior autonomia dos municípios brasileiros no trato dos seus problemas, considerando-os como a instância de poder público mais capacitada para identificar e encaminhar soluções para os problemas das comunidades locais e mais sensíveis às cobranças e fiscalização dos beneficiários. A própria FIAM já vinha desenvolvendo algumas experiências, como a realização no interior do Estado de alguns estudos de identificação de vocações agrícolas de pequenas comunidades, inclusive

em alguns municípios da Mata Norte de Pernambuco, como por exemplo São Vicente Ferrer e Macaparana, justo na região em que fica a cidade de Vicência, todos situados na área de atuação do POLONORDESTE e do PROCANOR.

A postura assumida pela FIAM-PE refletia um processo de adaptação da administração pública às novas exigências impostas pela abertura política, que assinalava para a execução de ações voltadas para o interesse das comunidades pobres e desassistidas. ¶quela época, os governos estaduais eram essencialmente executores das políticas públicas emanadas de Brasília, de modo que as terras da Agrovila da Vitória foram adquiridas com recursos do PIN - PROTERRA e o conjunto residencial construído com recursos do PRODECOR.

Portanto, em razão das dificuldades econômicas e políticas, o governo inaugurou uma nova forma de intervenção no meio rural, substituindo as ações dispersas, uniformes e padronizadas comumente adotadas, por uma intervenção mais flexível, adaptando-se às necessidades locais através do envolvimento dos beneficiários e pela articulação de seus diferentes órgãos, operando na região, evitando duplicidade de esforços e conflitos de competência. A seleção das áreas de atuação do governo era feita por critérios ecológicos e demográficos e de preferência onde estivesse concentrando seus investimentos e atuando outros órgãos. Por conseguinte, o Governo pretendia que sua intervenção não se fizesse, apenas, em apoio direto ao produtor, mas também objetivando melhorar a infraestrutura econômica e social, mobi-

lizando os recursos e ações de vários órgãos governamentais.

De forma que, a posse do novo governador, Marcos Antônio de Oliveira Maciel, eleito para o período de 1979 a 1982, não comprometeu a continuidade do trabalho da FIAM-PE, naturalmente porque, como era comum no regime militar, as administrações estaduais e municipais eram simples extensões do Governo Federal, de quem dependiam principalmente pela concentração neste nível dos recursos. De modo que, a FIAM, em 1979, selecionou o município de Vicência, no Vale do Siriji (Anexo I - Mapa do Vale do Siriji), para a implantação de um projeto piloto de planejamento comunitário participativo.

Seguramente a seleção deste município deveu-se ao fato de sua proximidade dos municípios de São Vicente Ferrer e Macapara-na, onde a fundação já realizava algum trabalho, e principalmente por se tratar de uma área de população predominantemente rural com os mesmos problemas sociais que caracterizavam os demais municípios das Zonas da Mata do Nordeste. Sessenta por cento das moradas de Vicência eram mocambos, em condições precárias e inaproveitáveis. Esta situação era ainda mais grave no campo, onde o percentual aumentava para 90% (noventa por cento) dos imóveis. Face ao baixo nível de renda, a população não se utilizava da energia elétrica disponível a tarifas incompatíveis com seu poder de compra; a falta de saneamento básico completava as condições que favoreciam a infestação dos trabalhadores por doenças, como a esquistossomose, que afetava 85,8% das pessoas, e a doença de Chagas; o índice de analfabetismo era

alto, atingindo 70% da população, com o agravante da evasão escolar; finalmente, o abastecimento da população era basicamente feito pelos barracões de engenhos, que vendiam mercadorias a preços exorbitantes. A falta de terra livre para cultivar, os produtos agrícolas de subsistência, vendidos na feira local, eram e ainda hoje são, em sua maioria, procedentes da CEASA do Recife, a 90Km do Município de Vicência.

O Projeto de Concepção Metodológica para Implantação de Planejamento Participativo no Desenvolvimento Municipal implementado pela FIAM-PE na comunidade de Vicência tinha por objetivos: organizar a comunidade de modo a influenciar o encaminhamento de soluções para seus problemas; criar um método de ação comunitária que permitisse a continuidade do processo participativo. A época foi considerada uma experiência de planejamento participativo pioneira em Pernambuco, logo abandonada devido ao custo e, ao prazo necessário à sua execução, bastante longo para um programa de governo. O fato é que, deste projeto, nasceu a Agrovila da Vitória, fruto da mobilização e engajamento dos trabalhadores rurais através da Associação dos Trabalhadores Rurais de Vicência - ATR, criada, naquela oportunidade, para este fim.

Por tratar-se de um município essencialmente rural, com 80% de sua população (1980) no campo, o problema principal apontado foi a ausência de terras para a agricultura e para a construção de casas. Os engenhos em cujas terras ainda se cultivava a agricultura de subsistência, aos poucos, vinham desaparecendo,

como é o caso do Engenho Ribeirão colocado a venda. Entretanto, os trabalhadores informados da existência do Projeto de Agrovilas, vinculado aos Programas Especiais da Secretaria de Habitação do Estado - SEHAB-PE, partiram para viabilizar a aquisição das terras do engenho Ribeirão, contando com o apoio da FIAM-PE.

A SEHAB, com recursos do PIN/PROTERRA - Programa de Distribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, comprou as terras e, aproveitando-se da presença da FIMA-PE no município, contratou seus serviços para implantação da primeira agrovila, de modo que sua experiência pudesse servir de modelo.

Para a exploração do empreendimento, foi constituída, em 30 de novembro de 1981, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Sociedade Econômica da Agrovila da Vitória Ltda, sigla AGROVITO, com sede e foro no distrito de Murupé, com um capital social equivalente, em valor histórico, a Cr\$ 109.000,00 (cento e nove mil cruzeiros), desdobrado em 109 quotas de igual valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada.

Constitui seu objetivo, dentre outros serviços que venham a ser organizados de acordo com as habilidades dos sócios e as solicitações do mercado, a exploração associativa de atividades agropecuárias, compreendendo a criação de animais e cultivo de produtos agrícolas, assim como seu beneficiamento, fabricação e transporte, distribuição e venda por toda a região do Nordeste brasileiro.

2. LOCALIZAÇÃO

A Associação dos Trabalhadores Rurais de Vicência - ATR, negociou com a Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco - SEHAB - a implantação, também, de duas vilas rurais localizadas nos povoados de Angélicas e de Borracha no Distrito de Murupé, além da agrovila no engenho Ribeirão. A aquisição do engenho interessou especialmente aos próprios arrendatários, foreiros e moradores que exploravam suas terras com a agricultura de subsistência. Tratava-se, portanto, de um latifúndio com uma área contínua medindo 285,922 (duzentos e oitenta e cinco hectares e novecentos e vinte e dois metros) de terras, mantidas inexploradas desde a desativação do engenho, localizado nas proximidades da vila de Murupé (Fotografia nº 10), limitando-se ao Norte com os engenhos Lombo Verde, Fertilidade e Umbu; ao Sul, com as terras de engenho Poço Comprido; ao Leste, com o engenho Sepo e a Oeste, com os engenhos Tabatinga e Soledade (Anexo II - Mapa do município de Vicência). O imóvel goza de uma localização privilegiada, que o valoriza, ficando a 12Km da cidade de Vicência, a quem está ligada pela estrada pavimentada PE-74, que cruza suas terras no Km 22 (Fotografia nº 11), e que liga também aos tradicionais mercados das CEASAS do Grande Recife, Limoeiro e Caruaru, no próprio Estado, e de João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba (Anexo III - Mapa parcial de PE).

3. REGIME DE POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA

O Regime de posse adotado na AGROVITO é o de concessão das

terras a título de direito de usufruto aos trabalhadores rurais sindicalizados. Segundo depoimentos, estes sócios fundadores foram selecionados de acordo com a seguinte ordem de preferência, estabelecida pela Comissão de Seleção de Pessoal da Associação dos Trabalhadores Rurais de Vicência, à época de implantação: todos os arrendatários, foreiros e moradores do Engenho Ribeirão, que gozavam do direito de preempção (art. 45 do Dec. 59.566/66 e art. 92 § 3º do Estatuto da Terra), bem como os trabalhadores rurais que residissem na vila ou no distrito de Murupé, nos povoados de Borracha e de Angélicas, solteiros ou casados que fossem chefes de família, independentemente de idade e de sexo, e, ainda, os que não tivessem de que viver.

Dependendo da capacidade de trabalho de cada família, o agricultor recebeu uma gleba com área que variava de 1, 2 e 3 hectares e, não dispondo de morada própria, de mais um lote para a construção de uma casa, formando um núcleo habitacional, localizado numa parte da propriedade contígua à vila de Murupé (Fotografia nº 12). Não existe nenhum documento de cessão das terras à AGROVITO a não ser depoimentos dos associados, e uma listagem nominal dos beneficiários, constante do Projeto Econômico Agrovila da Vitória e do Contrato Social de Constituição da Sociedade Econômica Agrovila da Vitória Ltda - AGROVITO. Não obstante, a relação dos sócios fundadores, constante destes documentos, está desatualizada, em razão de muitos deles terem transferido a posse para outrem sem o efetivo controle da administração da sociedade.

O Engenho Ribeirão, por este critério, foi dividido em 109 (cento e nove) glebas (v. Anexo IV - Perfil da Estrutura Produtiva), até hoje mantidas, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS DO ENGENHO RIBEIRÃO EM GLEBAS COM DIFERENTES AREAS

AREAS (em m ²)	G L E B A S		
	NUMERO	AREA (m ²)	PERCENTUAL
10.000	14	14.000	0,13
20.000	30	60.000	0,27
30.000	65	195.000	0,60
T O T A L	109	269.000	1,00

Fonte: Projeto Econômico da Agrovila da Vitória proposta para captação de financiamento. SEPLAN/FIAM/SEHAB

Os quarenta foreiros do engenho que exploravam área medindo entre menos de um a cinco hectares de terra, os cinco moradores que usavam 50ha, como forma indireta de salários, e os demais trabalhadores cujas famílias dispusessem de condições de explorar uma gleba maior, receberam três hectares, totalizando 65 chefes de família, correspondentes a sessenta por cento dos associados, seguidos dos 30 que receberam dois hectares, com uma participação relativa de vinte e sete por cento e, finalmente, os treze por cento restantes, que receberam 14 glebas de um hectare. A relação destes sócios-fundadores, encontrada nos documentos de constituição da sociedade, encontra-se desatualizada em virtude de muitos deles terem transferido a posse para outrem sem o efetivo controle da administração.

A partir de então, as terras que vierem a ser adquiridas, deverão ser repassadas aos associados mediante

novos critérios, estabelecidos no Estatuto Social, art. 12, letra "b", a seguir destacado:

ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ECONÔMICA AGROVILA DA VITÓRIA

Art. 12 O aumento de capital (...)

a) (...)

b) investimentos de capital para aquisição de bens imóveis. No caso de aquisição de terras ficam definidos os seguintes critérios de participação dos sócios com relação ao capital:

-cinquenta por cento de qualquer área de terra a ser adquirida pela sociedade será destinada aos seus atuais sócios e cinquenta por cento será oferecida a novos associados;

-a unidade mínima de distribuição de terra será sempre de 1 (hum) hectare;

-a distribuição das terras adquiridas pela sociedade deve ser procedida de forma a que todos os sócios possam obter igual quantidade de terra para produção;

-a distribuição das terras será sempre definida em Assembléia Geral;

-o sócio que não produzir a totalidade de

sua gleba, no período de três anos, estará sujeito a devolver à sociedade, o direito de uso da parte não cultivada e no caso de não cultivar toda a gleba, será eliminado da sociedade;

-as áreas devolvidas à sociedade, pelos motivos mencionados, serão redistribuídas dentro dos critérios acima definidos;

-o novo sócio se obriga a produzir no mínimo em 1 (hum) hectare de terra, a cultura que está sendo comercializada pela sociedade.

c) (...)

Pelo visto, a escolha destes critérios, naquela oportunidade, teve por princípio o aproveitamento de maior número possível de trabalhadores, independentemente dos aspectos de rentabilidade econômica das glebas. O que combina com a política do Governo Federal para a região, definida em programas como o PROCANOR - Programa Especial de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste, criado em 1980 pelo Decreto nº 84677, cuja filosofia de ação era conciliar os interesses dos grandes proprietários com os dos trabalhadores rurais, com o objetivo de conter as tensões sociais. Os grandes proprietários da região cederiam ou venderiam terras nos arredores dos povoados, vilas e periferias urbanas ou em áreas de tensão social, que seriam transferidas aos trabalhadores na

lavoura canavieira ou incorporadas ao patrimônio de associações ou cooperativas de trabalhadores para o cultivo da lavoura de subsistência, cujo excedente poderia ser colocado no mercado, proporcionando, assim, um aumento na oferta de alimentos pela expansão da área agrícola das condições de renda e do emprego sem comprometer a oferta de trabalho à grande propriedade.

Neste mesmo período da administração do General João Figueiredo, o POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste, que incluía em sua área de atuação o município de Vicência, redefiniu seu objetivo, dirigindo-o no sentido de criar condições que facilitassem as atividades dos pequenos produtores: trabalhadores assalariados, agricultores não proprietários com acesso precário à terra (ocupantes, foreiros, parceiros, moradores, etc) e pequenos proprietários que buscavam outras atividades para complementar suas insuficientes rendas, ou explorar terras de terceiros por arrendamento. Enfim, os principais programas federais para a região voltavam-se para garantir o controle da situação social, o que indubitavelmente passou a influenciar a atuação do Governo Estadual.

Os associados da agrovila tinham consciência de que as áreas das glebas eram insuficientes para proporcionar-lhes uma renda capaz de atender às necessidades de sua família e de repor os meios de produção absorvidos no processo. Na opinião de 59% destes, seria necessária, no mínimo, uma área de 6 a 20 hectares ou de 6 a 10 hectares segundo a opinião dos 51% dos associados (ver Tabela I). Portanto, uma estimativa que se

aproxima do módulo rural de 14ha, definido pelas autoridades. Não obstante soubessem das limitações, os fundadores da agrovila aceitaram a repartição das terras em tais proporções por uma razão apresentada pelos entrevistados através do seguinte provérbio "cavalo dado não se abre a boca". Para eles, nas condições em que se encontravam, não tinham escolha melhor a não ser se apegar àquela única chance, pois sabiam que dificilmente apareceria uma outra propriedade naquelas condições.

No que tange a escolha dos critérios de divisão e distribuição do imóvel, vinte e cinco por cento dos associados ouvidos afirmaram que ela foi realizada sem sua participação (Tabela II). O que se compreende, até certo ponto, considerando que houve renovação dos quadros de sócios fundadores, substituídos por novos sócios que obtiveram as suas glebas e lotes mediante indenização das benfeitorias. Vinte e cinco por cento delas foram transferidas para novos beneficiários, não se computando nesse total as inúmeras transferências de uma mesma gleba e lote negociados várias vezes, conforme informação dos atuais beneficiários (ver Tabela III).

Entretanto, algumas glebas foram transferidas para os filhos por motivo de falecimento do chefe de família, numa proporção de três por cento dos entrevistados, em estrita observância às normas estatutárias. A omissão de responder como obtiveram a posse da terra, de parte de três por cento dos entrevistados, conduz-se à suspeição da existência de apropriações por um mesmo sócio de mais de uma gleba, disfarçados em

nome de familiares, ou do arrendamento de terra a terceiros, principalmente quando circula de modo velado no meio dos associados murmúrios da existência de irregularidade e beneficiamento pessoal, cuja averiguação não se constituiu objeto deste trabalho.

Segundo o Estatuto Social, as atividades da sociedade são privativas dos sócios, cuja filiação só se dará quando houver disponibilidade de terra, vinculando, assim, sua aceitação à existência de trabalho, em coerência com o próprio objetivo da sociedade que é de proporcionar aos sócios meios para obterem um melhor nível de renda, conforme a letra "a" do art. 3º - Finalidade da Sociedade. No que pese a transferência de posse da gleba para outro beneficiário depender da autorização da Assembléia Geral, segundo o art. 21º do Estatuto, observou-se a falta de controle eficiente, que possibilitasse acompanhar tal movimentação, assegurando a AGROVITO o efetivo domínio do processo, de modo a preservar os interesses da sociedade. Mormente, quando eles sabem que o único elemento que a mantém em funcionamento é a presumida propriedade que ela detém sobre a terra. Diz-se presumida porque não existe documentação oficial transferindo as terras para a AGROVITO.

Segundo o Estatuto, no capítulo dos Direitos, Deveres e Responsabilidades, o associado perde o direito à posse da terra nas seguintes situações: por demissão, quando renuncia a sua condição de sócio; por exclusão, nas hipóteses de morte ou dissolução da sociedade e por eliminação, motivada pelo descum-

primento de normas regulamentares, mediante indicação da direção da AGROVITO e aprovação da Assembléia Geral. Dentre estas, destaca-se, principalmente, aquela que procura preservar a finalidade associativa, qual seja, a que pune o associado que durante o prazo de três anos deixar de cultivar toda a extensão de sua gleba.

Este prazo corresponde ao mínimo estabelecido em Lei para os contratos de arrendamento de terra para a lavoura temporária, o que demonstra o conhecimento por parte da equipe técnica da legislação agrária, que, no entanto, não teve o mesmo zelo em usar a Lei naquilo que beneficiasse o trabalhador.

A cessão das terras à AGROVITO foi feita pela COHAB-PE - Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 5.654, de 01.10.65, com sede na Avenida Agamenon Magalhães, nº 700, na cidade do Recife, como legítima proprietária das terras do Engenho Ribeirão, compradas de Myriam Uchoa Veloso, em 20 de junho de 1980, pela importância, à época, de Cr\$ 12.626.649,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme Escritura Pública de Compra e Venda passada no Cartório de Paulo Guerra, localizado na cidade do Recife, na Rua Siqueira Campos, 132 e registrada no Cartório único de Vicência, sob o número R-6-164 fls 64, Livro 2-B, em 13.10.1980. A falta de documentação hábil, conclui-se que a COHAB-PE consentiu e até facilitou o apossamento pela Sociedade Econômica Agrovila da Vitória Ltda., de duzentos e setenta e cinco hectares de terra do antigo

engenho, desdobrados em lotes destinados a formação do núcleo residencial (Fotografias nº 13 e 14), e 109 glebas que constituem a área agrícola (Fotografia nº 12). Em caso de dissolução da sociedade, as terras, na hipótese de pertencerem a AGROVITO, deverão ser repassadas para uma entidade de classe dos trabalhadores rurais existente a nível municipal, estadual ou nacional que lhes deverá dar a mesma destinação.

O núcleo residencial, por seu turno, foi formado dos associados que não dispunham de casa própria. São 80 casas de alvenaria, medindo $46,76m^2$ de área construída, cobertas de telhas de cerâmica, com quatro cômodos (um terraço, uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro), construída sobre um terreno que possibilita a criação de aves ou de algum animal de serventia, de acordo com a tradição local. Algumas destas casas já foram melhoradas e ampliadas e outras encontram-se ainda por acabar (Fotografias nº 15 e 16).

A construção das casas foi feita com recursos do PRODECOR, a fundo perdido, através da COHAB-PE, Projeto Viver, mediante a utilização da própria mão-de-obra local, principalmente dos associados que receberam o material e ajuda financeira para subsistência, por um curto período, durante a construção. A localização do núcleo residencial adjacente à Vila de Murupé, se beneficiou da infra-estrutura local existente e possibilitou a ampliação da Escola Pública, a construção de um Centro Comunitário, instalações elétricas e de água tratada, além de iluminação e telefone públicos com recursos do PROCANOR. Posteriormente-

te, comprovando-se a vantagem desta proximidade, a agrovila foi beneficiada pelo calçamento da rua principal, construído pela Prefeitura, e pela aquisição de uma ambulância, graças ao financiamento da FUNDEC - Fundação de Desenvolvimento Comunitário do Banco do Brasil à Associação Comunitária formada em 1992 pelos moradores da Vila de Murupé.

4. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

O processo produtivo da AGROVITO está organizado em glebas exploradas sob a forma de unidades familiares, cuja lógica de produção tradicional não se baseia em parâmetros de lucratividade, mas na necessidade de consumo da família, fato este que, dentre outros, deverá ter pesado na aceitação pelos trabalhadores da divisão do imóvel em pequenas glebas. Este tipo de organização caracteriza-se pelo esforço conjunto de todos os membros, sob a direção do chefe de família, auxiliado em alguns momentos pela contratação de mão-de-obra¹, para repor os meios de produção, de modo que a quantidade a ser produzida é calculada em função da composição e do tamanho da família.

Os produtos agrícolas definidos pelo projeto de viabilidade econômica, elaborado por técnicos pertencentes à Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN e EMATER-PE, foram a mandioca, milho, feijão, inhame e batata doce e a cultura da banana tipo pacovã, destinada à comercialização, juntamente com o excedente do consumo da agricultura de subsistência.

Recomendava-se, também, o desenvolvimento da pecuária com a finalidade de complementação alimentar, seguindo-se à própria tradição dos trabalhadores rurais. Segundo os cálculos estimava-se a criação de 1887 aves, 66 caprinos, 197 suínos, 19 equinos, 8 muares e 220 bovinos. Com exceção da criação das aves nos quintais das casas e/ou nas glebas, previa-se uma área comum para criação dos animais de grande porte.

Este tipo de atividade foi observada quando da pesquisa de campo. Basicamente, todos criam aves soltas ou confinadas em cercados, construídos de varas, nos quintais das casas. Entretanto poucos criam animais de grande porte, como cavalos, bois, etc. A criação nas próprias glebas, praticamente não existe, devido à falta de cercas demarcando os imóveis e à ausência do proprietário que mora afastado, impossibilitando os cuidados e proteção dos animais.

Nos primeiros anos de fundação da AGROVITO, os associados foram beneficiados individualmente com empréstimos agrícolas, com recursos do POLONORDESTE, anteriormente referido, concedidos através do Banco do Brasil S/A, para a fundação e trato de 160ha de banana e 50ha de mandioca. Praticamente, após o Plano Cruzado, o financiamento oficial tornou-se inviável em função dos elevados custos financeiros e, também, em razão da inadimplência de muitos dos beneficiários, que se viram impossibilitados de pagar o empréstimo.

Atualmente, a cultura da banana pacovä tem apresentado um desempenho fraco, com a queda no volume de produção. Enquanto a

produtividade média anual por hectare do município de Vicência fica em torno de 100.000 frutos, a da AGROVITO alcança apenas 54% deste total, equivalente a 53.969 frutos (Tabelas VII, VIII, IX). O motivo da queda de produtividade das terras é a falta de adubação e de trato do bananal e, segundo o Gerente da Cooperativa Agro-pecuária de Vicência, pelo uso de técnicas tradicionais de produção. Ouvidos sobre suas causas, 45% dos associados alegaram falta de continuidade da assistência técnica e de acesso facilitado ao crédito para a aquisição de fertilizantes e de defensivos agrícolas que viabilizem a produção, principalmente nas condições atuais de enfraquecimento do solo e da necessidade de renovação do plantio da maioria das bananeiras (Tabela X). O último empréstimo a que fizeram jus, foi tomado durante a execução do Plano Cruzado, no Governo Sarney, cujo pagamento poucos conseguiram realizar, mantendo-se inadimplentes até hoje, em razão de absoluta falta de recursos para pagamento com a renda de que dispõem, em razão do crescimento diário do montante do empréstimo, graças às altas taxas de inflação sem o correspondente crescimento de suas rendas. Dos entrevistados, 25% são inadimplentes (Tabela X). A queda de produtividade por falta de saúde para trabalhar a terra, alegada por quatro por cento dos entrevistados, assinala para a possibilidade de terem sido beneficiadas pessoas doentes ou velhas com poucas condições de trabalho.

Estes baixos padrões atuais de produtividade ano por hectare refletem-se nos níveis de renda dos associados, que

infelizmente não se pôde calcular por falta de confiabilidade nos dados coletados, quando da pesquisa de campo. Para suprir esta deficiência optou-se por um valor estimativo a partir das seguintes considerações: admitindo-se que todas as terras têm a mesma produtividade calculada e constantes das Tabelas VII, VIII e IX anexas, vezes o preço médio da banana pacovã, vigente em 1º de maio de 1993, no valor de Cr\$ 500.000,00 por milheiro. Fazendo-se os cálculos obtiveram-se as seguintes rendas: para as glebas de um hectare, renda mensal de Cr\$ 1.708.333,33, equivalente a 51,71% do valor do salário mínimo de 1º de maio (Cr\$ 3.303.300,00); glebas de 2 hectare, renda mensal de Cr\$ 3.804.166,66, correspondente a menos de um e meio salários mínimos e, finalmente, glebas de três hectares, renda de Cr\$ 7.411.250,00, igual a dois e pouco salários mínimos. Portanto, haveria uma variação de renda entre 0,5 e 2,24 salários mínimos, pouco representativo como poder de compra para o consumo de uma família da AGROVITO, composta de, em média, quatro pessoas (Tabela XI).

Com tais níveis de renda familiar, a situação dos associados tenderá a se agravar a medida que não dispõem de recursos suficientes para a aquisição de alimentos e destinação de parte deles para a aquisição de insumos para as terras, melhorando a produção e, conseqüentemente, sua renda bruta. Sem dúvida, os associados detentores das glebas de três hectares apresentam-se em situação melhor, conforme foi constatado na pesquisa de campo, pela identificação de elementos que externam o poder de

compra de seus possuidores, tais como eletrodomésticos, condições de habitação, móveis de casa, etc Inclusive, neste grupo, foi identificado associado com outras fontes de melhor remuneração em relação aos padrões dos demais que em sua maioria são trabalhadores clandestinos. Afinal, todos os associados buscam alguma forma de remuneração complementar, mormente os que ganham entre 0,5 e 1,5 salários mínimos que constituem os 40% dos chefes de família que fazem a AGROVITO.

Em números gerais, 46% dos entrevistados afirmaram buscar trabalho temporário clandestino, enquanto 7% têm emprego permanente (Tabela XII). Surpreendente é a existência de arrendatário na AGROVITO, categoria que se imaginava extinta em decorrência da distribuição da terra. Não obstante, foram encontrados quatro pequenos comerciantes beneficiados com o projeto da AGROVITO, o que não deveria ter ocorrido, em razão de ter sido dada preferência aos trabalhadores agrícolas e que fossem sindicalizados, o que em princípio não parece ser o caso deles. Deste pequeno grupo fazem parte dois atravessadores que compram bananas e as revende na CEASA, em Recife. Trinta e um por cento dos entrevistados (Tabela XIII), entendem que a presença deste atravessadores na AGROVITO impedem-na de comercializar a banana como se esperava que fizesse por força do Estatuto Social, art. 3º, letra "a". Principalmente porque, diferentemente da sociedade, eles dispõem, segundo confirmam 9% dos entrevistados, de capital para financiar a produção, concedendo adiantamento por conta de compras futuras (Tabela XIV).

O modelo original de comercialização da produção, fundamentava-se no poder de barganha que a associação supostamente teria em função do volume de compras e de venda, sem falar em sua condição jurídica que a habilitava para assinatura de contrato e convênios com outras entidades privadas e públicas. Neste sentido, previa-se o funcionamento de uma estrutura administrativa mínima que desse consequências econômicas às decisões da Assembléia Geral. Segundo depoimento, no início da implantação da AGROVITO a centralização da venda da banana foi tentada sem sucesso em virtude das diferenças de produtividade e de qualidade da banana, por glebas, refletindo nas condições de negociação, com perda para os que tinham melhor produção. Inegavelmente, são questões importantes que poderiam ser superadas se os associados tivessem acreditado e confiado na forma de organização prevista. Entretanto não se pode desprezar o fascínio que o padrão existente de propriedade privada exerce sobre as pessoas, principalmente em si tratando dos trabalhadores rurais que nunca tiveram nada de seu. Sem dúvida, este sentimento influenciou a decisão de muitos deles negociarem, eles próprios, sua produção, proporcionando-lhes o prazer de auto-realização e de auto-afirmação, historicamente perdido por força das condições materiais que os prendem aos grandes proprietários. Por fim, a preferência pela venda direta de sua produção é plenamente atendida pelos atravessadores que adquirem a mercadoria na própria gleba, encarregando-se, inclusive, das atividades de colheita e transporte do produto. Dos entrevistados, 90% confir-

maram sua preferência pela venda da banana ao atravessador (Tabela XV), alegando estas vantagens. Para 67%, o preço pago pelo atravessador é menor do que o da CEASA, entretanto compensa os gastos e o trabalho em que incorreriam com o corte, carregamento e frete, inclusive com o risco de perda da mercadoria e/ou de uma venda mal feita, por desconhecerem as bases de comercialização (Tabela XVI). Apenas uns poucos (8%) não acreditam nestas vantagens, assegurando que os atravessadores têm um padrão de vida melhor do que o deles, como presumível decorrência dos lucros auferidos com a comercialização da banana.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização da AGROVITO se inspirou em modelo autogestionário, fugindo assim aos padrões organizacionais existentes. Este modelo presumia a existência de relações de cooperação entre os camponeses, embora sabendo-se da pouca experiência associativa deles, inclusive quanto a ajuda mútua¹² tradicionalmente praticada em outras regiões do país, na realização de trabalho agrícola e outras tarefas (CLOVIS, 1956:40).

No Município de Vicência, o próprio sindicalismo veio a surgir no início da década de 1960 e as Ligas Camponesas,

12. Ajuda mútua ou Mutirão consiste em ajuda gratuita que os lavradores prestam uns aos outros, reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o beneficiário, mas que nesse dia faz as despesas de uma festa ou função. Participação nos benefícios resultantes do progresso.

segundo informações obtidas junto aos trabalhadores mais velhos, teve uma atuação modesta. Esta fraca experiência associativa foi constatada quando da pesquisa de campo, em que, dos 76 trabalhadores entrevistados, 74% (setenta e quatro por cento) justificaram sua filiação ao sindicato por interesse em receber benefícios; e 12% (doze por cento) fizeram-no conscientes da importância do sindicato na defesa de seus direitos e participação nos benefícios resultantes do progresso.

Embora não tenham feito referência, a maioria dos trabalhadores fazem parte da Cooperativa Agro-pecuária de Vicência, fundada em 1938, que lhes proporciona melhores condições para aquisição de fertilizantes, defensivos e instrumentos de trabalho. Essa omissão decorre do fato da cooperativa ter surgido da ação tutelar do Estado, que se antecipa as próprias iniciativas dos trabalhadores, impedindo-os de caminhar com suas próprias pernas. O mesmo ocorreu com a AGROVITO, cuja organização foi concebida pelos técnicos da FIAM-PE. Sua organização surgiu por força da manipulação dos técnicos do Governo, não obstante a alegação de sua escolha ter sido democrática.

Do ponto de vista formal, a AGROVITO é uma organização autogestionária estruturada com base em princípios doutrinários, que devem nortear as relações entre os associados.

5.1 PRINCÍPIOS

A administração da AGROVITO é da responsabilidade dos seus associados, agindo em conjunto, na medida em que assumem a direção de suas atividades econômicas e sociais. Basicamente,

tais atividades se constituem a preocupação da sociedade, de sorte que seus associados não agem motivados pela racionalidade econômica. Para eles a terra assume um significado social, porquanto sua exploração destina-se a assegurar à família meios de subsistência e de independência da subordinação ao grande proprietário.

O controle sobre suas atividades é feito no interesse social e sob a responsabilidade de todos, na medida que, individualmente, adotem como seus, os objetivos da organização, cada um assumindo, perante os demais, a parte que lhe toca da responsabilidade pelo funcionamento da organização, definida em função da sua capacidade de trabalho familiar, base da remuneração que recebe. Desta forma, os associados estão ligados entre si por concordância e adesão aos objetivos da sociedade, cujo fim último é assegurar a cada um, e ao grupo como um todo, as condições materiais necessárias à sua realização como pessoa humana. O resultado operacional da organização deverá ser revertido em benefício de todos os associados na proporção do esforço de cada um.

De antemão, sabia-se que a distribuição das terras do Engenho Ribeirão premiaria alguns, proporcionando-lhes terras férteis, enquanto penalizaria outros, concedendo-lhes terras fracas. A maneira de corrigir-se este desnível natural seria a centralização das vendas da produção, possibilitando a distribuição da receita aferida pelos associados, na proporção direta da quota de produção de cada um. Quanto mais produzisse maior

seria sua participação na distribuição dos resultados. Por esse procedimento esperava-se contemplar igualmente todos os associados, beneficiando-os com a produtividade média das terras, garantindo-lhes um tratamento equânime e assegurando a cada um aquilo que fosse capaz de produzir. Posto dessa forma, esperava-se contribuir para a construção e fortalecimento de práticas de solidariedade e cooperação que devem presidir as relações entre os associados.

O mau desempenho de uns, indubitavelmente refletir-se-ia sobre os demais, levando-os a buscar, em conjunto, soluções para os problemas detectados e assim restabelecerem os padrões de desempenho desejados. Ao possibilitar o entrelaçamento do trabalho familiar de todos os associados, pretendeu-se incitá-los à participação ativa no processo de decisão, na esperança de que percebessem a necessidade de solidariedade do grupo. Fazia-se necessário que compreendessem que uma vez tomada a decisão, sua implementação passaria a ser responsabilidade de cada um, de cuja lealdade dependeriam os resultados do empreendimento. As consequências das ações individuais recairiam, imediatamente, sobre seu protagonista, repercutindo sobre os demais, sujeitando-os ao reconhecimento ou censura do grupo por seu desempenho.

Por conseguinte, o sucesso da AGROVITO, dependerá da compreensão e assimilação destes princípios por parte dos associados, o que leva a concluir que a responsabilidade do Governo pela implantação e consolidação da agrovila era uma condição vital, considerando que os trabalhadores assentados não tinham

experiência organizacional. Para o êxito desse projeto, era imprescindível a execução de um programa de socialização, que neutralizasse a tendência natural de desagregação, provocada pela influência do meio, incompatível com a nova organização. Isso suscitaria um maior esforço e tempo da instituição promotora que extrapolaria, sem dúvida, um período do Governo. Como de fato ocorreu, provocando, quando não a desativação, pelo menos mudanças no perfil original do projeto.

Enfim, a preservação destes princípios devem assegurar o funcionamento da AGROVITO, na medida que amoldam os indivíduos às suas exigências pela renúncia deles de comportamentos e atitudes que possam comprometer a continuidade do grupo, ao tempo em que lhes garantem o direito de participar e o poder de influenciar a organização, no sentido de obter o máximo de satisfação pessoal.

5.2 PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório da AGROVITO está estruturado de maneira a garantir a cada associado liberdade de expressão e de influenciar a tomada de decisão, através de sua participação nas Assembléias Gerais realizadas periodicamente. Esse corpo deliberativo é formado por todos os membros da sociedade em pleno gozo de seus direitos e prerrogativas estatutárias, cabendo-lhes decidir sobre as seguintes questões: formulação e aprovação das políticas, planos e orçamentos anuais; apreciação dos relatórios de atividades e prestação de contas anuais da Direto-

ria; escolha e destituição dos Diretores e dos Conselheiros Fiscais; aprovação da entrada e saída de sócios; autorização de aumento de capital, aquisição de terra, concessão de garantias, obtenção de empréstimos e indenização de bens de raiz, em caso de saída de sócio; apreciação de propostas de modificação dos objetivos, finalidade e atividades da agrovila; apreciação de outros assuntos gerais relevantes, inclusive outras alterações estatutárias.

Atualmente as Assembléias Ordinárias têm sido realizadas no primeiro domingo de cada mês, contando com a presença de 25% (vinte e cinco por cento) dos associados, em média, refletindo o que já foi colocado anteriormente, ou seja, a falta de maior engajamento deles nas atividades da sociedade. Para 37% (trinta e sete por cento) dos entrevistados, este desinteresse deve-se ao não funcionamento da sociedade por falta de capacidade administrativa de seus dirigentes e, especialmente, em razão da falta de consciência associativa dos trabalhadores. Explica Maria José Vieira, líder comunitária e fundadora da agrovila, que os trabalhadores se recusam a trabalhar em conjunto, alegando falta de cooperação e de responsabilidade coletiva. Ademais, o conservadorismo é uma característica forte nesse grupo, o que faz com que rejeitem qualquer idéia diferente dos padrões tradicionais. Para ela estes dois fatores, conservadorismo e individualismo, são impeditivos das atividades associativas.

Além desses fatores de natureza cultural, existem outros

problemas de origem estrutural que dificultam o desenvolvimento da agrovila e que dizem respeito à pequena área das glebas; a falta de uma política agrícola; o isolamento político a que estão submetidos; regularização do título de posse ou de propriedade das terras; equacionamento das dívidas de alguns associados para com o Banco do Estado de Pernambuco S.A. .

Para implementar as decisões tomadas em assembléias, existe o Conselho Fiscal e a Diretoria Geral, cujas atribuições serão apresentadas a seguir.

5.3 ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Geral é constituída de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, todos eleitos por escrutínio direto e secreto para um mandato de um ano, sem direito a reeleição. Além da Diretoria, funciona o Conselho Fiscal, igualmente eleito e composto também de três membros efetivos e três suplentes.

As principais atribuições previstas pelo Estatuto para o Conselho Fiscal resumem-se nas seguintes:

- a) fiscalizar as atividades da administração, compreendendo o exame de suas contas, relatórios e comprovantes, mas não se restringindo a isso;
- b) comunicar à Assembléia Geral as irregularidades havidas na gestão da sociedade;
- c) emitir parecer sobre a prestação de conta da administração, bem como, sobre a proposta do orçamento anual e suas atribuições, informando

à Assembléia Geral;

- d) acompanhar o desempenho financeiro da sociedade, recomendando normas e procedimentos adequados.

O Conselho Fiscal existe apenas por formalidade, pois seus membros não têm preparo, nem experiência para a execução de suas atribuições e não contam com qualquer apoio e assessoramento que lhes facilite o desempenho, isso na hipótese de funcionamento da organização, o que de fato não ocorre, mesmo sabendo-se da necessidade de execução de algumas tarefas mínima, tais como: registro e controle dos associados; controle de coisas, movimentação bancária, elaboração das atas das Assembléias, entre outras.

A administração geral da sociedade, atribuída à Diretoria, compreende, dentre outras, as seguintes responsabilidades e prerrogativas:

- a) fomentar a produção agrícola, manufatureira e artesanal;
- b) fomentar e garantir a comercialização da produção;
- c) elaborar o planejamento anual e submetê-lo à aprovação da Assembléia;
- d) fomentar atividades associativas, objetivando estimular a cooperação e solidariedade dos associados;
- e) representar a sociedade em juízo ou fora dele,

ativa ou passivamente, em tudo que referir a assuntos de interesse da organização;

- f) superintender a administração da sociedade, submetendo à Assembléia uma estrutura mínima de apoio e, inclusive, o nome de um Gerente Técnico Executivo, para ajudá-la neste mister;
- g) cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembléias;
- h) executar fielmente as disposições orçamentárias aprovadas;
- i) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias nas épocas próprias e as Extraordinárias quando julgar conveniente ou lhe forem requeridas fundamentadamente por um grupo de no mínimo 1/5 (hum quinto) dos associados, em pleno gozo de seus direitos sociais ou pelo Conselho Fiscal;
- j) comunicar à Assembléia as citações que receber.

Com exceção das tarefas de convocação e apoio às Assembléias, nenhuma das atividades estatutárias são executadas pela Diretoria, o que explica a falta de uma estrutura mínima de operação na agrovila.

Entretanto, as unidades de produção familiar funcionam sob responsabilidade de cada chefe e de acordo com os padrões tradicionais, de forma autônoma, tendo como única ligação à AGROVITO, suas terras.

Apesar das inúmeras dificuldades ora apresentadas, observa-se, entretanto, que passados quase treze anos de fundação, permanece acesa uma chama de vida associativa, que embora tênue, leva a acreditar em sua capacidade de revitalização, só possível graças à forma de organização adotada, que foi capaz de preservar os elementos estruturais de sociedade agrária-camponesa, quais sejam, a unidade de produção familiar, o acesso à terra e à produção de alimentos básicos, complementando a renda familiar obtida de outras fontes, ao tempo em que os mantêm agrupados num mesmo núcleo residencial e de produção que poderia facilitar a cooperação voluntária e a aculturação pela interação social dos novos padrões de técnicas agrícolas e de uso de instrumentos.

V - DISCUSSÃO

Por trás da Agrovila da Vitória está a questão da posse e uso da terra, que preside as relações sociais no campo, de opressão e de exploração dos trabalhadores rurais, assalariados e camponeses.

O monopólio da posse e exploração da terra é responsável pelas contradições sociais no meio rural, na medida que proporciona condições de sujeição do trabalhador ao arbítrio dos grandes proprietários, que, dessa forma submete-o a expropriação da renda, e do produto. A modernização da agricultura, ao contrário do interesse específico dos camponeses, manteve e ampliou a grande propriedade, promovendo a desestruturação das antigas relações sociais, pela expropriação de suas condições tradicionais de reprodução física e social. Tal processo tem sido conduzido por um Estado ditatorial ou autoritário, colocado a serviço da burguesia agrária/industrial, através de incentivos à concentração da propriedade.

A expulsão dos camponeses da terra na Zona da Mata deu-se de forma arbitrária e pelo uso da força, na medida em que se elevou a capacidade de esmagamento da cana-de-açúcar pelas usinas, avançando sobre as terras de baixa produtividade e ociosas, e por novas terras subtraídas da economia camponesa, subordinando-a ao grande capital.

O Engenho Ribeirão, em cujas terras se instalou a Agrovila da Vitória, é um exemplo dos latifúndios de exploração de origem colonial, que sobreviveu ao processo de concentração das terras

em andamento no Município de Vicência, desafiando os mecanismos jurídicos/institucionais vigentes, supostamente criados para combatê-los.

A sobrevivência e expansão desses imóveis explicam-se pela continuidade de prestígio político das oligarquias tradicionais, que, embora tenham perdido a hegemonia, participam do processo político, influenciando a formulação das políticas públicas para o setor agrário.

O Estado, em suas mais diversas formas de expressão política (autoritárias e ditatoriais), tem imposto à sociedade seu projeto de desenvolvimento econômico dependente, excluindo de seus benefícios, setores populares, sob a alegação de primeiro acumular para distribuir posteriormente.

Nesse período republicano, segmentos da classe burguesa têm-se revezado na direção do Estado nos momentos de competição ou apoiado Governos ditatoriais, dando-lhes sustentação política, sob a condição de terem a acumulação capitalista garantida. Do Império à República Velha, a oligarquia conduziu o processo de acumulação capitalista mercantil, do setor agrário-exportador, revezando-se no poder segmentos da aristocracia rural. Esse primeiro momento da História caracteriza-se pelo domínio rural sobre o urbano, pela concentração de poder nos grandes proprietários de terra, em torno dos quais gravitam todas as demais categorias sociais e atividades econômicas. Essa forma patrimonialista do Estado constituiu as bases da formação política da sociedade brasileira.

A organização do Estado, portanto, ainda hoje reflete a formação social brasileira do tipo familiar, fundamentado em laços afetivos, sob a autoridade do pátrio poder, que não admite contestação. Tais vinculações, que se estabelecem no âmbito da família, estão presentes no cotidiano das pessoas, em sua vida pública, em todas as suas atividades. Daí, presidirem toda a vida social, sentimentos, de natureza particularista a antepolítico, em que se confunde o público com o privado, o Estado com a família.

A partir de 1930, em decorrência da transferência do poder econômico para o setor urbano, a oligarquia rural é substituída por um Governo que se impõe com um projeto de industrialização aproveitando-se, na ocasião, da crise de hegemonia das elites brasileiras. Com isso, o Estado patrimonialista tradicional deu lugar à nova tradição a que SCHWARTZMAN & PAIM identificaram como patrimonialismo modernizador ou repatrimonialismo. A instância política de equacionamento dos problemas nacionais é substituída pela técnica, fundamentada em processos racionais de decisão, aparentemente isentos e científicos. O mesmo ocorreu em 1964, com a hipertrofia do Executivo e o crescimento acelerado do setor público. Em ambas as situações, o Estado assumiu papel de tutor da sociedade, quando deveria ser seu agente, a ela subordinado.

No período do domínio da aristocracia rural, o Governo criou a mercantilização da terra e do trabalho, no sentido de impedir o processo de apropriação popular, em andamento, assegu-

rando a disponibilidade de mão-de-obra para o setor agrícola, ao tempo em que adotou a política de colonização sistematizada, atendendo aos interesses dos fazendeiros de café, contrariados pela extinção do tráfico negreiro e diante da iminente abolição da escravidão, cujas relações de servidão foram substituídas pelas relações pré-capitalistas de arrendamento, parceria e troca de trabalho por terra, ainda encontradas em 1979 no Engenho Ribeirão, em Vicência.

A dependência da produção camponesa minifundista, da concessão de terra pelo grande proprietário submetia a população às circunstâncias de escassez de alimentos, nos períodos em que as exportações favoreciam a expansão da agricultura, levando José Bonifácio de Andrade e Silva à iniciativa frustrada de propor, pela primeira vez no Brasil, a limitação à grande propriedade, cuja áreas excedentes deveriam ser loteadas por pequenos produtores rurais.

Sobrava ao trabalhador rural, além da sujeição ao grande fazendeiro ou senhor de engenho, a posse de terras livres, por ele desbravadas e cultivadas com a lavoura de subsistência, donde se originou o posseiro, espécie camponesa também em extinção.

O período do Estado Novo, o Governo assegurou às elites tradicionais a manutenção dos latifúndios e das relações tradicionais de exploração do trabalhador rural, excluindo-o da regulamentação assegurada aos trabalhadores urbanos, no interesse de criar a mão-de-obra livre necessária ao setor industrial

urbano emergente. Conseqüentemente, os camponeses, que representavam a maior parte da massa de trabalhadores, permaneceram subordinados ao império da vontade dos grandes proprietários, que agiam livremente sem nenhuma restrição superior. A única restrição ao poder dos grandes proprietários, encontrada na bibliografia consultada, foi promovida, ainda na Monarquia, pelo Governo da Província de São Paulo, pressionado pelos países europeus - tributários de mão-de-obra para as fazendas de café -, indignados com as denúncias de servidão a que os imigrantes eram submetidos aqui no Brasil. Não obstante, o imigrante teve um tratamento diferenciado em relação ao trabalhador nacional, muito mais, em decorrência da intercessão de seus países de origem e graças à mobilidade de que eram portadores como estrangeiros, buscando em outros países refúgio à servidão no Brasil. Essa política deu origem, no Sul do país, ao pequeno proprietário de terra, diferentemente do Norte.

A proletarização do camponês destituiu-o da propriedade dos meios de produção pelo arbítrio do empregador que contou com o apoio do poder público, sujeitando-o a comercialização de sua produção, do seu trabalho, em condições desfavoráveis às pré-existentes e ao atendimento de suas necessidades básicas de reprodução físico e social. A perda da terra, reduziu o camponês ao recebimento de um salário insuficiente ao sustento de si próprio, agravando-se suas condições de vida, agora dependente, apenas, da oferta temporária de emprego, em condições que ferem dispositivos legais e cláusulas de acordo coletivo de trabalho.

E o que temiam os moradores, foreiros e arrendatário do Engenho Ribeirão com a concretização de sua venda à Usina Laranjeiras.

Os camponeses até quando dispuseram de algum pedaço de terra cedida e de terras livres para sua reprodução física e social se mantiveram resignado. A partir de sua expulsão das terras, iniciada no final da década de 1940, partiram para o enfrentamento dos proprietários de terras. Foi um período muito importante para a formação de uma consciência de classe, cujo desdobramento, não houvesse sido interrompido, teria sido, provavelmente, favorável aos trabalhadores rurais, atualmente submetidos a níveis insuportáveis de exploração, provocada pela política de modernização agrária do Regime Militar.

O Estado técnico-burocrático preservou o pacto entre o capital urbano e as oligarquias agrárias, sustando a aplicação de mecanismos político-institucionais para promover a reforma agrária. O Governo abandonou este projeto na década de 71/80 e optou por uma estratégia de estímulo à modernização do latifúndio e extinção do minifúndio.

Entretanto, ao incentivar a ocupação pelo grande capital nacional e estrangeiro das novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e da Amazônia, formou contraditoriamente extensos latifúndios responsáveis pela expropriação dos posseiros, e não os extinguiu efetivamente nas áreas de agricultura tradicional. Tal modernização foi realizada de forma predatória, tecnologicamente inadequada, desastrosa e alijadora dos pequenos proprietários e dos arrendatários, parceiros e moradores,

contribuindo para o êxodo rural em direção aos médio e grandes centros urbanos, gerando uma demanda por serviços públicos de real magnitude, cujo atendimento tem sido um desafio para os administradores público.

O novo regime contrapôs às aspirações camponesas por reforma agrária, a modernização dos latifúndios, através da incorporação de métodos e processos agrícolas modernos, de natureza industrial, financiados a juros subsidiados, reestruturação do sistema de comercialização e de crédito, e pela incorporação de áreas de fronteira ao processo produtivo, absorvendo a mão-de-obra liberada da área minifundista em extinção. Assim procedendo, o governo assegurou sua sustentação política, à medida que atendia às expectativas da burguesia industrial e dos grandes proprietários de terra, possibilitando, a integração da agricultura ao setor industrial via mercado, pela aquisição de insumos, implementos e máquinas agrícolas, abandonando, definitivamente, o modelo defendido por segmentos progressistas, relativo à democratização da propriedade agrária, pela qual esperava-se incorporar ao mercado uma população rural sem terra ou minifundista.

Por essa modernização, culturas que utilizam maiores proporções de insumos modernos, tais como fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, foram beneficiadas pelos mecanismos de incentivos fiscais do governo, registrando maior lucratividade. Ao contrário, a agricultura de subsistência, responsável pela produção de alimentação básica para a população

de baixa renda e pela geração de emprego, não recebeu atenção especial dos poderes públicos. A acumulação capitalista realizou-se, simultaneamente, pela concentração e centralização do capital, favorecida pelo poder público através da intervenção planejada, mobilizando recursos científicos, políticos e organizacionais, e pela utilização da repressão policial dos trabalhadores e camponeses, impedindo-os de expressarem seus interesses e de se articularem em sua defesa, de modo a garantir e reforçar sua subordinação econômica e política, beneficiando a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia.

A estratégia de isenções de impostos, concessões de incentivos fiscais, crédito, avais, entre outras facilidades, beneficiaram amplamente a concentração e centralização de recursos da sociedade pelas classes dominantes. Terras devolutas e de pouco valor comercial, ao contrário da política enumerada pelo governo, foram apropriadas pela burguesia financeira industrial.

Os reflexos desta política, contrariando os discursos oficiais, fizeram-se sentir na queda dos níveis de renda e de emprego na medida em que a tecnificação da agricultura só aumentou as exigências de mão-de-obra não qualificada, por ocasião das colheitas e acentuou a sazonalidade da ocupação deste fator de produção. Tal processo foi responsável pelo aumento da marginalização econômica, política e social do trabalhador rural, que se viu expulso das propriedades pela perda do emprego permanente e do pedaço de terra que cultivava,

complementando sua renda.

As pequenas unidades de produção, que subsistiram ao processo de concentração da propriedade, substancialmente policultora e responsável pela produção da alimentação básica, não se beneficiaram das leis de mercado, que, concretamente, não funcionaram para estes produtores. O presumível estímulo que o crescimento urbano industrial poderia ter provocado sobre a produção de alimentos, pelo crescimento de sua demanda, refletindo no aumento dos preços, foi anulado em virtude da política pública de aviltamento do salário-mínimo, única fonte de renda das massas, e do controle sobre os preços agrícolas daqueles produtos. Ademais, a dispersão desses pequenos produtores, associada ao pouco que produzem como excedente para o mercado, e de modo geral, a perecibilidade desses produtos, leva-os a vender sua produção para os atravessadores com quem ficam os lucros da atividade. A baixa remuneração do trabalho e a reduzida produção dos minifúndios levam o trabalhador rural a buscar formas alternativas de complementação de renda, através do prolongamento da jornada de trabalho e da incorporação da mulher e dos filhos menores às atividades agrícolas. Esse esforço, todavia, não redundou num melhor nível de renda da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível, configurando-se a violência dos processos de exploração a que estão submetidos.

As terras exploradas pelos camponeses, além de solos pobres, são, de modo geral, de áreas reduzidas, inferiores a um módulo rural, proporcionando ganhos equivalentes à quantia de um

a dois salários mínimos, insuficientes para a manutenção de uma família de quatro pessoas, forçando-os, a recorrerem a outras ocupações para viabilizar a reprodução simples e o restabelecimento dos níveis prévios de consumo. Este é o motivo porque se defende a aglutinação dos minifúndios.

Segundo o Relatório Final do Grupo de Trabalho para Promoção de Agricultura de Baixa Renda da SEPLAN (1976), houve um crescimento dos minifúndios, nos anos de 60 a 70, registrando-se no Nordeste um aumento no número de propriedades com área inferior a 10ha de 12% (doze por cento), enquanto no Sul foi de 122% (cento e vinte e dois por cento) e no Centro Oeste de 115% (cento e quinze por cento) levando as autoridades a proibirem, em 1976, a venda de propriedades de extensão inferior a um módulo rural, através do Decreto Lei nº 57, de 31.11.76, em complementação ao artigo 65 do Estatuto da Terra. No que pese a existência desta legislação, o Governo de Pernambuco criou 109 minifúndio nas terras do Engenho Ribeirão.

O processo de industrialização da agricultura atingiu de formas diferentes os vários segmentos de trabalhadores, criando, em vários casos, condições para que uma fração de campesinato ampliasse a produtividade do trabalho familiar, através do acesso ao avanço tecnológico colocado a disposição da agricultura, sem que lhe proporcionasse os ganhos correspondentes. Cresceu e se alastrou por todo o meio rural a proletarização dos camponeses, como a conversão deles em bóias-frias pela expropriação dos meios tradicionais de reprodução, quando se sabe que é

justamente o recurso à agricultura de subsistência que lhes garantia a manutenção, ainda que em condições instáveis e precárias. Assim, reduzidos à condição de miséria são atingidos em sua dignidade, feridos no amor próprio pela perda de sua capacidade de auto-afirmação, submetendo-se, como desvalidos, à comiseração pública, quando não socorridos por alguns programas emergenciais do governo, manipulados, a maioria das vezes, com fins eleitoreiros. Portanto o processo de concentração da propriedade e de industrialização da agricultura são responsáveis pelo crescimento do desemprego, dos trabalhadores sem teto e sem terra, transformados em boias-frias, que peregrinam pelo imenso território brasileiro à procura de emprego, quando não migram para as periferias das grandes cidades, formando bolsões de pobreza, somando-se aos marginalizados, à medida que passam a viver de subempregos e a dependerem dos programas assistencialistas do governo, habitualmente usados por políticos ligados aos interesses dos grupos no poder, contribuindo para a manutenção de relações patrão-dependente.

Os programas de colonização, tais como o PIN, PROTERRA, PROCONOR e o POLONORDESTE, de cujos recursos se utilizaram para o projeto da Agrovila da Vitória, foram concebidos como contra-reforma no sentido que se dispunham a adaptar a organização social e econômica de produção às novas necessidades do capitalismo. A intervenção do Estado fez-se no sentido de viabilizar, em zonas geográficas tradicionais, a reprodução ampliada do capital sem transformações na estrutura agrária.

No Sul e Sudeste, ao tempo em que foram mantidas intocadas as estruturas fundiárias, promoveu-se um certo desenvolvimento intensivo do capitalismo agroindustrial. O mesmo ocorreu no Nordeste, especialmente na Zona da Mata. No Centro-Oeste e no Norte, promoveu-se, também, a ocupação das reservas indígenas, das terras devolutas e ocupadas em grande parte por posseiros. Estes trabalhadores provinham das regiões de agricultura tradicional, atraídos por terras livres e por projetos de investimento do governo. Embora a expansão da fronteira agrícola, nas décadas de 60/70, tenha sido expressiva, em nada contribuiu para melhorar a estrutura fundiária no país.

O Governo, ao implantar a Agrovila da Vitória, recria a economia camponesa, mantendo-a intencionalmente atrelada à grande propriedade, de quem depende economicamente como empregado temporário, e, na maioria das vezes, sem carteira de trabalho assinada. Assim como antes, estes camponeses continuam a depender de outras atividades para complementar a renda que extraem da pequena propriedade.

De modo que o acesso a terra ou, ao trabalho continua a depender do consentimento dos grandes proprietários, que tiram proveito destas circunstâncias.

Contrariando toda uma legislação agrária vigente, tudo o que já foi publicado e está disponível sobre a matéria, bem como os estudos e recomendações realizadas por organizações governamentais e não governamentais, e principalmente as reivindicações de milhares de pequenos produtores rurais, o

Governo com a implantação de projetos como o da Agrovila da Vitória, recriou os minifúndios, provocando uma nova situação irregular. A titulação destes minifúndios não pode ser feita por contrariar dispositivos do Estatuto da Terra, que proíbe sua divisão em porções inferiores ao módulo rural. De maneira que estes pequenos produtores rurais se somam aos pequenos proprietários e foreiros, que vivem o problema de falta de titulação de propriedade pela inexistência da escritura pública ou por esta documentação apresentar-se com incorreções e/ou incompleta.

O Governo poderia ter aplicado o Estatuto da Terra na implantação da Agrovila da Vitória, criando unidades do tipo familiar com área mínima de um módulo rural, assegurando a exploração econômica da terra em condições de proporcionar uma renda capaz de atender as necessidades familiares do camponês. Este tipo de exploração rural atende, inclusive, à orientação do Banco Mundial e da CIDA - Conferência Interamericana de Desenvolvimento Rural -, que defende a propriedade familiar como base para o desenvolvimento equilibrado e estável no meio rural da América Latina.

Os problemas apontados originalmente pelos trabalhadores rurais de Vicência, relativos a falta de emprego permanente, de terra para cultivar e à baixa remuneração do trabalho agrícola não foram resolvidos para os próprios trabalhadores que fundaram a Agrovila da Vitória, que não tiveram suas de vida mudadas substancialmente, embora reconheça-se haver melhorado suas

condições de moradia, não obstante isso implicar em gastos adicionais, dificilmente atendidos por eles, por falta de renda. De maneira que muitos deles não têm acesso a determinados bens e facilidades que poderiam proporcionar-lhes um pouco de conforto.

Além do mais, estes trabalhadores mantêm-se policamente isolados, sem condições de se fazerem representar pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, controlado pelos assalariados. Os problemas que os afligem, como as demais categorias de camponeses, são diferentes dos problemas dos trabalhadores assalariados, que formam a maioria e conseqüentemente monopolizam as atenções dos dirigentes sindicais para seus problemas. Não é o caso dos posseiros da Agrovila da Vitória, cujos problemas se identificam com os dos pequenos proprietários e dizem respeito a falta de terra, regularização da propriedade e falta de apoio institucional.

A unificação destas diferentes categorias foi promovida pelo Regime Militar, no sentido de arrefecer o ânimo dos camponeses, enquanto não se completasse o processo de modernização agrícola. O modelo de modernização agro-industrial, na concepção dos técnico-burocratas extinguiria o latifúndio de exploração, transformando-o em empresa ou sociedade agrícola e, por extensão, os minifúndios.

Por conseguinte, assim como o Governo não pode regularizar as terras da Agrovila da Vitória, por serem minifúndios, juridicamente não reconhecidos pela legislação, seus associados têm

dificuldade de se fazerem representar pelo Sindicato de modo a encaminhar suas reivindicações às autoridades. Por outro lado, a pouca expressão econômica de suas atividades não lhes permite usá-las como manobra de negociação. Não resta dúvida que a unificação, imposta pelo poder público, de diferentes categorias, com situações específicas e interesses diferentes, numa mesma entidade sindical, acabou por estabelecer o enfraquecimento das lutas camponesas. Não há como juntar os interesses por melhores salários dos trabalhadores assalariados com a luta dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra para trabalhar. Termina por prevalecer os interesses daqueles segmentos mais representativos locais, que influenciarão as reivindicações conduzidas pelo sindicato. Por esse motivo é que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência não se posicionou com relação aos critérios de divisão de propriedade quando da implantação da Agrovila nem atualmente com relação aos problemas que os preocupam.

VI - CONCLUSÃO

1. O Engenho Ribeirão era um latifúndio de exploração que pelo Estatuto da Terra estava sujeito a desapropriação pelo poder público. O espírito do ET é o de penalizar o latifúndio pelo uso antieconômico e anti-social da terra. Ao contrário, o Governo comprou o imóvel praticamente à vista pelo preço de mercado, permitindo que o latifundiário se apropriasse de forma privada dos benefícios criados pelos investimentos públicos aí realizados, valorizando suas terras.

2. Além do mais, o Governo, ferindo dispositivos do o Estatuto da Terra, Lei 4504, o Decreto-Lei 57 e a Lei Estadual nº 7.829, de 11.01.79, loteou as terras do Engenho Ribeirão em minifúndios, criando uma situação irregular perante o INCRA, que recusa a reconhecer o imóvel. De modo que atualmente os trabalhadores da Agrovila da Vitória são posseiros de terras de domínio da Companhia de Habitação Popular de Pernambuco. Por se tratar de terras públicas não poderá ser requerida pelos posseiros a propriedade definitiva das terras a título de usucapião, frustrando o objetivo de muitos deles, que por esse motivo, dentre outros, não valorizam a sua organização.

Portanto, a Agrovila nada mais é do que a recriação camponesa. A intervenção do Estado fez-se no sentido de favorecer ao grande proprietário, garantindo-lhe disponibilidade de mão-de-obra nos períodos de maior demanda, e manutenção dos salários baixos e ao trabalhador, fornecendo-lhe a terra para plantar, proporcionado-lhe renda complementar.

3. A forma de organização associativa, embora funcionando precariamente, assegura ao trabalhador associado a posse da terra, a título de usufruto, e sua utilização na produção de alimentos e matéria-prima para o mercado. A propriedade da terra é pública, cedida para exploração agropecuária à Sociedade Econômica da Agrovila da Vitória Ltda - AGROVITO, podendo seus associados dela fazer uso em benefício da família e de acordo com o Estatuto Social. Este sistema tem possibilitado a AGROVITO a posse e uso social das terras, impedindo sua venda ou transferência para pessoas com interesse em especulação ou construção de áreas de lazer. Entretanto, no momento em que for concedido o título de propriedade a cada associado, a sociedade será dissolvida, considerando o atual grau de associativismo, e indubitavelmente a eliminação das pequenas propriedades pela provável concentração das terras favorecida por sua privilegiada localização. Isso só será evitado através do fortalecimento da AGROVITO, o que implica em regularização, o quanto antes, da situação da terra, cujas exigências legais impõem a reestruturação fundiária da Agrovila da Vitória.

4. A questão central que está subjacente a programas como o das agrovilas é a intervenção "conciliadora" do Governo, no sentido de reduzir as tensões sociais no campo, adquirindo latifúndios improdutivos, loteando-os em pequenos sítios e distribuindo-os com os trabalhadores rurais para o plantio de culturas de subsistência. Esta política apara as arestas deixadas pela modernização agrícola, atendendo a situações específicas como do

Engenho Ribeirão.

As aparentes vantagens proporcionadas aos associados pela aquisição de casa própria, água potável, escola pública, posto de saúde, não eliminaram o monopólio da propriedade dos meios de produção, causa principal da exploração econômica e sujeição social do trabalhador aos grandes proprietários. Ao contrário, contribuem para retardar a execução de uma reforma agrária, pela desmobilização e divisão da classe trabalhadora, aturdida com as ações assistencialistas do poder público, à medida que atende parcialmente os interesses de poucos e desperta a esperança de muitos.

A sindicalização imposta pelo Regime Militar para desbaratar o movimento camponês, unindo num mesmo sindicato assalariados e camponeses, com diferentes interesses, enfraqueceu sobremodo o movimento reivindicatório por terra, apoio jurídico institucional e incentivos governamentais conduzidos pelos arrendatários, colonos, moradores, parceiros e pequenos proprietários.

Aqui reside a explicação para o que ocorreu na Agrovila da Vitória, cujos associados perderam sua identificação sindical com os demais trabalhadores assalariados, e não dispõem de uma organização local ou regional específica que represente seus interesses e dos pequenos proprietários, arrendatários e foreiros. Resta-lhes como recurso a Sociedade Econômica da Agrovila da Vitória Ltda, atualmente fraca e sem prestígio.

Só a união de todos será capaz de fortalecer a AGROVITO.

Alcançado esse objetivo, a sociedade deverá buscar apoio em outras instituições externas ao município de Vicência, fugindo do assédio dos políticos locais, que em nada contribuirão para o seu desenvolvimento, em virtude dos laços que os prendem aos grandes proprietários que controlam o governo municipal. O apoio externo contribuirá para o revigoração do ânimo de luta, muitas vezes abatido por dificuldades internas e por resistências e obstáculos externos e locais. Por último, é necessário estarem atentos para defecções internas, combatendo-as com rigor e sem contemplações, acautelando-se contra as ações e atitudes derrotistas ou conciliadoras de companheiros que poderão estar sendo usados por seus opositores.

5. O poder público local, em mãos dos proprietários de terra ou de seus prepostos, nada têm feito ou farão, no sentido de favorecer o desenvolvimento da Agrovila da Vitória. É mais provável tentarem controlá-la, em função do potencial de eleitores aí existentes, através da cooptação de suas lideranças. Diante dessa possibilidade, só resta a cada associado manter-se vigilante, em defesa de seus interesses, cobrando de seu dirigente a neutralidade em assuntos da política local.

6. A participação consentida não passou de manipulação dos trabalhadores de Vicência pela burocracia oficial, na medida em que sua intervenção em nada contribuiu para eliminar as causas responsáveis pela exploração daqueles trabalhadores. A intervenção da burocracia se faz no sentido de implementar um programa ou projeto específico, independentemente dos interesses

a que servem, que é uma questão política e diz respeito à competição de grupos sociais pela alocação de recursos. Por conseguinte, a questão da Agrovila, que envolve a posse e uso de terras, depende de uma decisão política que ponha fim à condição de miséria a que estão submetidos inúmeros trabalhadores rurais. Só através de determinações políticas é que se poderão substituir ações tímidas, assistemáticas e voluntaristas de algum Governo, por ações claras e firmes, que combatam as principais causas deste problema.

Superado este aspecto, aí sim, a implementação das medidas devem ser feitas com a participação dos interessados, como condição necessária de fortalecer sua organização, conferindo-lhes autonomia administrativa. A metodologia adotada no projeto da Agrovila da Vitória poderá ser tomada como exemplo bem sucedido de participação popular no planejamento e execução de ações governamentais, ressalvada as restrições colocadas quanto a manipulação.

7. A AGROVITO foi concebida para funcionar como organização autogestionária o que pressupõe de parte de seus membros um grau desenvolvido de consciência associativa, e capacidade administrativa, que não são encontrados nos trabalhadores de Vicência, desprovidos de experiência associativa e envolvido com problemas para a obtenção de condições mínimas de sobrevivência. O que implica reconhecer que a AGROVITO tem uma sobrevivência, porquanto perdurar seu domínio sobre as terras. No instante em que for decidido passar as terras para o domínio privado, dando o

título de propriedade a cada trabalhador, a sociedade desaparecerá. Os próprios dirigentes da AGROVITO compartilham desse entendimento.

8. Os problemas que atualmente preocupam a agrovila, a seguir relacionados, devem merecer atenção de todos no sentido de superá-los:

A) inadaptação ao modelo de organização associativa da Agrovila da Vitória, que os leva a agir individualmente e concorrerem entre si;

B) rivalidade interna provocada pela presença na Agrovila da Vitória de associados com diferentes padrões de renda. Esta diferença é consequência da divisão das terras em lotes de tamanhos variados, da contemplação de pessoas que já possuíam terra ou cuja ocupação principal não era agricultura e doentes;

C) falta de coesão interna do grupo, que o expõe às ameaças ambientais, é provocada pela ausência de mecanismos de socialização que fortaleçam os sentimentos e atitudes de solidariedade e de cooperação;

D) superpopulação do assentamento, na medida que existem mais famílias do que a área pode suportar, recriando os minifúndios.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e Reforma Agrária. São Paulo. Editora Atica S.A., 1987. 86p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas Camponesas no Nordeste. Série Princípios. São Paulo, Editora Atica S.A., 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Classes Sociais e Agricultura no Nordeste. FUNDAJ. Recife, Editora Massangena, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Propriedade de Terra e as Transformações Recentes de Agricultura de Pernambuco. Documento nº A-10. Recife, SUDENE-OEA, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957-64). Temas de Ciências Humanas nº 8. Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980. p. 115:131.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Vicência Vista pelo seu Vigário. Revista de História Municipal, ano II, nº 3, jun, 1978. p. 19:31.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Vale do Sirigi. Um Estudo Geográfico Regional. Recife. 1958.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982. Coleção Estudos sobre o Nordeste, Vol. 24.
- BASBAUM, Leoncio. História Sincera da República de 1889 a 1930. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975/76.
- BRADLEY, Sandra Maria Correia. Açúcar e Poder. Análise da Evolução Política de Vicência, um Município da Micro região da Mata Seca Pernambucana. Recife. CONDEPE/FIAM/CEHM, 1977.

- 104p. Dissertação de Mestrado.
- BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda. 1984.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. O Estado e a Agricultura. São Paulo, ANPOCS - Encontro Anual, 1984.
- CALDEIRA, Clovis. Mutiräi: Forma de Ajuda Mútua no Meio Rural. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. 1956.
- EISENBERGM, Peter L.. Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840/1910. São Paulo. Editora Paz e Terra. Coleção Estudos Brasileiros vol. 15. 1977. 294p.
- FORMANN, Shepard. Camponeses: Sua Participação no Brasil. Editora Paz e Terra. 1979.
- FREYRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 6a. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978. 218p.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 19____. 248p.
- GUIMARAES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 5a. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- IANNE, Octávio. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis - Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1984.
- IANNE, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1981. 277p.
- MAIA, Nayala de Souza Ferreira. Açúcar e Transição para o Trabalho Livre em Pernambuco - 1874/1904. Recife. FASA Editora. 1985. 140p.
- MELO FILHO, Lourenço Tavares. Vale do Siriji. História que meu

- Pai Contou. Coleção Vale do Siriji. Tomo I. Editora Carlos Eduardo Carvalho dos Santos. 1984. 421p.
- MENDES, Ubirajara Carlos. Sesmarias: Uma Dádiva do Rei. SEMINA. Rev. Cultural e Científica da Univ. Est. de Londrina. Ciências Sociais e Humanas vol. 9 nº 1 setembro. 1988. pag. 13-21.
- MEYER, Doris Rivaldi. A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979. (série Estudos sobre o Nordeste, vol. 9).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. 2a. edição. São Paulo, Ed. Atica. 1987. 88p. (série princípios).
- . A Geografia das Lutas no Campo. 3a. edição. São Paulo, Editora Contexto. 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elogio para um Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 5a. Ed. Série Estudos sobre o Nordeste. vol. 1. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A. 1987.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na "plantation" tradicional. IN: as relações sociais na "plantation" tradicional. Rio de Janeiro.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 38a. edição. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- ROMANO, Paulo. A Situação Atual de Agricultura Brasileira - Transformação e Reflexos na Economia. IN: O Município e Desenvolvimento Rural. Rio de Janeiro, IBAM. 1979. p. 11:22.

- SANTOS, Reginaldo Souza. Estado e Política Agrícola no Brasil. Rio de Janeiro. RAP, 20(2):29-48, abr/jun. 1986.
- SIGAUD, Lygie. Luta Política e Luta pela Terra no Nordeste. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 26(1):77-95. 1983.
- SIGAUD, Lygie. Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1980. 114p.
- SILVA, José Gomes. A Reforma Agrária no Brasil. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento ? Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1971. 284p.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1981.
- SILVA, José Graziano da. O que é a Questão Agrária ? Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense. 1989.
- SMITH, Roberto. Propriedade de Terra & Transição. Estudo de Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2a. Ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1986. 162p.
- VEIGA, José Eli. O que é Reforma Agrária ? São Paulo, Brasiliense. 1990. 87p.
- VINHAS, Moisés. A Terra, o Homem, as Reformas. Rio de Janeiro, Edições Greal. 1980.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel; FIGUEIREDO, Vilma; PINTO,

- Luzia Alice Guedes e CARVALHO, Abdias, Vilar. Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Coleção Estudos Brasileiros, vol. 37. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1979. 180p.
- WEFFORT, Francisco Correia. O Populismo na Política Brasileira. 3a. edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980. 181p.
- WEFFORT, Francisco Correia. Estado e Massas no Brasil. IN: Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio de Janeiro. 1966.
- WILKINSON, John. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. Bahia, Editora HUCITEC. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA. 1986. 219p.
- WOLF, Eric R.. Sociedades Camponesas. Curso de Antropologia Moderna. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1970.

T A B E L A S

TABELA I

AREA MINIMA DE TERRA SUFICIENTE PARA O ATENDIMENTO DAS
NECESSIDADES FAMILIARES SEGUNDO OPINIÃO DOS CHEFES DE
FAMILIA DA AGROVILA DA VITORIA

TAMANHO DA PROPRIEDADE (em Ha)			NUMERO DE PESQUISADOS	
			ABSOLUTO	% EM RELAÇÃO AO No. DE ASSOCIADOS (109)
ATÉ	----	5	1	----
6	----	10	55	51
11	----	15	4	4
16	----	20	4	4
21	----	25	-	----
NÃO RESPONDERAM			8	7
NÃO SABEM			4	4
T O T A L			76	70

TABELA II

MOTIVOS ALEGADOS PELOS CHEFES DE FAMILIA ENTREVISTADOS PARA A
DIVISÃO DAS TERRAS DO ENGENHO RIBEIRÃO EM PEQUENAS GLEBAS

MOTIVOS ALEGADOS	NUMERO DE RESPOSTAS	
	ABSOLUTO	% EM RELAÇÃO AO Nº DE ASSOCIADOS-109
-NAO PODIA PERDER SUA ULTIMA CHANCE NUMA AREA DE CONCENTRAÇÃO FUNDIARIA E DE DE- SEMPREGO SAZONAL, A TERRA É O BEM MAIS COBIÇA- DO INDEPENDENDEMENTE DO TAMANHO	9	8
-A PARTILHA DO ENGENHO RIBEIRÃO FOI FEITA DE CIMA PARA BAIXO	27	25
-COMO ARRENDATARIO OU MORADOR FOI-LHE IMPOSTA A OPÇÃO PELA APROPRIAÇÃO DE UM LOTE DE 3 ha OU A IDENIZAÇÃO PELAS BENFEITORIAS	10	9
-JA TRABALHA EM MINIFUNDIOS ARRENDADOS OU CE- DIDOS EM TROCA DE SERVIÇOS	3	3
-O MAXIMO QUE A FAMILIA PODERIA CULTIVAR ERA UM LOTE DE 3 ha	2	2
-NÃO SABE INFORMAR	5	5
-NÃO RESPONDERAM	19	17
T O T A L	75	70

TABELA III

FORMAS DE AQUISIÇÃO DAS TERRAS PELOS SOCIOS DA AGROVILA DA VITORIA					
FORMAS DE POSSE DA TERRA	NUMERO DE RESPOSTAS POR TIPO DE GLEBA				
	1 Ha	2 Ha	3 Ha	TOTAL	% EM RELAÇÃO AO No DE ASSOCIADOS
-DOAÇÃO DO GOVERNO	1	12	30	43	39
-HERANÇA	1	1	1	3	3
-COMPRAS DA POSSE	4	11	12	27	25
-NÃO RESPONDERAM	1	--	2	3	3
T O T A L	7	24	45	76	70

TABELA IV

TIPOS DE GLEBAS CUJAS POSSES FORAM TRANSFERIDAS

TIPO DE GLEBA (em hectares)	NUMERO DE GLEBA		
	EXISTENTES (A)	TRANSFERIDAS (B)	RELAÇÃO B/A
1	14	4	0,28
2	30	11	0,36
3	65	12	0,18
T O T A L	109	27	

TABELA V

DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE CULTURA AGRICOLA POR GRUPOS DE GLEBAS DA AGROVILA DA VITORIA (MAIO DE 1992)

CULTURA AGRICOLA	NUMERO DE GLEBAS POR CULTURA					
	3 HECTARE		2 HECTARES		1 HECTARES	
	N:	%	N:	%	N:	%
-APENAS BANANA	15	33,33	15	62,5	4	57,14
-APENAS LAV. DE SUBSIST.*	--	----	--	----	--	----
-BANANA/LAVORA DE SUBSIST.	29	64,44	9	37,5	3	42,86
-NÃO RESPONDEU	1	2,23	--	----	--	----
T O T A L	45	100,0	24	100,0	7	100,0

NOTA: *PRODUTO DE SUBSISTENCIA: FEIJÃO, MILHO, MANDIOCA, INHAME, BATATA DOCE
OBS.: ESTES DADOS FORAM REVELADOS EM JAN/93

TABELA VI

NUMERO DE GLEBAS POR TIPO DE CULTURA EXPLORADA NA AGROVITO (MAIO/1993)

TIPO DE CULTURA	NUMERO DE GLEBAS		
	ABSOLUTO	%	% EM RELAÇÃO AO No. TOTAL DE GLEBAS
-APENAS BANANA	34	45,0	31
-APENAS LAVORA DE SUBSISTENCIA	--	----	--
-BANANA/LAVOURA DE SUBSISTENCIA	41	54,0	37
-NÃO RESPONDEU	1	1,0	1
T O T A L	76	100,0	69

TABELA VII

DISTRIBUIÇÃO DAS GLEBAS DE DOIS HECTARES PELA PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO (MAIO/93)

PRODUÇÃO POR HECTARE (mil)	NUMERO DE GLEBAS (F)	PONTO MIDIO (X)	FX
21 --- 41	9	31	279
41 --- 61	7	51	350
61 --- 81	4	71	284
81 --- 101	---	91	-----
T O T A L	20	----	913

NOTA: PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO: 45,65 MILHEIROS DE FRUTOS.

TABELA VIII

DISTRIBUIÇÃO DAS GLEBAS DE TRES HECTARES PELA PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO (MAIO/93)

PRODUÇÃO POR HECTARE (mil)	NÂMERO DE GLEBAS (F)	PONTO MÉDIO (X)	FX
21 --- 41	9	31	279
41 --- 61	15	51	765
61 --- 81	8	71	568
81 --- 101	9	91	819
T O T A L	41	----	2431

NOTA: PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO: 59,292 MILHEIROS DE FRUTOS.

TABELA IX

DISTRIBUIÇÃO DAS GLEBAS DE UM HECTARE PELA PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO (MAIO/93)

PRODUÇÃO POR HECTARE (mil)	NÂMERO DE GLEBAS (F)	PONTO MÉDIO (X)	FX
21 --- 41	2	31	62
41 --- 61	2	51	102
61 --- 81	---	71	----
81 --- 101	---	91	----
T O T A L	4	----	164

NOTA: PRODUÇÃO MÉDIA POR HECTARE/ANO: 41 MILHEIROS DE FRUTOS.

TABELA X

FATORES IMPUTADOS PELOS CHEFES DE FAMILIA COMO RESPONSÁVEIS PELA PEQUENA PRODUÇÃO DAS GLEBAS DA AGROVITA SUBMETENDO SEUS PRODUTORES A NÍVEIS DE POBREZA

TIPOS DE FATORES	NÚMERO DE ENTREVISTADOS	
	ABSOLUTO	%
-JUROS ALTOS DO CRÉDITO AGRÍCOLA E INDIVIDUÁRIOS DOS TRABALHADORES	19	25,00
-FALTA DE CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DO CRÉDITO AGRÍCOLA	34	45,00
-FALTA ÚNICO DOS TRABALHADORES DA AGROVILA	2	3,00
-NÃO TEM SAÚDE PARA TRABALHAR A TERRA	3	4,00
-NÃO RESPONDERAM E/OU NÃO SABEM	18	23,00
T O T A L	76	100

TABELA XI

DISTRIBUIÇÃO DE FAMILIARES POR IDADE E SEXO QUE VIVEM COM O CHEFE DE FAMÍLIA ASSOCIADO A AGROVITO (JANEIRO/1991)

CLASSES DE IDADE	NUMERO DE FAMILIARES POR IDADE			
	MASCULINO	FEMININO	FREQUENCIA SIMP.	ACUM.
0 --- 4	20	18	38	38
5 --- 9	34	34	68	106
10 --- 14	37	38	75	181
15 --- 19	38	37	75	256
20 --- 24	20	14	34	290
25 --- 30	19	9	28	318
31 --- 35	--	1	1	319
36 --- 40	--	2	2	321
T O T A L	168	153	321	

NOTA: FAMILIARES - PAI, MCE, FILHOS, NETOS, SOBRINHOS, TIOS, NORAS E
 NUMERO DE FAMILIAS CONSULTADAS: 76
 NUMERO MÉDIO DE DEPENDENTES POR FAMÍLIA: 4,23

TABELA XII

DISTRIBUIÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA POR ATIVIDADES ACESSÓRIAS 7
 ATIVIDADE AGRÍCOLA NA AGROVITO (JANEIRO/1991)

TIPO DE ATIVIDADES	NUMERO DE ASSOCIADOS POR GLEBA			T O T A L	
	1 Ha	2 Ha	3 Ha	ASSOCIADO	%
-TRABALHADORES TEMPORARIOS	2	12	21	35	46
-TRABALHADORES FICHADOS	1	1	3	5	7
-ARRENDATARIO	-	1	1	2	3
-EMPREENHEIRO	-	-	1	1	1
-PEQUENO COMERCIANTE	-	2	2	4	5
-NÃO TEM OUTRA OCUPAÇÃO	2	3	3	8	11
-RESPOSTA INVALIDADA	-	1	3	4	5
-NÃO RESPONDERAM	-	-	7	7	9
-APOSENTADOS	2	4	4	10	13
T O T A L	7	24	45	76	100

TABELA XIII

FATORES QUE INFLUENCIAM A VENDA DA BANANA AO ATRAVESSADOR, SEGUNDO OS ASSOCIADOS DA AGROVITO

F A T O R E S	NUMERO DE ASSOCIADOS	
	ABSOLUTO	%
-A COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA PELA CEASA, DETERMINANDO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS, ESTA NAS MÃOS DE UNS POUCOS	5	6,5
-ASSOCIADOS OPERANDO COMO ATRAVESSADOR	24	31,5
-INSTABILIDADE NOS PREGOS	6	8,0
-ALTO CUSTO DO FRETE	10	13,0
-VARIAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO QUE IMPOSSIBILITA A COMERCIALIZAÇÃO CONJUNTA NA CEASA	3	4,0
-NÃO RESPONDEU OU NÃO SABE	28	37,0
T O T A L	76	100

NOTA: *A PRODUÇÃO AUMENTA NOS MESES DE NOV/DEZ CAINDO SUBSTANCIALMENTE NOS DEMAIS MESES.

TABELA XIV

VANTAGENS DAS VENDAS DA BANANA AO ATRAVESSADOR SEGUNDO OS ASSOCIADOS DA AGROVITO

R E S P O S T A S	F R E Q U E N C I A	
	ABSOLUTA	RELATIVA
-O PREÇO É MENOR PORÉM COMPENSA OS GASTOS E O TRABALHO COM CORTE, CARREGO, FRETE E RISCOS DE PERDAS E DE FAZER UM MAU NEGOCIO POR DES- CONHECER AS BASES DE COMERCIALIZAÇÃO	51	67,0
-RECEBEM ADIANTAMENTO POR CONTA DAS VENDAS	7	9,0
-NÃO VEEM VANTAGENS	6	8,0
-NÃO RESPONDERAM	12	16,0
T O T A L	76	100

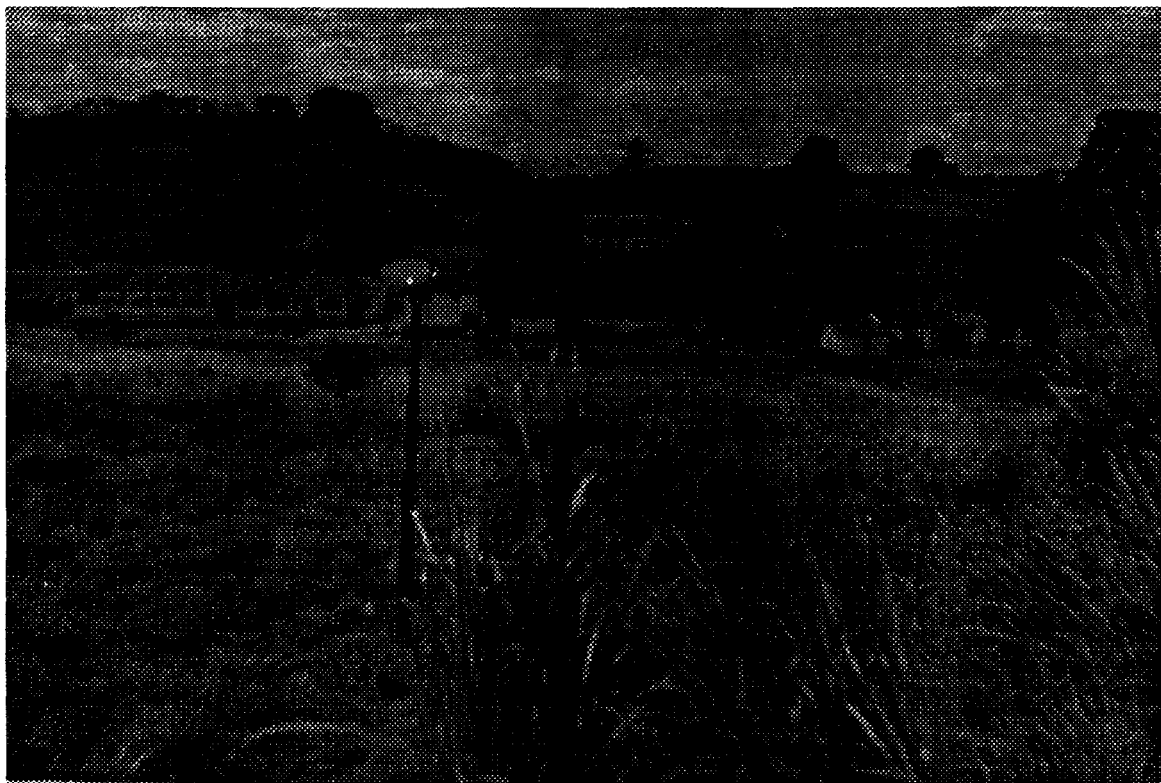
TABELA XV

FORMAS DE VENDA DA BANANA PREFERIDAS PELOS ASSOCIADOS DA AGROVITO					
TAMANHO DA PROPRIEDADE	NÃO RESPONDERAM	FORMAS DE VENDA			
		FEIRAS LIVRES	CEASA	INTERMEDIARIOS	
				TOTAL	% EM RELAÇÃO ENTREVIST.
1 ha	----	--	--	6	0,08
2 ha	----	--	1	24	0,32
3 ha	6	--	1	38	0,50
T O T A	6	--	2	68	0,90

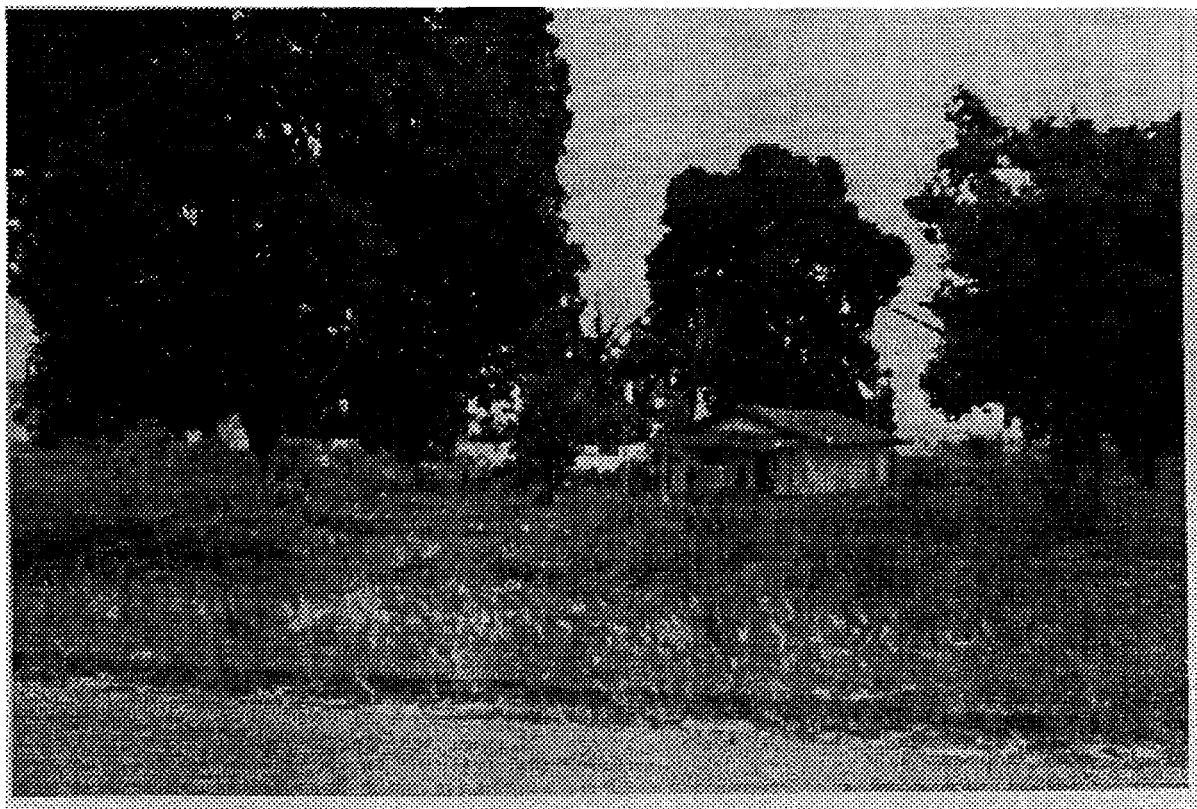
I L U S T R A Ç Õ E S



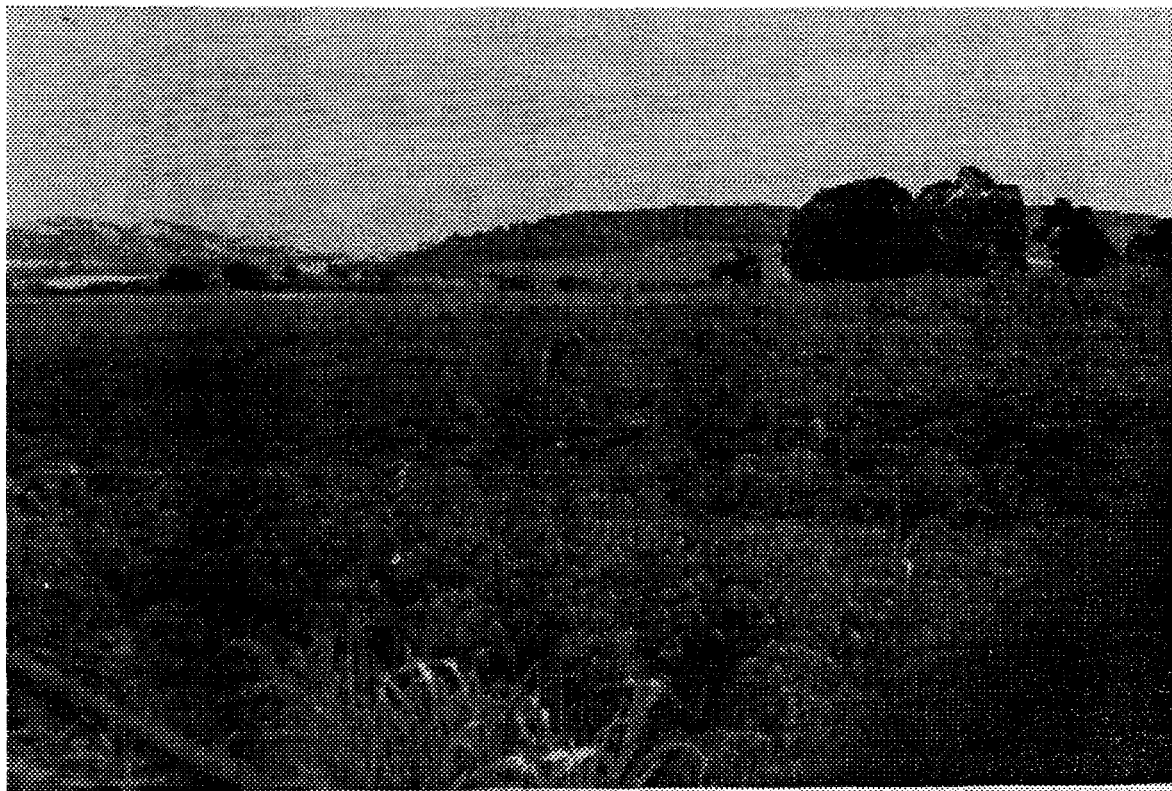
FOTOGRAFIA No. 1: Vista da moita do Engenho Acerto no município de Vicência.



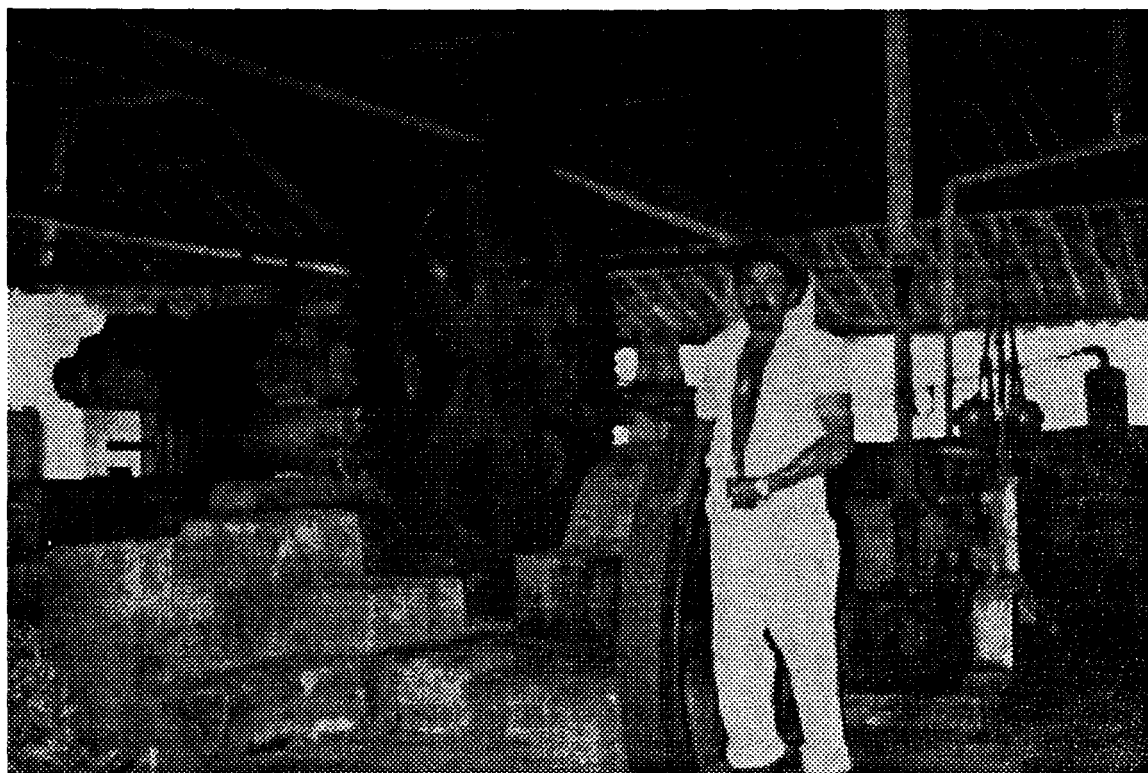
FOTOGRAFIA No. 2: Vista da casa grande e das instalações de um engenho "banguê" no município de Vicência.



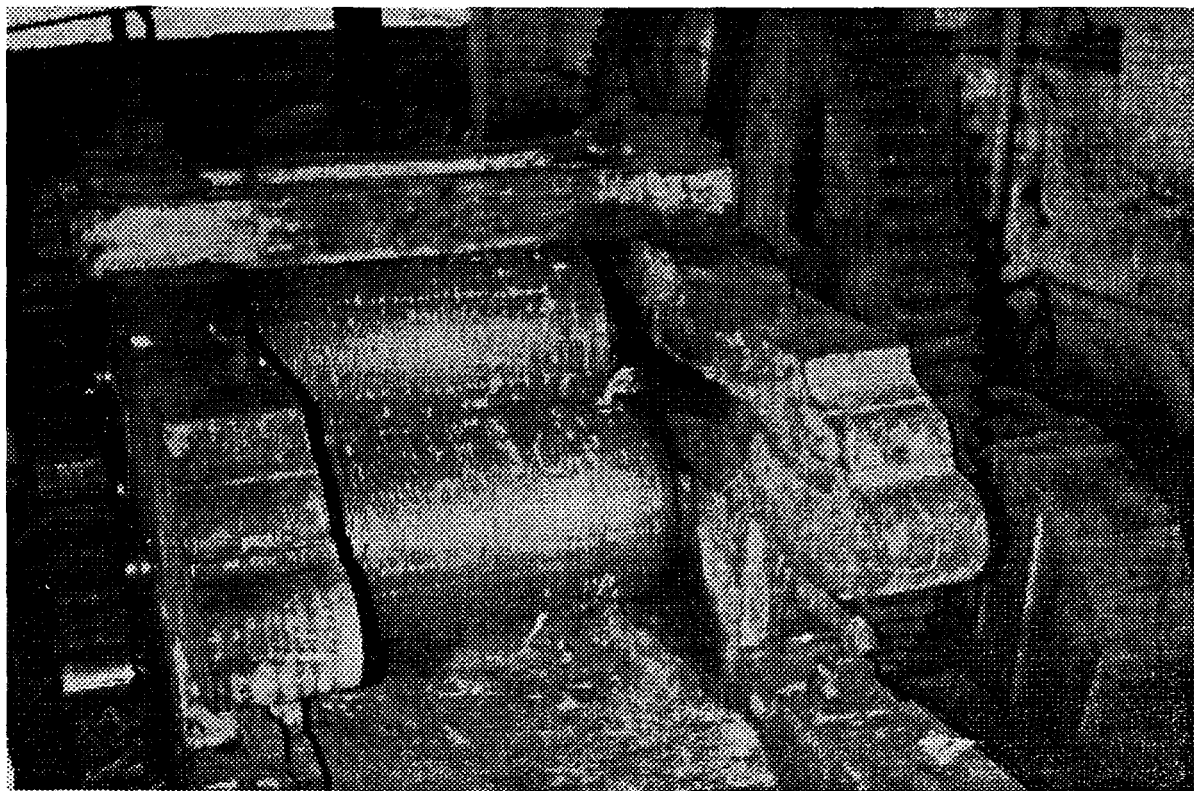
FOTOGRAFIA No. 3: "Casa de Morada" e área para plantar lavoura de subsistência.



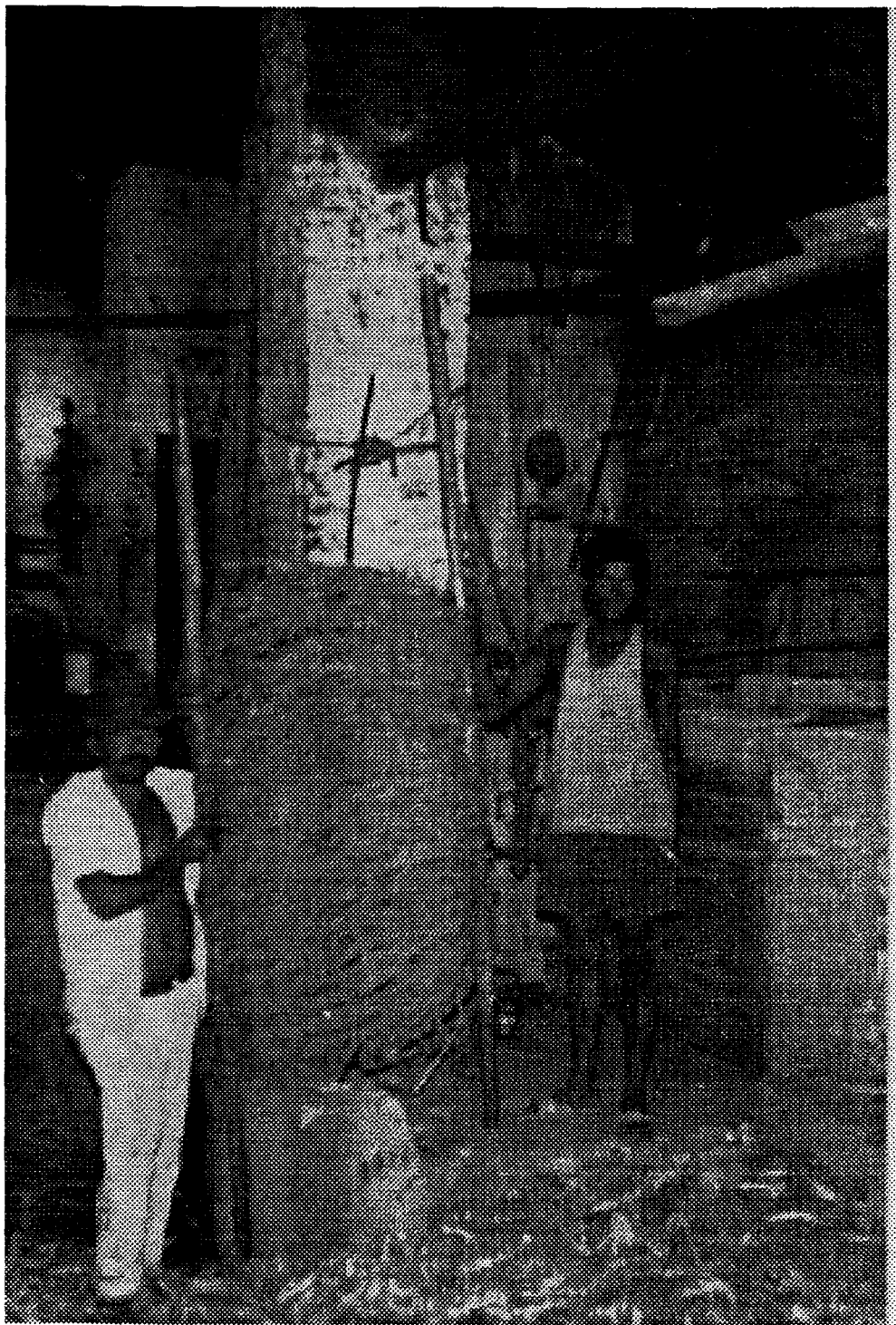
FOTOGRAFIA No. 4: Vista de um camponês trabalhando em seu roçado. Trata-se de plantio de milho, fava e mandioca. Ao fundo observa-se algumas fruteiras, geralmente aonde fica a casa do morador



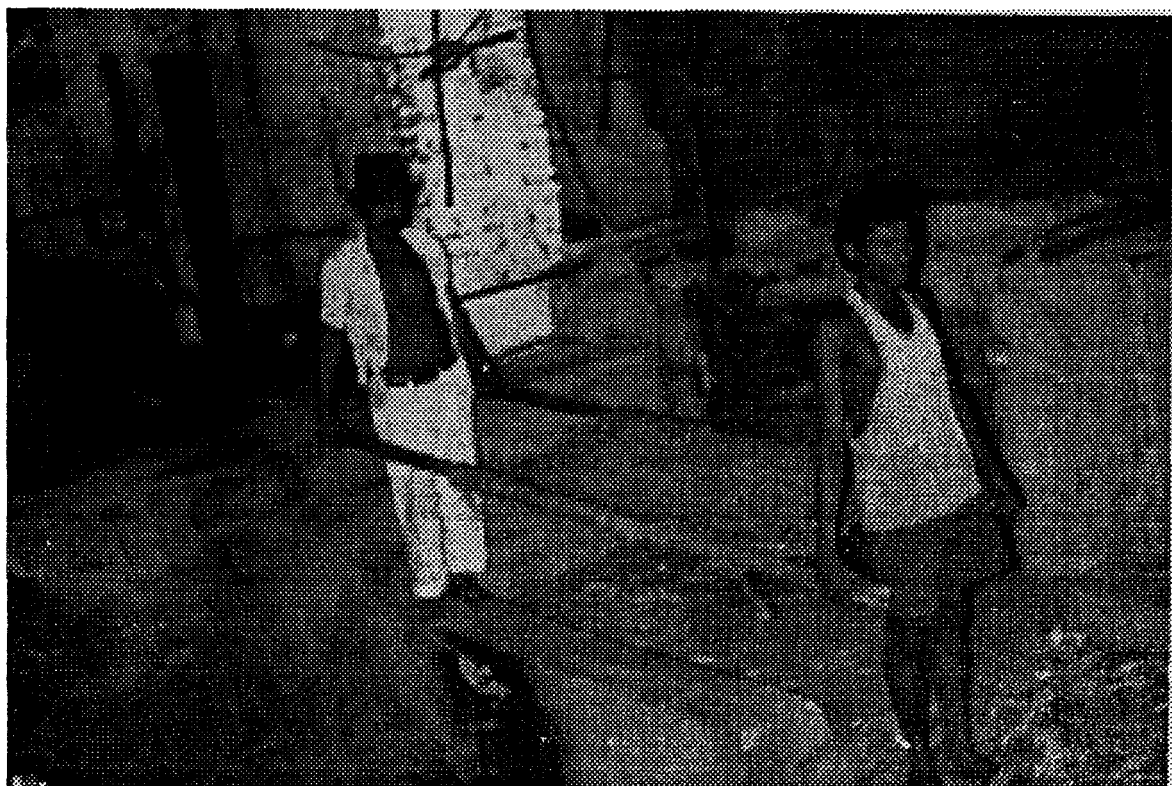
FOTOGRAFIA No. 5: Moenda de um engenho "banguê" a vapor ainda existente no Engenho Acerto no município de Vicência.



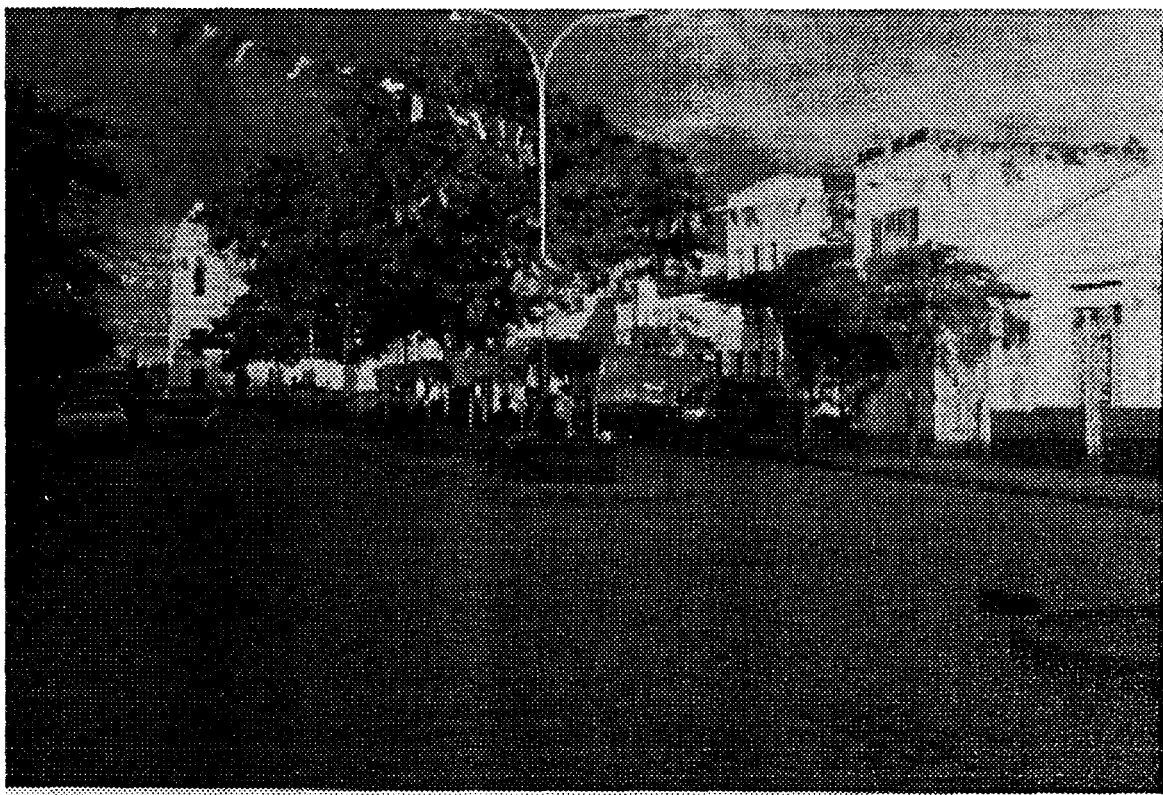
FOTOGRAFIA No. 6: Vista da moenda do Engenho Acerto no município de Vicência.



FOTOGRAFIA No. 7: Vista de um "banguê" o qual origina o nome do engenho.



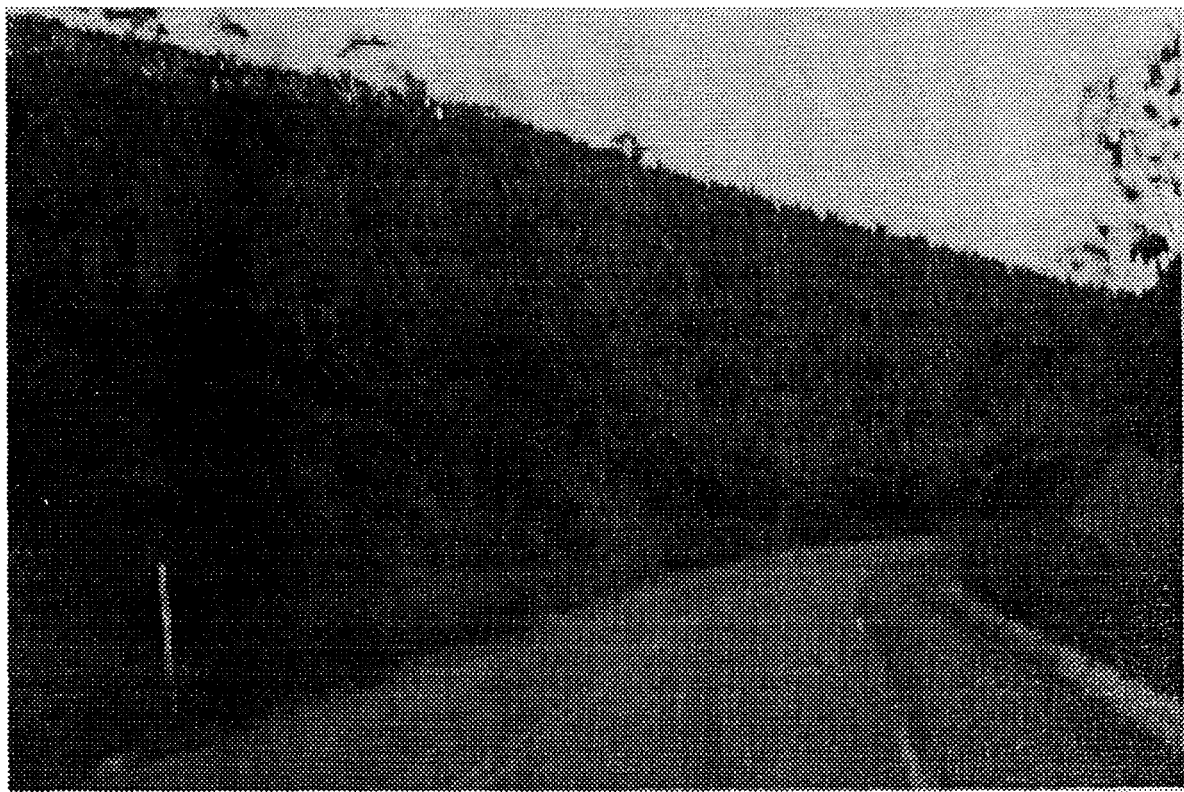
FOTOGRAFIA No. 8: Vista de bangueseiros carregando um "banguê".



FOTOGRAFIA No. 9: Vista parcial da cidade de Vicência, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz.



FOTOGRAFIA No. 10: Vista parcial do Distrito de Murupé, aonde se localiza a Agrovila da Vitória. As casas mais humildes são de taipa, chão batido, com pé direito muito baixo, sem oitões livres.



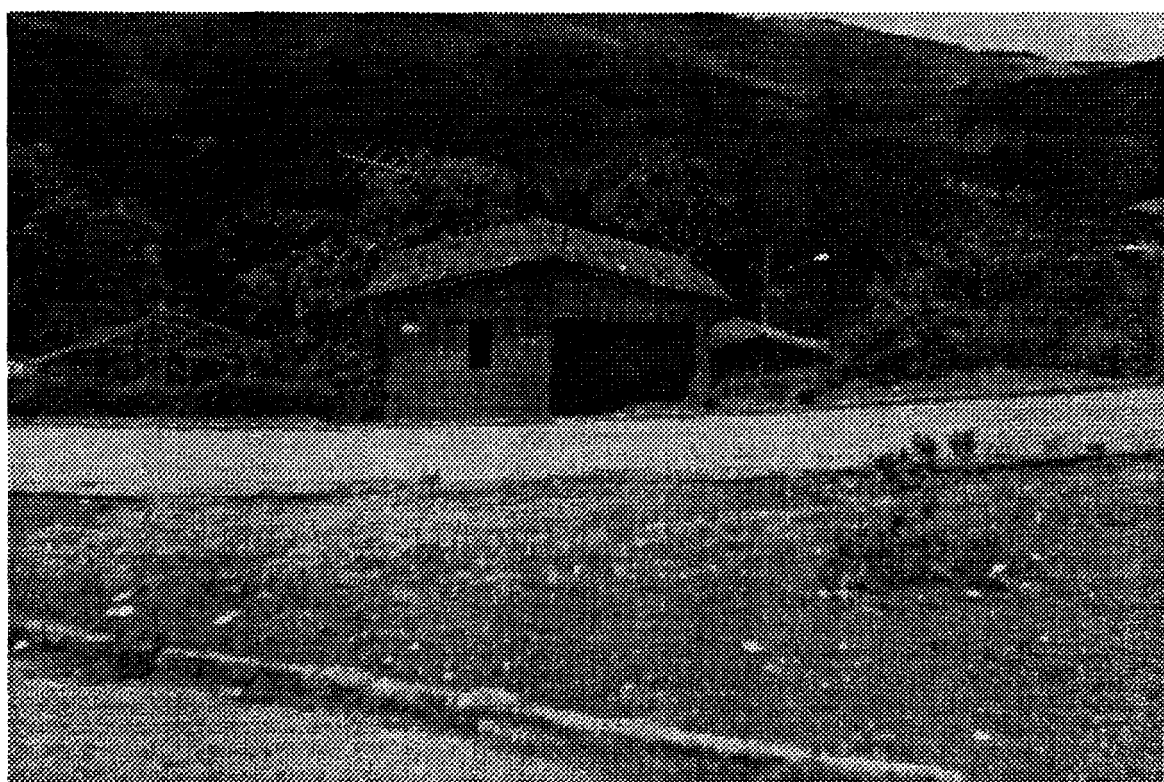
FOTOGRAFIA No. 11: Vista parcial da rodovia PE-74 que corta as terras da Agrovila da Vitória, ligando-a a cidade de Vicência.



FOTOGRAFIA No. 12: Vista parcial do bananal de uma das glebas da Agrovila da Vitória.



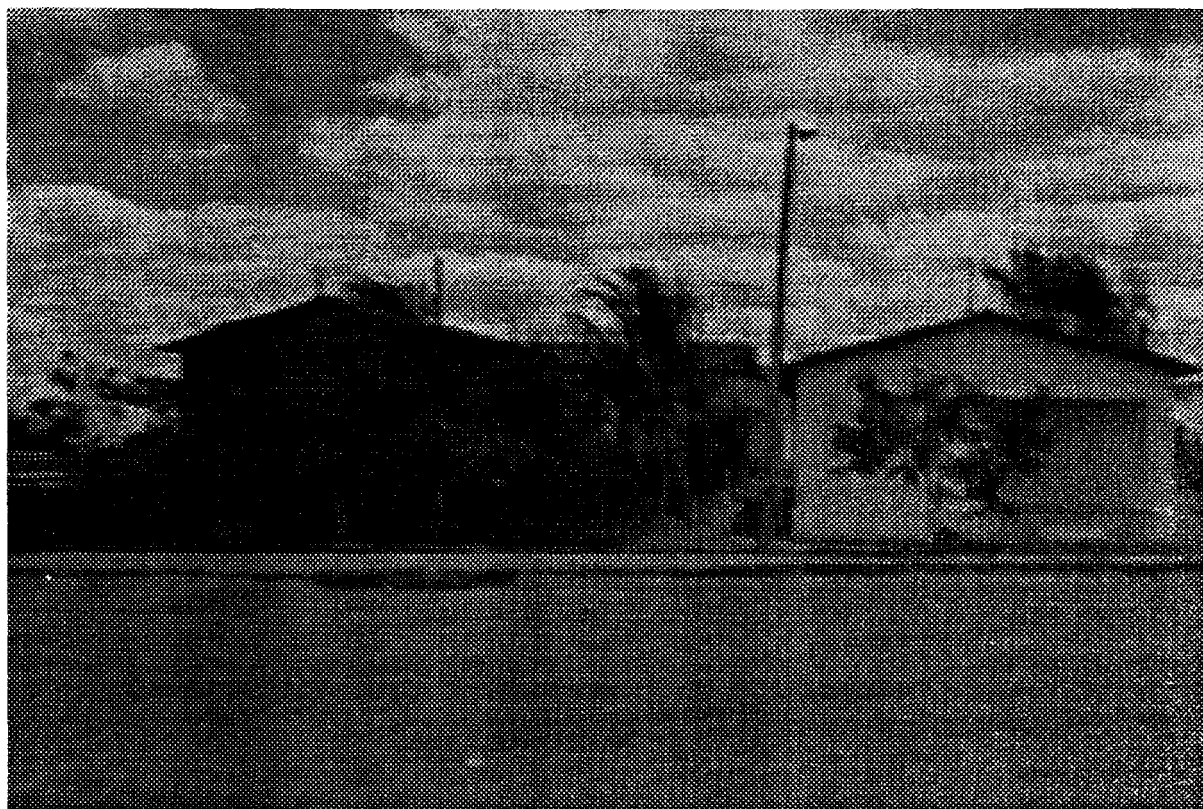
FOTOGRAFIA No. 13: Vista parcial das casas da Agrovila da Vitória, observando-se algumas delas ainda por serem concluídas.



FOTOGRAFIA No. 14: Vista de frente de uma casa da Agrovila, com plantação de fruteiras no restante do terreno.



FOTOGRAFIA No. 15: Observe o plantio de ervas medicinais e de plantas de adorno em volta da casa, além da criação de galinhas soltas. Esta casa já foi ampliada.



FOTOGRAFIA No. 16: À esquerda observa-se uma casa por concluir, com reboco apenas nas paredes internas. À direita outra casa basicamente concluída.

M A P A S

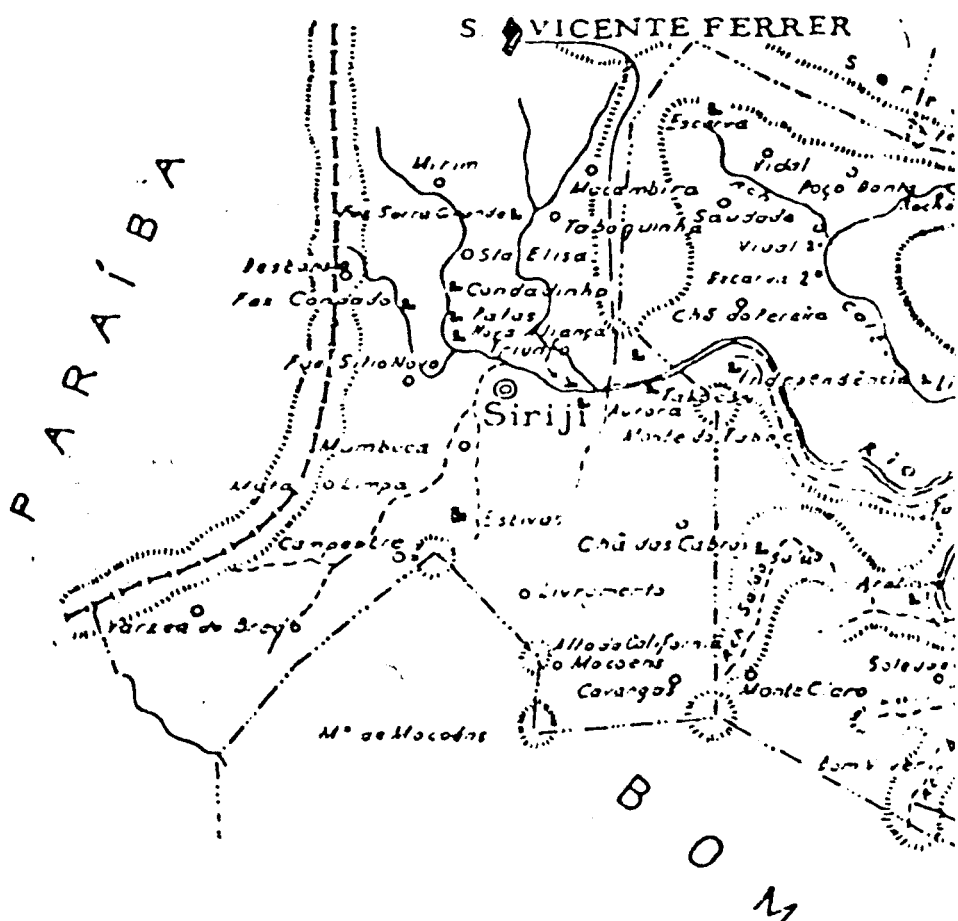
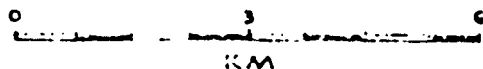
na parte
ordinário
para a des-
cendendo cortos
postuma cor-
habitualmen-

de Siriji, o
ou, no pas-
Conde e
amentos de
mas as
perior a
amentos
ulo é domi-
ms pontos,
maisse que
que estas

Ferrer,
e, segun-
ta de 45m.
lascarenhas,
presentada
nos Aires,
atuindo es-
representa
cunho do

VALE DO SIRIJI

ESCALA



LEGENDA

- Povoação
- Sítio
- Engenho ou Fazenda
- Usina
- Limite intermunicipal
- Limite interestadual
- Estrada de Ferro
- Rodagem (R.G.)
- Coleteável
- Curso d'água
- Laguna ou açude
- Elevação
- Rios (Paraná, Tejuco)







MAPA II - MUNICÍPIO DE VICÊNCIA

36°

12

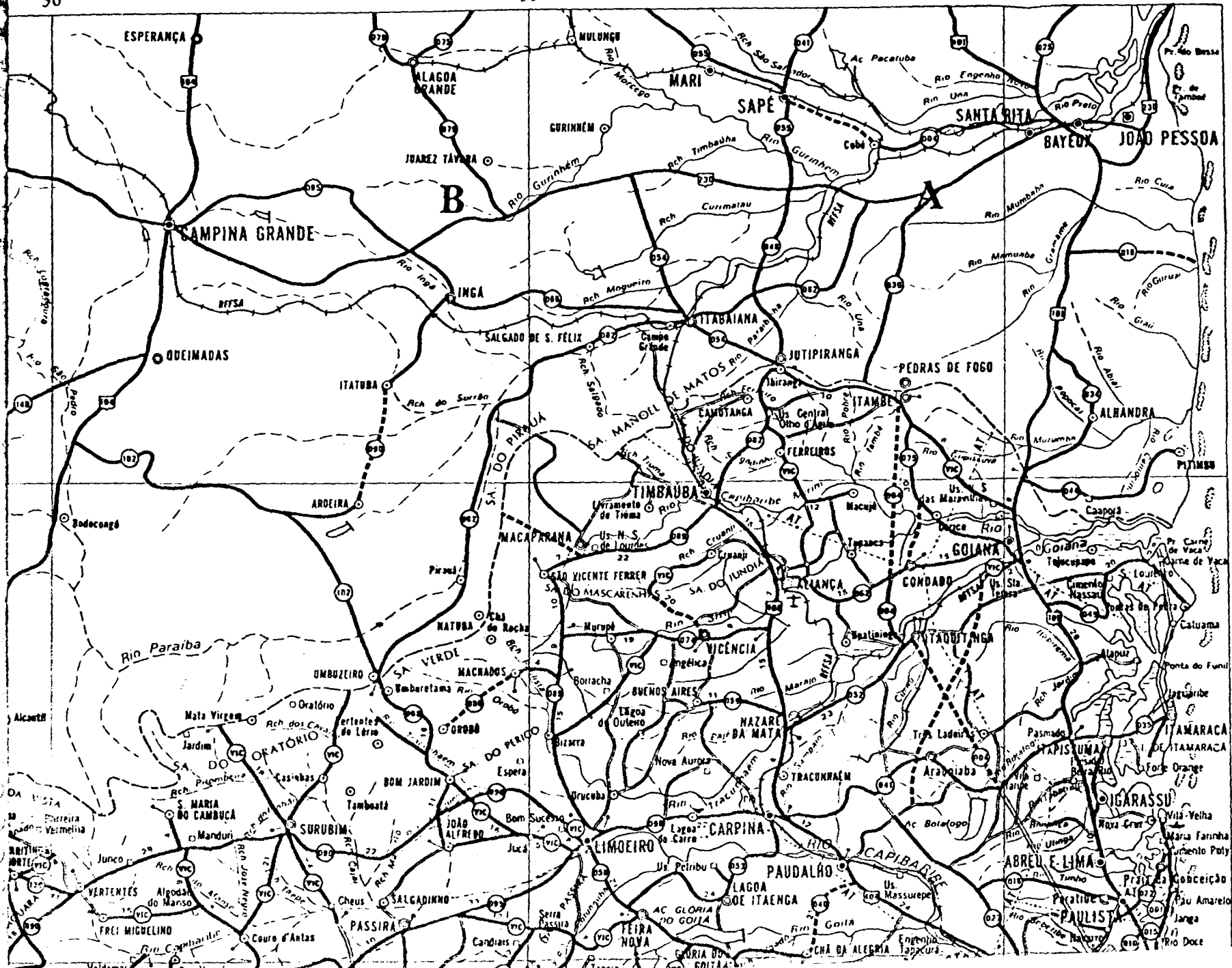
30°

13

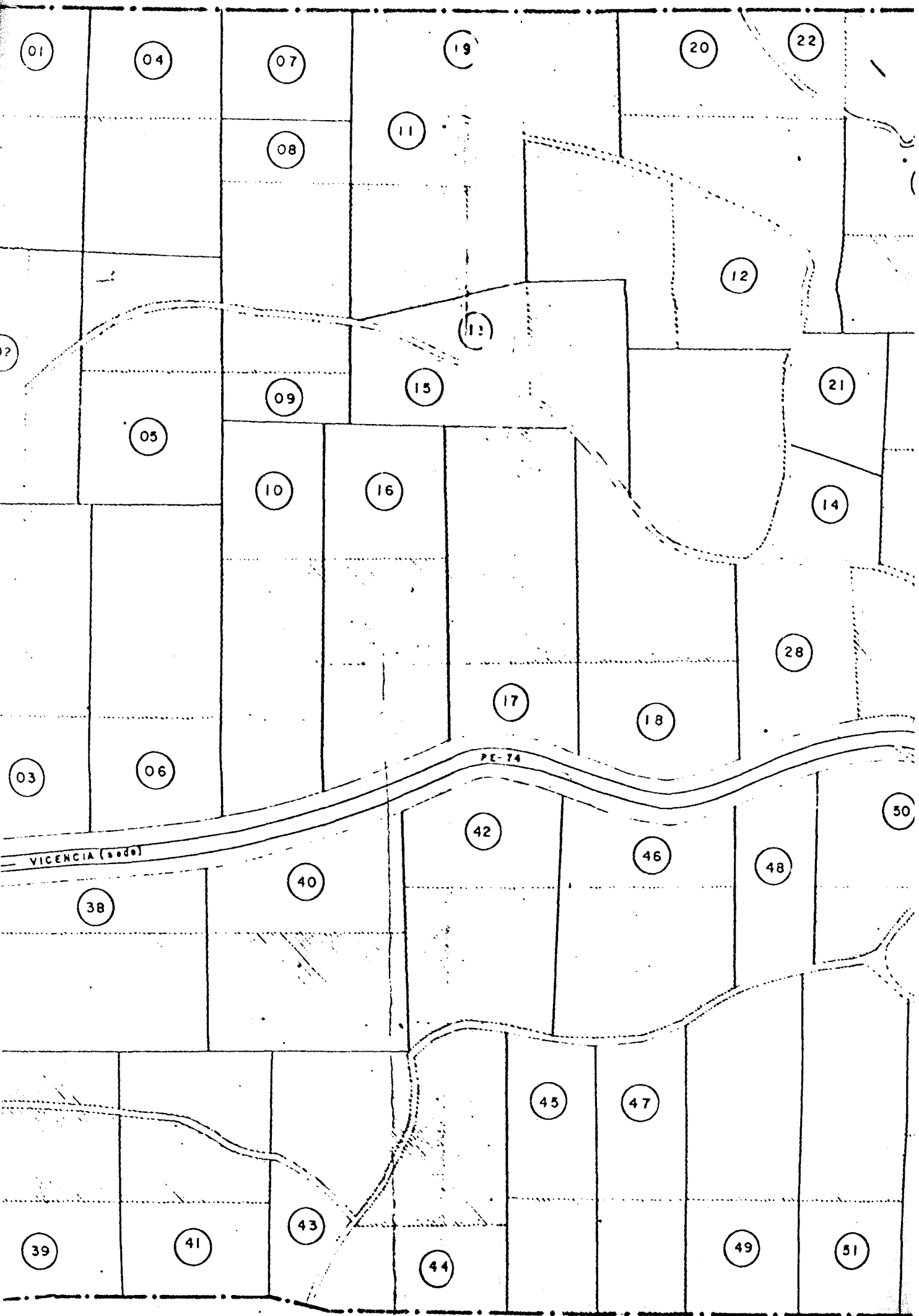
35°

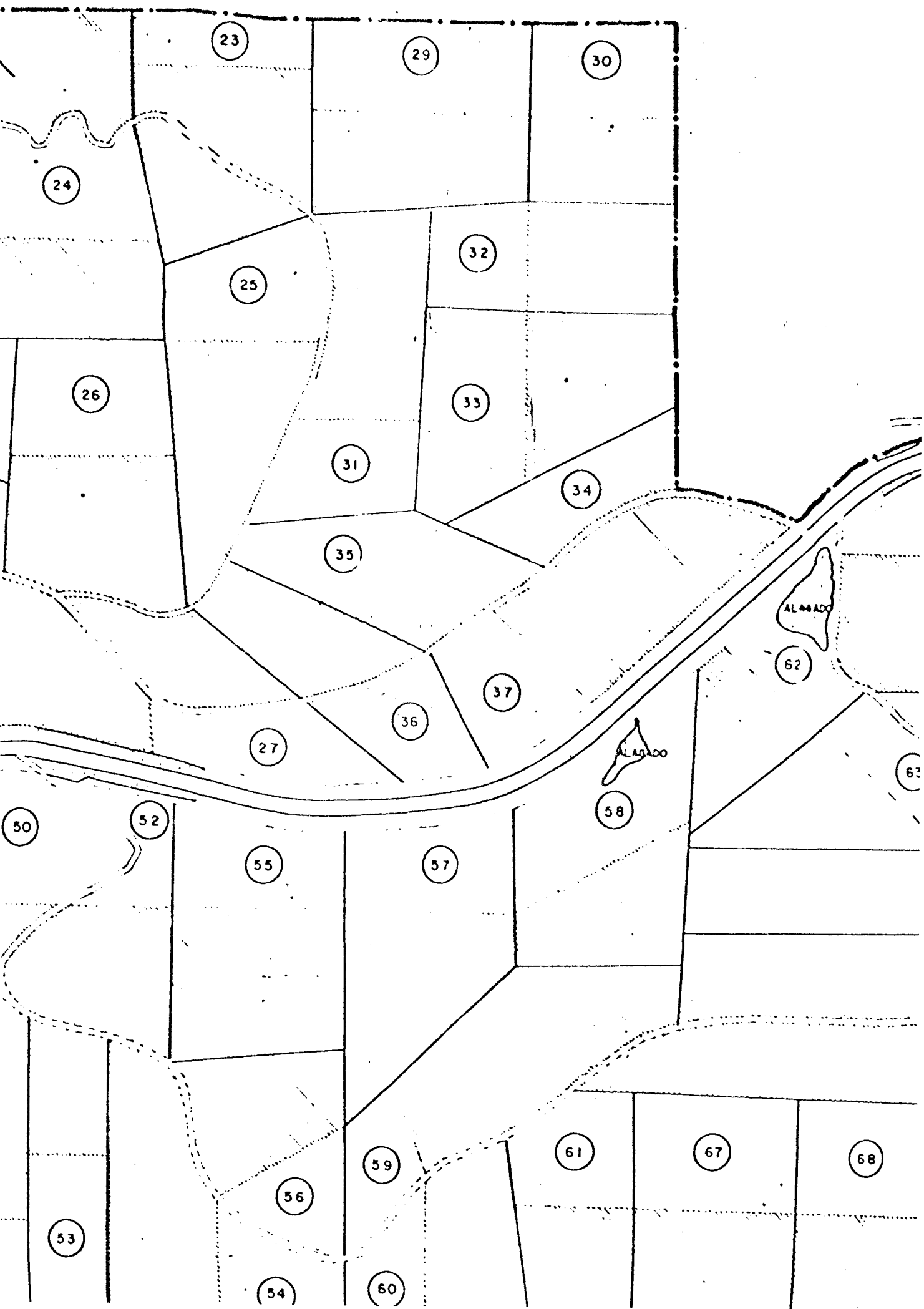
14

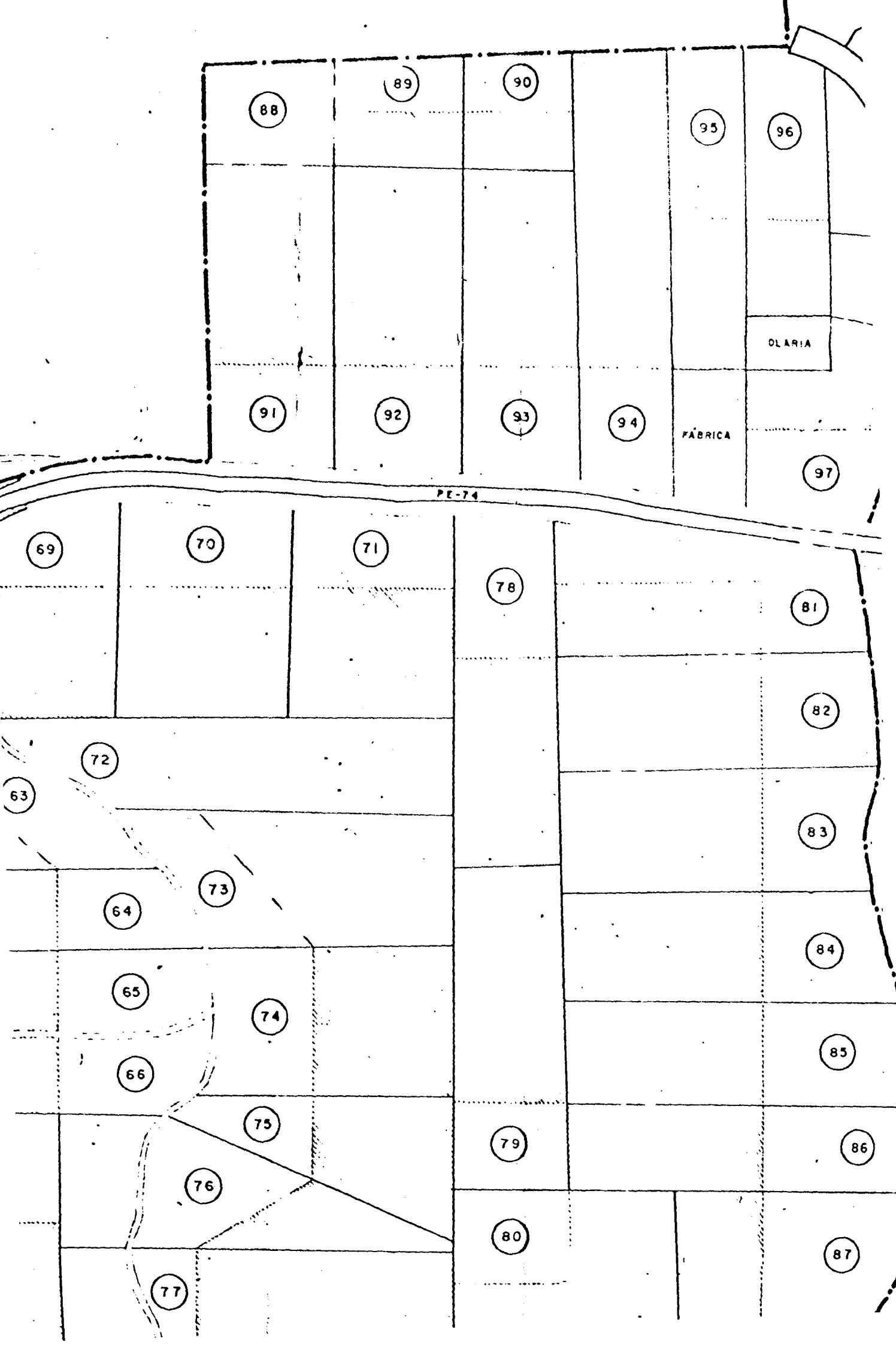
7°

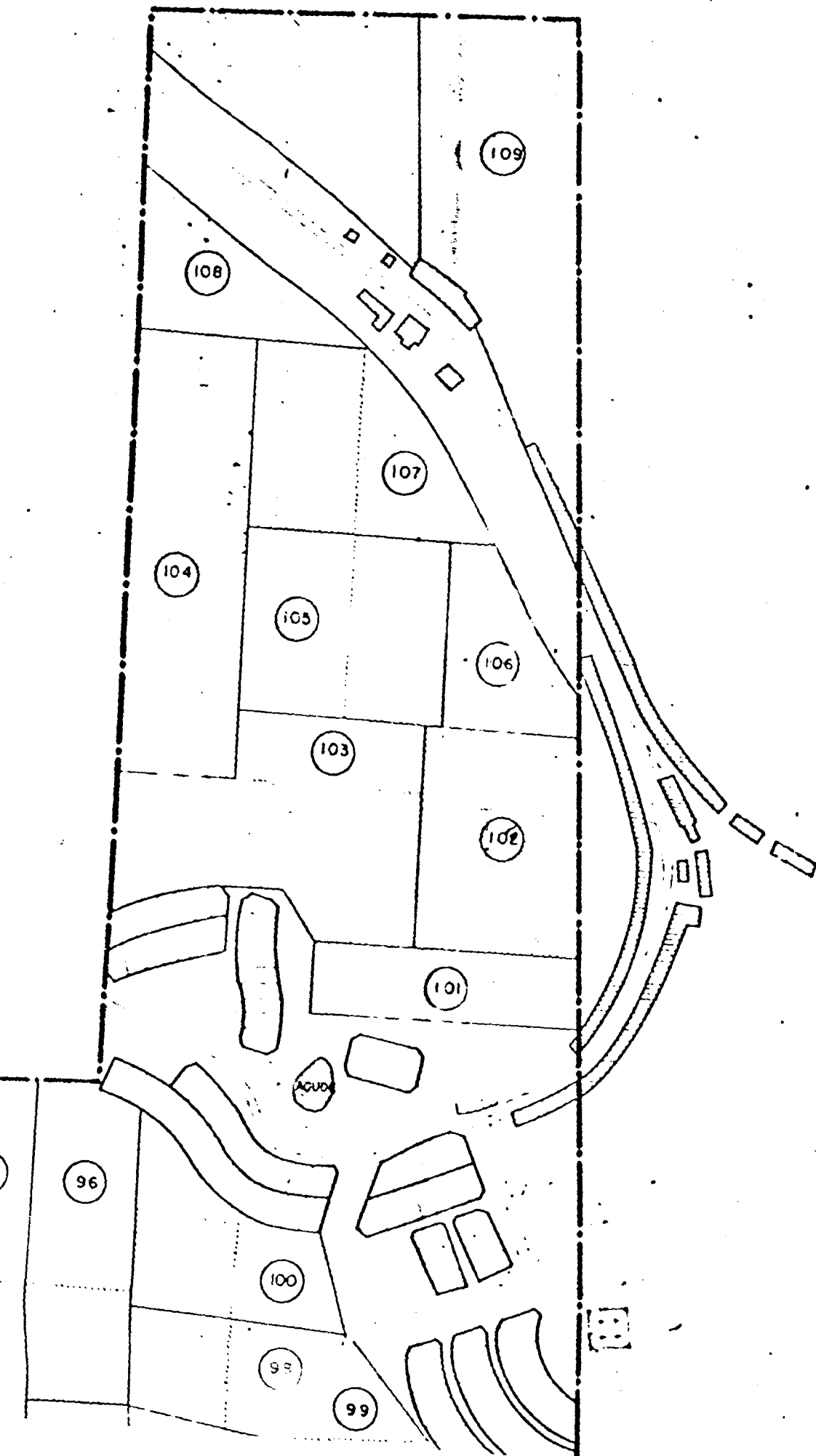















legenda

 cultura de banana

 cultura de subsistência

 vila da agrovila

 vila murupé

governo do estado de pernambuco

fundação de desenvolvimento municipal do interior de pernambuco - fiam
secretaria de habitação - sehab

perfil da estrutura produtiva/ agrovila da vitória

MURUPÉ - VICÊNCIA - PE

junho/ 81

prancha **03**

escala 1/4.000

MAPA IV - PERFIL DA ESTRUTURA PRODUTIVA
DA AGROVILA DA VITÓRIA